

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS

Giselle Carvalho Pereira e Silveira

MICROCRÉDITO NO BRASIL (EFICIÊNCIA SOCIAL E FINANCEIRA): Limites e Possibilidades.

Montes Claros – MG
2017

Giselle Carvalho Pereira e Silveira

MICROCRÉDITO NO BRASIL (EFICIÊNCIA SOCIAL E FINANCEIRA): Limites e Possibilidades.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social

Orientadora: Dr^a. Maria Elizete Gonçalves

Coorientadora: Dr^a. Luciana Maria Costa Cordeiro

S587m Silveira, Giselle Carvalho Pereira e.
Microcrédito no Brasil (eficiência social e financeira) [manuscrito] : Limites e possibilidades / Giselle Carvalho Pereira e Silveira. – Montes Claros, 2017.
159 f. : il.

Bibliografia: f. 130-143.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2017.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizete Gonçalves.

Coorientadora: Profa. Dra. Luciana Maria Costa Cordeiro.

1. Eficiência social. 2. Eficiência financeira. 3. Microcrédito. 4. Análise Envoltória de dados. I. Gonçalves, Maria Elizete. II. Cordeiro, Luciana Maria Costa. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: Limites e possibilidades.

Giselle Carvalho Pereira e Silveira

MICROCRÉDITO NO BRASIL (EFICIÊNCIA SOCIAL E FINANCEIRA): Limites e Possibilidades.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Elizete Gonçalves

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Maria Costa Cordeiro

Data da defesa:

Aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizete Gonçalves – Unimontes

Coorientadora: Profa. Dra. Luciana Maria Costa Cordeiro – Unimontes

Examinador: Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo – Unimontes

Examinadora: Profa. Dra. Luciene Rodrigues - Unimontes

Examinador: Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes – UFOP

Local: Universidade Estadual de Montes Claros

Montes Claros – MG
2017

Aos meus pais Milton e Dalva e aos meus filhos Isackson e Jackson Júnior - meu antes e meu depois - dedico este trabalho. Em especial o dedico ao meu marido Jackson - meu agora.

AGRADECIMENTOS

A concretização de sonhos será sempre precedida por desafios, assim como tudo o que realmente vale a pena. Mas na jornada pela conquista nunca estive só. Encontrei sempre, a palavra de ânimo, a orientação que conduz, as alegrias compartilhadas, o conselho oportuno, o recurso providencial, o ombro amigo e a mão generosa. Com estas imagens em mente é que agradeço:

A Deus, minha força, meu recurso, minha certeza.

Ao Jackson, Isackson e Jackson Júnior pelo companheirismo, paciência e apoio em todos os projetos e realizações. Ao meus pais, pela paciência e compreensão nos momentos de desatenção e ausência.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, pela oportunidade do curso.

Aos professores do PPGDS que com singular maestria, conosco compartilharam conhecimentos e capacidades. Em especial agradeço ao professor Dr. Luiz Antônio de Matos Macedo, primeira referência na orientação deste trabalho de pesquisa.

Aos colegas e amigos, pelo convívio fraterno e solidário nas trocas, alegrias e desafios.

À professora Dr^a. Maria Elizete Gonçalves a quem especialmente agradeço pelo acolhimento e singular capacidade com que me orientou. Seu apoio e considerações foram decisivos na concretização desta pesquisa. Levarei sempre comigo a referência de sua generosidade e profissionalismo.

À professora Dr^a. Luciana Maria Costa Cordeiro a quem também dedico especial agradecimento pela partilha de conhecimento e orientação e pelas palavras sempre oportunas. Jamais esquecerei a convivência nos muitos encontros de orientação. Sua serenidade e gentileza ao lidar com todos à sua volta me são lições de vida, seus ensinamentos direção em projetos futuros.

Aos componentes da banca de qualificação, professor Dr. Carlos Renato Theóphilo e professor Dr. Chrystian Soares Mendes pelas valiosas considerações que possibilitaram a melhoria deste trabalho.

Aos colaboradores do PPGDS sempre prestimosos e gentis.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pelo apoio financeiro

A todos que de alguma forma contribuíram para chegássemos até aqui.

Meu muito obrigado!

“ (...) as instituições são justas quando não se fazem distinções arbitrárias entre as pessoas na atribuição de direitos e deveres básicos e quando as regras determinam um equilíbrio adequado entre reivindicações concorrentes das vantagens da vida social”.

J. Rawls (2000)

RESUMO

Em sua evolução recente, o microcrédito segue em uma interseção teórico-pragmática observada a partir das diferentes defesas de duas principais correntes, que se distinguem principalmente por suas definições, âmbitos e focos estratégicos para superação da pobreza – objeto comum de intervenção para as duas linhas. A orientação da primeira abordagem, tem como eixo de atenção o sistema financeiro - *financial system*. Sob esta perspectiva, microcréditos têm como propósito a oferta sustentável de serviços financeiros destinados a pessoas de baixa renda não contemplados pelo sistema financeiro tradicional. Para a ótica alternativa a ênfase centra-se no alívio da pobreza - *poverty lending* - devendo ser prioridade a oferta do microcrédito com foco na superação e desenvolvimento do pleno potencial das pessoas que vivem subjugadas por esta condição. Face à identificação destas duas principais correntes, que embora comunguem alguns entendimentos, divergem quanto a fundamentos teóricos importantes, este trabalho se propõe entender em que posição se assenta a oferta do microcrédito no Brasil. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter quantitativo. A principal fonte utilizada para coleta de dados desta pesquisa foi a plataforma eletrônica de dados *on line*, *Microfinance Information Exchange – THE MIX* (2016), definindo o delineamento deste trabalho como de pesquisa documental, incluindo, contudo, a pesquisa bibliográfica utilizada para fins de respaldo teórico sobre o tema. Os dados coletados referem-se às instituições de microfinanças brasileiras, constantes nesta base de dados, considerando-se o recorte temporal nos anos 2008-2011-2014. Estes dados embasaram a identificação da eficiência destas instituições, realizada mediante aplicação do modelo não paramétrico: Análise Envoltória de Dados – DEA. A verificação de eficiência, por meio deste instrumento, traduz-se como principal objeto de análise utilizado no respaldo às conclusões deste estudo. As configurações utilizadas no processo de análise, possibilitaram a identificação de duas perspectivas que, embora em diferentes medidas, denotaram a prevalência da ênfase financeira. Entretanto, algumas instituições apresentaram eficiência concomitante em todo o período do estudo, destacando-se sob os âmbitos dos cenários de análise considerados. Embora pontuais no universo total da amostra, em razão de sua importância no contexto da oferta nacional, constatou-se uma condição de equilíbrio em relação às dimensões financeira e social sob as ênfases amplitude e profundidade do alcance social - principais pressupostos das correntes teóricas *financial system* e *poverty lending*. A análise dos escores de eficiência das ONGs, evidenciaram a ênfase na consideração da dimensão profundidade do alcance social, denotando a prevalência dos pressupostos da linha *poverty lending* no desempenho demonstrado por estas organizações. Observa-se no ambiente nacional uma evidente concentração do setor de microfinanças, em torno de um reduzido número de instituições bancárias públicas.

Palavras-chaves: Eficiência Social, Eficiência Financeira, Microcrédito, Análise Envoltória de Dados

ABSTRACT

Taking into account its latest developments, microcredit advances in a theoretical-pragmatic intersection observed from the different defenses of two main tendencies, theoretical framework, which are distinguished mainly by their definitions, scopes and strategic focuses for overcoming poverty - common object of intervention for the two lines. The orientation of the first approach is based on the financial system. From this perspective, microcredit has as purpose the sustainable offer of financial services for low-income people not covered by the traditional financial system. For the alternative view, the emphasis is on poverty alleviation. The priority should be to offer microcredit, with a focus on overcoming and developing the full potential of the people which currently live under this condition. In view of the identification of these two main currents, which although they share some understandings, diverge on important theoretical foundations, this work intends to understand in what position the microcredit offered in Brazil is based. This is a descriptive, quantitative research. The main source used for data collection in this research was the online data platform of the Microfinance Information Exchange - THE MIX (2016), which defines the design of this work as documentary research, including, however, a bibliographic research used for giving a theoretical support for the subject. The data collected from the data platform THE MIX (2016), refer to the Brazilian microfinance institutions, included in this database, considering the temporal cut in the years 2008-2011-2014. The data collected supported the identification of the efficiency of these institutions by applying the non - parametric model: Data Envelopment Analysis - DEA. The efficiency verification, through this instrument, is the main object of analysis used to support the conclusions of this study. The configurations used in the analysis process allowed the identification of two perspectives that, although in different measures, denoted the prevalence of the financial emphasis. However, some institutions presented concomitant efficiency throughout the study period, standing out from the perspective of the analysis scenarios considered. Although in small numbers on the total universe of the sample, due to its importance in the context of the national supply, a condition of equilibrium in relation to the financial and social dimensions was found under the amplitude and depth of social outreach - main assumptions of the theoretical financial system and poverty lending . The analysis of the efficiency scores of the NGOs showed a emphasis on considering the depth dimension of social reach, denoting the prevalence of the poverty lending assumptions in the performance demonstrated by these organizations. In the national environment, there is an evident concentration of the microfinance sector around a small number of public banks.

Keywords: Social Efficiency, Financial Efficiency, Microcredit, Data Envelopment Analysis

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Quadros

Quadro 1 - Principais Fundamentos Teóricos Contemporâneos do Microcrédito	57
Quadro 2 – Conceitos de Eficiência relacionados à Análise Envoltória de Dados – DEA	82
Quadro 3 – Modelo DEA BBC / RVE	90
Quadro 4 – Estudos sobre eficiência financeira e social das instituições de microfinanças, com utilização da técnica DEA	145
Quadro 5 - Dimensões/variáveis proxies utilizadas como medidas de alcance social, segundo a literatura.....	149
Quadro 6 – Lista de Possíveis Variáveis para Aplicação Modelo DEA	151
Quadro 7 – Lista das Instituições Microfinanceiras	153
Quadro 8 – Cálculo do Indicador de Pobreza.....	155
Quadro 9 – Comparação Eficiências Com e Sem Outlier	157

Lista de Figuras

Figura 1. Fluxo Metodológico de Pesquisa	23
Figura 2 – Concepções sobre o fenômeno da pobreza	33
Figura 3 – Concepções sobre o Fenômeno Desigualdade	43
Figura 4 – Função de produção, produtividade e eficiência	83
Figura 5 – Eficiência técnica operacional versus eficiência de escala	91
Figura 6 – Processo de Seleção de Variáveis	96
Figura 7 – Matriz de correlação 1	158
Figura 8 – Matriz de correlação 2	159

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social ênfase Dimensão Amplitude - 2008.....	112
Gráfico 2 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social ênfase Dimensão Amplitude - 2011.....	113

Gráfico 3 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social ênfase Dimensão Amplitude - 2014.....	114
Gráfico 4 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social ênfase Dimensões Amplitude / Profundidade - 2008	117
Gráfico 5 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social ênfase Dimensões Amplitude / Profundidade - 2011	118
Gráfico 6 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social ênfase Dimensões Amplitude / Profundidade – 2014	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Constituição Carteira Ativa PNMPO	63
Tabela 2 – Evolução Anual do Microcrédito PNMPO – Dados Consolidados.....	64
Tabela 3 – Instituições Financeiras Reguladas pelo BCB que operaram microcrédito.....	70
Tabela 4 – Valor, quantidade de operações da carteira total, pessoas físicas, por segmento – 2013/2014.....	71
Tabela 5- Renda dos clientes pessoas físicas da carteira identificada (% por região) – 2013/2014	73
Tabela 6 - Valor, quantidade de operações e valor médio das operações da carteira identificada por região – 2013/2014.....	74
Tabela 7 – Modelos de organização de insumos e produtos	99
Tabela 8 – Resultados Análise Fatorial	107
Tabela 9 – Estatística Descritiva das Variáveis Utilizadas	108
Tabela 10 – Montante dos Ativos e Carteira Bruta de Empréstimos, segmentados pelo formato jurídico das instituições	109
Tabela 11 – Escores percentuais de eficiência das instituições microfinanceiras - 2008. 2009. 2014	111
Tabela 12 – Escores percentuais de eficiências segmentadas pelo formato legal das instituições microfinanceiras - 2008, 2011, 2014.....	115
Tabela 13 – Resultados do Teste de Wilcoxon sobre a médias dos escores de eficiência das instituições microfinanceiras	120
Tabela 14 - Resultados da aplicação do Índice de Produtividade de Malmquist	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CGAP – *Consultative Group to Assist the Poor*

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CO – Região Centro-Oeste

CRS – *Constant Returns to Scale*

DEA – *Data Envelopment Analysis*

DMU – *Decision Making Units*

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

FENAPE - Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFO – Instituição Financeira Operadora

IMF – Instituição de Microfinanças

MEI – MicroEmpreendedor Individual

MIX – *Microfinance Information Exchange*

MPO – Microcrédito Produtivo Orientado

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

N – Região Norte

NBFI – *Non-Bank Financial Institution*

NE – Região Nordeste

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCPP - Programa de Crédito Produtivo Popular

PDI – Programa de Desenvolvimento Instituição

PIB – Produto Interno Bruto

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD – Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREALC – Programa Regional do Emprego para a América Latina e o Caribe
RCE – Rendimentos Constantes de Escala
RIF – Relatório de Inclusão Financeira
RVE – Retornos Variáveis de Escala
S – Região Sul
SCMEPP – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte
SE – Região Sudeste
SEBRAE – Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SFN – Sistema Financeiro Nacional
SRC – Sistema de Informações de Crédito
UNO - União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações
URV – Unidade Real de Valor
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VRS – *Variable Returns to Scale*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
1.1 Pobreza – a importância do conceito	24
1.1.1 A natureza da pobreza: absoluta ou relativa?	28
1.1.2 Os problemas sociais na abordagem de Kliksberg	31
1.2 Desigualdade – um conceito múltiplo	34
1.2.1 Desigualdades – uma questão distributiva?	35
1.2.1.1 A distribuição na abordagem de Rawls	36
1.2.1.2 A distribuição sob a perspectiva de Sen	38
1.2.1.3 Redistribuição em um enfoque de direitos – uma abordagem segundo Piketty	40
1.3 Economia popular – uma racionalidade singular	44
1.3.1 A evolução do conceito – de setor informal a economia informal	45
1.3.2 Da economia popular à economia do trabalho na abordagem de Coraggio	48
1.3.3 Da economia popular à economia solidária na perspectiva de Razeto	50
2. O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À POBREZA	54
2.1 Microcrédito – sobre os argumentos das escolas teóricas de pensamento	54
2.2 Perfil do cliente esperado pelas microfinanças	58
2.3 Difusão do microcrédito no Brasil	61
2.3.1 Instituições reguladas de microcrédito – uma perspectiva da oferta	68
2.3.2 Ambiente regulatório do microcrédito no Brasil	75
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	78
3.1 Análise Fatorial	78
3.2 O modelo Análise Envoltória de Dados - DEA	80
3.2.1 O modelo CCR	85
3.2.1.1 Modelo CCR orientado a inputs	85
3.2.1.2 Modelo CCR orientado a outputs	87
3.2.2 O modelo BCC	89
3.3 Teste de Wilcoxon e Índice de Malmquist	91
3.3.1 Teste de Wilcoxon	92
3.3.2 Índice de Produtividade de Malmquist	92
3.4 Considerações metodológicas	94
3.5 Vantagens e limitações do modelo Análise Envoltória de Dados - DEA	100
3.6 Estudos sobre eficiência financeira e social de instituições de microfinanças com utilização da técnica DEA	101
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	106
4.1 Resultados da Análise Fatorial e análise descritiva das variáveis selecionadas	106
4.2 Resultados da Análise Envoltória de Dados - DEA	110
4.3 Teste de Wilcoxon	120
4.4 Índice de Produtividade de Malmquist	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	130
ANEXOS	144

INTRODUÇÃO

Em sua extensão continental, o Brasil acampa heterogêneos contextos, culturais, geográficos e socioeconômicos. Sob esta conjuntura, a nação convive com realidades diversas, que admitem a prosperidade e o crescimento econômico, a beleza de seus cenários naturais, a pujança e riqueza de sua diversidade cultural, tanto quanto as discrepâncias de sua expressiva desigualdade social e econômica que se reflete nas múltiplas faces da miséria que ainda lhe desafia e se destaca neste imenso mosaico geográfico.

Vinculadas ao combate à pobreza, as microfinanças se afirmam como uma abordagem de desenvolvimento econômico com foco no atendimento a pessoas de baixa renda, relacionando-se à prestação de serviços financeiros como poupança e crédito, além de seguros e outros serviços.

O portfólio de serviços ofertados defronta fatores diversos, como a natureza jurídica e fundamentos ideológicos e estratégicos das organizações que os oferecem, além dos aspectos legais, vigentes nos espaços geopolíticos em que estas atuam. Algumas instituições, além de intervenções financeiras, também agregam outros serviços que objetivam desde (i) o fortalecimento da autoestima e confiança - através do empoderamento de minorias, grupos étnicos ou mulheres que vivem sob contextos econômicos e culturais desfavoráveis, reforço do capital social, acesso a informações técnicas e de cidadania; (ii) desenvolvimento empresarial - através de capacitações para gestão administrativa e financeira; (iii) até serviços sociais como alfabetização ou serviços de saúde¹ (LEDGERWOOD, 2000).

Embora Ledgerwood (2000) argumente que estes últimos, em geral, não se incluam na definição de microfinanças, a autora admite a composição mista da descrição do termo que integra tanto aspectos financeiros quanto sociais, portanto, apresentando-se frequentemente, não apenas como simples operações financeiras, mas como instrumento de desenvolvimento.

Pesquisadores como Soares e Melo Sobrinho (2008) distinguem os termos microfinanças e microcrédito, restringindo este último ao conjunto de serviços financeiros, que

¹ Ledgerwood (2000) apresenta três tipos de impactos possíveis às intervenções microfinanceiras: (i) impacto econômico; (ii) impacto sociopolítico ou cultural; (iii) impacto pessoal ou psicológico. Enquanto o primeiro se refere a mudanças positivas no âmbito econômico como expansão empresarial, ganhos econômicos na renda de algum setor da economia informal ou acumulação de riqueza agregada na esfera do lar ou comunidade, o impacto sociopolítico ou cultural relaciona-se a mudanças desejadas na condição político-econômica de determinados segmentos como mudanças nas relações de poder, na distribuição de ativos ou na nutrição e educação de crianças como consequência de intervenções microfinanceiras direcionadas às mães. Quanto ao impacto pessoal ou psicológico, este implica em mudanças internas, como o desenvolvimento da autoconsciência e consequentes mudanças na visão de si mesmo, resultando, por exemplo, no reforço da autoconfiança.

no universo das microfinanças se destinam às classes de menor rendimento e que utilizando metodologias diferenciadas, se referem exclusivamente ao fomento de pequenas atividades produtivas, destacando-se como tal, por seus objetivos de geração de trabalho e renda e por sua relevância para políticas públicas voltadas para o combate e erradicação da pobreza. Assim, para estes, microfinanças se referem aos serviços financeiros destinados ao estrato da população designado como de baixa renda - por tradição excluídos do sistema financeiro convencional - porém, independente da destinação do crédito tomado - enquanto, o microcrédito se restringe ao crédito destinado a atividades produtivas.

No Brasil, a partir da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, assenta-se o conceito do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), que se insere no âmbito do microcrédito, porém deste se distinguindo por restringir-se exclusivamente ao crédito destinado a microempreendedores, a partir de metodologias que garantam proximidade direta com os mesmos. Neste sentido, o processo deve envolver um tratamento metodológico diferenciado, em que o atendimento seja realizado por pessoas devidamente treinadas, no local onde é executada a atividade produtiva, devendo ser considerado o levantamento socioeconômico do solicitante, além das necessidades de crédito e gestão do empreendimento (BRASIL, 2005).

Em uma perspectiva sustentável, o microcrédito assume um enfoque em que são oferecidos os meios, através da oportunidade do empréstimo, para que os beneficiários construam eles próprios as condições para superação da pobreza e exclusão. A reintegração dos empréstimos garante um fluxo que permite que outros possam também ser atendidos e contribui para a sustentabilidade da instituição concedente (GUTIÉRREZ NIETO, 2006).

Nota-se que o microcrédito tem sido evidenciado por sua capacidade de combate à pobreza, exclusão social e mitigação de desigualdades. O Grupo Consultivo para a Assistência aos Pobres (CGAP), organismo internacional que objetiva a inclusão financeira dos pobres - desenvolveu em junho de 2004, alguns “Princípios Chaves”, entre os quais afirmam as microfinanças como “instrumento poderoso na luta contra a pobreza”, possibilitando aos pobres não apenas a subsistência diária, mas a condição de fazer provisões para o futuro e investir em melhorias na nutrição, habitação, saúde e educação. Não obstante, não defendem o microcrédito como a melhor estratégia para pessoas em extrema pobreza ou que não possuam meios de desembolso - “O Microcrédito não é o melhor instrumento para todos em todas as circunstâncias”. Para o CGAP, estas pessoas necessitam de outros tipos de assistência antes dos empréstimos.

Coerente a esta linha de defesa, ainda que pobres, os beneficiários do microcrédito geralmente não são considerados como “os mais pobres entre os pobres” (LEDGERWOOD, 2000, p.2).

Outro valor importante para a organização CGAP, diz respeito à autossustentabilidade da instituição microfinanceira, que adquire proeminência em suas diretrizes, na medida em que condiciona e determina a perenidade e expansão da oferta de serviços aos mais pobres no longo prazo.

A partir da definição em que o microcrédito é concebido como crédito destinado aos pobres ou microempreendedores de baixa renda, destituídos de acesso ao crédito convencional e ofertado sem a exigência de garantias reais, permitindo o combate à pobreza e exclusão social de um modo auto sustentável, Costanzi (2002) sublinha alguns aspectos, salientando que: os pobres ou microempreendedores de baixa renda devem ser o foco; a entrega do crédito se faz de forma singular; trata-se de um processo autossustentável de combate à pobreza e exclusão social. Sob tal conceito e destaques, o autor entende que o microcrédito seria a democratização do crédito e as microfinanças - a partir da possibilidade de acesso ao crédito e a outros serviços financeiros - um dos direitos fundamentais do ser humano.

Neste sentido, Yunus (2010), conhecido pela experiência do Grameen Bank, em Bangladesh, entre suas defesas afirma o microcrédito como efetivo meio de desenvolvimento voltado aos pobres, observando-se a priorização do atendimento aos mais pobres entre os pobres; a consideração do crédito como um direito humano; a pobreza entendida como multidimensional e a conseqüente demanda de agregação de outras intervenções além do crédito.

Levando-se em conta as concepções apresentadas, é possível destacar duas ênfases a serem exploradas referindo-se: (i) à questão da autossustentabilidade do mecanismo e (ii) ao entendimento do crédito como instrumento de erradicação da pobreza e exclusão social. Variantes quanto ao entendimento destes pontos fundamentam diferentes postulados e práticas.

Tem-se assim, um dissenso que corrobora as afirmativas de Gulli (1999); Woller, Dunford, Woodworth (1999) e Gutiérrez Nieto (2006); sobre a existência de linhas duais e diversas de pensamento, que influenciam as máximas e práticas do microcrédito. Estas correntes se distinguem principalmente por seus enfoques.

Face à identificação destas duas posturas, que embora comunguem alguns entendimentos, divergem quanto a fundamentos teóricos importantes, este trabalho levanta como principal problema de estudo, o questionamento: A oferta de microcrédito no Brasil se

assenta prevalentemente, sobre o enfoque ao sistema financeiro (*financial system*), ou sobre a ênfase do alívio à pobreza (*poverty lending*)?

Ante às implicações desta questão, esta pesquisa procura avaliar se os mais pobres foram alcançados pela oferta dos serviços de microcrédito no Brasil, firmando-se sobre as seguintes hipóteses:

- (i) do predomínio de uma postura voltada aos postulados teóricos da corrente de pensamento caracterizada pelo enfoque *financial system* e consequente ênfase na eficiência da dimensão financeira das instituições;
- (ii) da concentração da oferta de microcrédito em um número relativamente pequeno de instituições regulamentadas; frente ao total de instituições microfinanceiras;
- (iii) da prevalência do enfoque *poverty lending* nos desempenhos das instituições não regulamentadas e consequente ênfase na dimensão profundidade (grau de pobreza) do alcance social destas organizações.

Justificando o esforço de pesquisa destaca-se que, embora a pobreza seja objeto de atenção e intervenções de países e de vários organismos internacionais de desenvolvimento, o Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2014) aponta ainda a existência, em termos globais, de cerca de 1,2 mil milhões de pessoas vivendo com menos de 1,25 dólares por dia, o que dimensionalmente expressa o peso que a pobreza extrema impõe à humanidade.

No Brasil, o sítio do Ipeadata registra a existência, em 2014, de 25.888.565² pessoas pobres – o que corresponde a 12,8% da população total do país, estimada para este ano em 202.768.562 pessoas³ - e 8.191.008⁴ pessoas vivendo em extrema pobreza – representando cerca de 4% da população estimada. Ou seja, a soma do percentual de pobres e extremamente

² “Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS” (IPEADATA, 2017). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso 31/01/2017.

³ Documento divulgado no sítio do IBGE (2017) registra uma população residente no Brasil (data de referência em 1º de julho de 2014) estimada em 202.768.562. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.pdf>. Acesso em: 07/03/2017.

⁴ “Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza - ou indigência, ou miséria” (IPEADATA, 2017). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em 31/01/2017.

pobres apresenta-se expressiva, da ordem de quase 17% da população total estimada do país. Esta condição lhes impõe dificuldades diversas que impossibilitam a superação da miséria. Tais pessoas, imersas em um contexto em que lhes faltam informação, oportunidades e direitos, carecem de atenção e investimentos que lhes garantam suas prerrogativas de cidadãos (FONSECA, 2011).

Dentre as alternativas de intervenção para combate à pobreza, as microfinanças e em especial o microcrédito, por sua singular capacidade para a geração de oportunidades emancipadoras de protagonismo e acesso a condições materiais para rompimento com a privação de necessidades básicas, têm sido entendidos como opção plausível a ser considerada pela sociedade civil e governos, através de políticas públicas⁵.

Assim, entende-se que a relevância das discussões sobre o tema, em um contexto marcado por desigualdades distributivas e por importante parcela da população vivendo em condições de privação em suas necessidades básicas, justifica a proposta deste trabalho, na medida em que levanta a questão da efetividade do acesso aos mais pobres aos serviços de microcrédito – intervenção que se apresenta na realidade brasileira, como estratégia de política pública.

A fim de orientar os meios e as estratégias de verificação das suposições explicitadas neste trabalho, define-se como objetivo geral:

- Analisar o comportamento da oferta de microcrédito no Brasil, nas dimensões de eficiência financeira e social de suas instituições microfinanceiras, no período compreendido pelos anos 2008, 2011 e 2014; e a interface de seu delineamento estratégico com o alcance da população mais pobre.

Os objetivos específicos que direcionam e delimitam seu escopo, são assim descritos:

- (i) Realizar revisão bibliográfica sobre o tema;

⁵ O estabelecimento pela Organização das Nações Unidas – ONU, do ano de 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito e a designação em 2006, do fundador do *Grameen Bank* em Bangladesch - Muhammad Yunus, para ser laureado com o Prêmio Nobel da Paz, reforçam o microcrédito como estratégia, internacionalmente reconhecida, de enfrentamento da pobreza (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008).

- (ii) Realizar seleção das variáveis a serem utilizadas para análise da eficiência das instituições de microcrédito (IMFs) no Brasil;
- (iii) Detectar a eficiência financeira e social das instituições de microcrédito pesquisadas, nos anos 2008, 2011 e 2014;
- (iv) Identificar alterações sobre a produtividade das instituições microfinanceiras ao longo do espaço temporal delimitado pela pesquisa e;
- (v) Identificar o posicionamento estratégico prevalente na indústria de microcrédito no Brasil.

Observou-se na literatura, vários trabalhos que se propõem à discussão do microcrédito no Brasil, alguns deles valendo-se da análise da eficiência de instituições microfinanceiras através de métodos paramétricos e não paramétricos como instrumento de avaliação. Contudo, restringem-se - à exceção dos estudos de Araújo (2012) e de Borba (2012) - a avaliações de determinadas organizações, em contextos específicos.

A pesquisa de Araújo (2012) analisa instituições de microcrédito nacionais, constantes da plataforma *THE MIX*, nos anos 2008, 2009 e 2010, objetivando o delineamento das “dimensões-chave da performance financeira e social dessas instituições, bem como as possíveis inter-relações relevantes entre estas duas áreas de atuação” (ARAÚJO, 2012, p.27). Para isso utiliza o modelo DEA, utilizando dois arranjos de variáveis que contemplam as duas dimensões de performance social e financeira.

O trabalho de Borba (2012) refere-se à análise da relação entre o desempenho financeiro e desempenho social de instituições de microfinanças atuantes no âmbito da América Latina, que registraram informações financeiras e sociais na plataforma *MIX Market*, nos anos 2008 e 2009, utilizando para isto, testes de correlação e regressão.

No âmbito internacional é possível encontrar-se estudos sobre o tema, que abordam simultaneamente a análise das eficiências das IMFs, nas dimensões financeira e social, abrangendo um número maior de instituições em determinados espaços geográficos, utilizando como ferramenta o método DEA, em seus vários modelos (o quadro 4, entre os anexos deste trabalho, apresenta algumas destas pesquisas).

Este trabalho, considerando a natureza dual das instituições de microfinanças, também assume que estas possuam objetivos nas dimensões financeira e social, razão pela qual, se

propõe à avaliação da eficiência relativa das instituições microfinanceiras brasileiras, constantes na plataforma eletrônica *THE MIX*, nos anos 2008, 2011 e 2014, a partir de três modelos(s) com diferentes combinações de variáveis, a fim de distinguir a análise da eficiência financeira e eficiência social seccionada em duas distintas ênfases, utilizando para isto, o método Análise Envoltória de Dados – DEA

Analisando estas instituições em um espaço temporal maior e mais recente e sob três modelos, construídos a partir de diferentes arranjos de variáveis, contribui para uma ampliação da discussão iniciada no trabalho de Araújo (2012)⁶, distinguindo-se por seu objetivo de analisar o comportamento da oferta de microcrédito, nas dimensões de eficiência financeira e social, das instituições de microfinanças no Brasil, e a interface de seu delineamento estratégico com o acesso da população mais pobre aos serviços desta modalidade de crédito, nos anos 2008, 2011 e 2014.

Sob tal perspectiva, a pesquisa de aspectos relativos à oferta de microcrédito no Brasil - neste estudo considerando não apenas a análise de seus aspectos financeiros, mas também de seu alcance social nas dimensões quantidade e profundidade, ganha corpo e relevância, podendo cooperar para um acesso efetivamente inclusivo em todo o seu potencial de transformação.

Alguns termos, por sua complexidade semântica, demandam algumas definições quanto ao seu uso neste trabalho. A exemplo, reconhece-se os múltiplos e distintos aspectos, perspectivas e dimensões, conforme Carneiro *et al.* (2005, p. 145), “conceituais” e “metodológicos”, atribuídos ao sentido do vocábulo desempenho, quando utilizado para avaliações organizacionais. Comunga-se com estes autores, o entendimento da natureza multifacetada do desempenho organizacional, atributo que por sua complexidade dificulta uma conceituação única e padronizada. Apoiando-se nesta multidimensionalidade do termo desempenho e admitindo-se o caráter parcimonioso de sua associação à dimensão eficiência, na investigação aqui proposta, especificamente para os fins aqui objetivados, por vezes tratou-se as expressões desempenho, performance e eficiência como sinônimas. Entretanto, também se utiliza o sentido econômico atribuído ao termo eficiência, conforme tratado no capítulo 3 deste estudo. Assim, considera-se neste trabalho como uma instituição microfinanceira eficiente, aquela cujos resultados comprovam um desempenho positivo tanto na dimensão de eficiência financeira – segundo padrões da indústria, quanto nos aspectos de alcance social,

⁶ Para a parte da instrumentalização operacional deste trabalho, destaca-se, dentre as diversas produções consultadas, as contribuições encontradas nas pesquisas de Gutierrez-Nieto, Serrano-Cinca e Molinero (2007) e de Araújo (2012), aqui referenciados.

principalmente considerando sua profundidade (*depth*) - referindo-se ao atendimento aos mais pobres, e amplitude (*breadth*) – atendendo ao maior número possível de pessoas pobres.

Em razão da não existência de um conceito generalizadamente padronizado para microfinanças e microcrédito, os termos são frequentemente utilizados como sinônimos. No contexto brasileiro, entretanto, admite-se a distinção do microcrédito, como o conjunto de serviços financeiros, inserido no universo maior das microfinanças, destacando-se pela oferta exclusiva de crédito para o fomento de pequenas atividades produtivas, utilizando metodologias específicas e destinando-se ao atendimento de pessoas de menor renda. Microfinanças, então, englobaria o microcrédito, incluindo outros serviços financeiros como seguros e poupança (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008). Sempre que utilizado por este trabalho, o termo microcrédito conforma-se a este conceito. As expressões instituição microfinanceira ou instituição de microfinanças são aqui utilizadas de forma genérica, referindo-se tanto a instituições que se restringem à oferta exclusiva do microcrédito, quanto àquelas que também ofereçam outras modalidades de serviços microfinanceiros.

Em conclusão, sumariza-se o conteúdo deste trabalho que se compõe de quatro capítulos subsequentes a esta seção introdutória que delinea e circunstancia a proposta e hipóteses desta pesquisa. Configura o primeiro capítulo sua sustentação teórica, quando aborda sobre os fenômenos da pobreza e desigualdades – temas basilares à discussão proposta – e a consideração da economia popular, como tema afim ao debate.

As microfinanças, mais especificamente o microcrédito, encorpa seu segundo capítulo, com o propósito de buscar na pesquisa bibliográfica, uma caracterização conceitual do perfil da oferta destes serviços no Brasil.

Nesta primeira parte, reporta-se a autores como: Coraggio (1998; 2011); Rawls (2000); Kliksberg (2001); Razeto (2005); Rocha (2006); Gutierrez Nieto (2006); Soares e Melo Sobrinho (2008); Soares (2009); Yunus (2010; 2014); Sen (2010; 2014); Santos (2013); Piketty (2014), para respaldo teórico às questões e temas que permeiam as abordagens sobre a pobreza, desigualdades e economia popular. Referindo às questões versadas sobre microcrédito, remete-se a Woller *et al.* (1999); Gulli (1999); Morduch (2000), Ledgerwood (2000), Kwitko (2002), Bruett *et al.* (2002); Barone *et. al* (2002); Gutierrez Nieto (2006); Soares e Melo Sobrinho (2008); Yunus (2010); Cacciamali *et al.* (2014). Sob tais referências sustentam-se as discussões que constituem e delinham este trabalho.

O terceiro capítulo institui-se como abordagem empírica, onde são detalhados os aspectos metodológicos e apresentadas as técnicas que instrumentalizaram esta pesquisa, concisamente abordando-se sobre: Análise Fatorial, Teste de Wilcoxon e Índice de

Produtividade de Malmquist, além da descrição de alguns dos modelos e premissas conceituais do método não paramétrico Análise Envoltória de Dados - DEA (do inglês *Data Envelopment Analysis*), principal instrumento de análise aqui utilizado.

O quarto capítulo, descreve e analisa os resultados obtidos através da aplicação dos métodos e técnicas utilizados neste trabalho, aos dados secundários concernentes a instituições de microcrédito brasileiras, coletados junto à plataforma eletrônica *THE MIX* e circunscritos ao recorte temporal compreendido pelos anos 2008, 2011 e 2014.

Por fim, assentam-se nas considerações finais, as conclusões e respectivas considerações deste trabalho que se propõe essencialmente, analisar a oferta de microcrédito no Brasil, buscando entender seu comportamento, nas dimensões de eficiência financeira e social das instituições microfinanceiras e a interface de seu delineamento estratégico com o alcance da população mais pobre.

Detalha-se na Figura 1 os passos metodológicos realizados durante o processo de pesquisa.

Figura 1. Fluxo Metodológico de Pesquisa



1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A intrínseca relação entre o microcrédito e a condição socioeconômica de populações empobrecidas estabelece a ponderação sobre os fenômenos da pobreza e desigualdades - sua evolução e divergências conceituais, além do impacto destas interpretações conforme realidades espaço-temporais nas políticas e intervenções públicas - como elemento de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho. Por esta razão objetiva-se, neste capítulo, realizar uma abordagem teórica destes temas basilares e a consideração da economia popular como matéria afim à discussão aqui diligenciada.

1.1 Pobreza – a influência do conceito

O tema pobreza não é novo e não repousa em tempos idos. Ao longo da história uma vasta diversidade de atores tem se ocupado desta discussão. A exemplo, Polanyi (2000), em uma retrospectiva histórica do advento do mercado autorregulado na Inglaterra, apresenta, já incidente às leis de 1536 a 1601, as *Poor Laws* destinadas a desempregados e àqueles que além dos velhos e crianças eram considerados incapazes ao trabalho. Relacionando pauperismo e economia política ao considerar o problema na Inglaterra do século XVIII, que à época tomara expressiva proporção, este autor elenca uma série de iniciativas surgidas entre os séculos XVII a XIX – algumas delas designadas como utópicas – com características que incluíam desde engenhosos projetos e empreendimentos para exploração do trabalho dos pobres, a assistencialismo, autoajuda e cooperação, como pretendidas soluções aos problemas dos desvalidos. Apesar da efervescente prosperidade emanada das drásticas mudanças nas relações sociais de produção e comércio da época, coexistia uma imensa multidão de pobres que, apesar de incômoda, era entendida pela grande maioria como um custo natural e consequente do progresso – o preço do desenvolvimento.

Não obstante, outras noções de desenvolvimento tomaram força e expressão, de tal forma que, hoje em dia é possível dizer que as concepções sobre pobreza não são uníssonas, tampouco estáticas. Também não o tem sido, as posturas e intervenções em seu enfrentamento, que resultam em políticas econômicas e sociais diversas. “Se sempre existiram situações de pobreza, elas não assumem, através das temporalidades que queiramos considerar, o mesmo significado” (BALSA, 2006, p.16).

A este respeito, Rocha (2006) salienta o início da década de 1970 como período de referência para o reconhecimento, no ambiente acadêmico e pelos organismos de

desenvolvimento, da incapacidade de intervenções alicerçadas na crença do crescimento econômico, como elemento capaz de promover a superação de rijas condições de pobreza e desigualdade, atualmente entendidas como entraves ao pleno desenvolvimento de qualquer sociedade.

É possível visualizar uma determinada evolução histórico-conceitual sobre o fenômeno da pobreza, a partir do princípio do século XX, com base em algumas definições apresentadas por Santos (2013). Tem-se inicialmente, a partir de menções do autor a Sidney e Beatrice Webb (1911); Moore (1963); e Lewis (1969), o fenômeno circunscrito a termos materiais, ou como uma condição de insuficiência material que qualifica a incapacidade para satisfação de necessidades físicas.

A ideia de relatividade é posteriormente introduzida, quando o conceito de riqueza é associado à satisfação frente à própria condição, em relação ao nível de vida das outras pessoas. Entretanto, os conceitos de pobreza, nestes termos, ainda mantinham obscuro a determinação do que seria a necessidade a eles implícita. Tentou-se chegar a um limite conceitual estatístico, preciso, valendo-se de referências como salários e horas de trabalho; porém, esta forma de definição da pobreza não se apresentava válida para todos os fins. Por seu dinamismo e subordinação a realidades específicas, esta passa a ser concebida como relativa, condicionada a contextos e sociedades diversas, sujeita a um espaço temporal e, portanto, “historicamente determinada” (SANTOS, 2013, p. 18).

Apoiando-se sobre este caráter temporal e relativo, Santos entende não haver utilidade para as definições numéricas, já que as dimensões da pobreza serão estabelecidas pelos fatores econômicos e sociais de cada lugar. Se existem diferentes tipos de pobreza, tanto no âmbito interno de cada país, quanto em nível internacional, não haveria sentido em determinações matemáticas para seu tratamento (SANTOS, 2013).

Outros pensadores, embora reconhecendo o caráter complexo e dinâmico do fenômeno, não excluem o uso dos dados numéricos para sua análise e mensuração, admitindo sua junção a outros fatores de observação e análise. Dentre estes, Rocha (2006, p. 9), genericamente definindo a pobreza como “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”, salienta a imprescindibilidade de especificação do que seriam tais necessidades, além da definição do que seria aceitável quanto ao nível de atendimento. Tais delimitações estariam, conforme a autora, condicionadas ao contexto socioeconômico determinado. Neste sentido, “ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (ROCHA, 2006, p. 10). Assim, diferenças relativas aos diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico e às peculiares tradições culturais, demandam conceitos

sobre a pobreza que considerem as singularidades de cada país, sendo importante escolher-se apropriadamente os procedimentos de mensuração para as distintas realidades sociais. Identificar um conjunto de características, traçando-se previamente um perfil do que seja a pobreza numa dada conjuntura é essencial para adequadas definições e estabelecimento de políticas sociais. Sob estes aspectos, definições conceituais e estatísticas acertadas serão determinantes para o alcance dos resultados esperados (ROCHA, 2006).

Dentre as várias abordagens, faz-se pertinente destacar o caráter multidimensional da pobreza, advogado por autores como Sen (2010), para quem, embora a carência de renda seja reconhecida como um fator relevante nas ponderações sobre o tema, não deve ser, como tradicionalmente se dá, a única variável a ser considerada.

Neste sentido, a pobreza deve ser entendida como “privação de capacidades básicas” e não simplesmente como escassez de renda (SEN,2010, p.120), entendendo-se a expressão “capacidade de uma pessoa”, como uma espécie de liberdade substantiva que a possibilita alternar combinações do que o autor classifica como “funcionamentos”⁷, ou como “a liberdade de ter estilos de vida diversos” (SEN,2010, p. 105).

As liberdades substantivas podem ser concebidas como capacidades habilitadoras que garantam às pessoas a prerrogativa da escolha do estilo de vida que racionalmente valorizam. Sob esta perspectiva, a renda é apenas instrumental, sublinhando-se a existência de outros determinantes sobre a privação de capacidades, como a idade, sexo, funções sociais, localização e outras variantes (SEN, 2010).

O grande mérito da atenção sobre a perspectiva da pobreza fundamentada no conceito da capacidade está em retirar o foco dos meios para os fins e conseqüentemente, para as liberdades que as pessoas têm para alcançar seus objetivos. “As privações são vistas em um nível mais fundamental – mais próximo das demandas informacionais da justiça social” (SEN, 2010 p. 123).

Esta dimensão mais ampla sobre o tema tem sido divulgada por organismos internacionais de desenvolvimento, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, que em recente publicação explicita a compreensão da pobreza como “(...) um conjunto de privações referentes a um padrão de vida que deve alcançar a todas as pessoas e por si mesma expressa uma condição de violação dos direitos humanos fundamentais”. Essa perspectiva baseia-se no entendimento da pobreza como seriamente danosa tanto às pessoas,

⁷ O termo “funcionamentos”, contextualmente fundamentado em uma concepção aristotélica, é descrito como relacionado às “várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter” (SEN, 2010, p. 104).

quanto às sociedades, dificultando em consequência, o pleno “desenvolvimento das capacidades e potencialidades dos seres humanos” (CEPAL, 2015, p. 161).

A multidimensionalidade da pobreza é também coerente às defesas de Yunus (2010, p. 9), que a considera como decorrente de injustas relações sociais e não como uma condição fatidicamente intrínseca à natureza de alguns seres humanos – “os homens não nascem para padecer com a fome e a miséria”.

Reconhecendo o caráter multidimensional do fenômeno da pobreza, o economista recomenda um amplo ambiente de intervenções que incluam, além da oportunidade ao crédito, ações nas áreas de saúde, educação, pensões, comunicações e outras, que garantam sua contínua e crescente superação (YUNUS, 2010).

Por admitir que as concepções de pobreza podem ser diversas, Yunus (2010) ressalta a necessidade de definições de critérios quanto ao público alvo que se quer atender, considerando aspectos como localização geográfica, ocupação, religião, etnia, sexo, idade e outros fatores que permitam a elaboração de uma matriz multidimensional de pobreza. O estabelecimento de critérios para estas definições evitaria que os não pobres excluam os pobres e os menos pobres excluam os mais pobres do acesso aos benefícios em projetos de desenvolvimento.

A partir de suas iniciativas de combate à pobreza, afirma ser possível utilizar o sistema de mercado a favor dos pobres – embora sob uma racionalidade diferente, na medida em que sustenta a possibilidade de outra motivação além da exclusiva maximização dos lucros, peculiar à lógica prevalente. Nesse sentido, enfatiza a possibilidade do desenvolvimento de empresas sociais⁸ para atendimento às necessidades dos pobres e consequente superação da pobreza (YUNUS, 2014).

Tais modalidades de empreendimentos econômicos reforçam o potencial criativo dos seres humanos para protagonizar seu próprio desenvolvimento desde que lhes sejam garantidas as condições e oportunidades necessárias, destacando-se dentre estas o direito ao crédito, considerada pelo autor como um direito humano, por sua potencialidade para viabilizar àqueles que convivem com situações de pobreza, a possibilidade de empreender em prol da melhoria do próprio destino (YUNUS, 2014).

⁸ A empresa social atua no mercado como qualquer outro empreendimento econômico, portanto, necessitando manter-se eficiente e competitiva em seus processos e resultados. Entretanto, sua finalidade não está orientada ao lucro máximo, mas, ao máximo de benefícios sociais. Assim, o resultado não é distribuído entre os acionistas – conforme prática convencional – mas, reinvestido na própria empresa. Empresas com finalidade de maximização de lucros, porém, empreendimentos cujos proprietários sejam os pobres, são também reconhecidas como viabilizadoras de redução da pobreza, na medida em que possibilitam a estes empreendedores os instrumentos necessários para tal condição (YUNUS, 2014).

Embora diversas e não completamente consensuais em seus fundamentos teóricos, várias concepções contemporâneas sobre o fenômeno da pobreza admitem em alguma dimensão, sua condicionalidade a aspectos sociais, econômicos e culturais. Estas definições reclamam o estabelecimento de critérios que permitam a identificação de quem são os pobres. Neste sentido, discussões sobre a natureza do fenômeno da pobreza colocam-se como relevantes e definidoras à utilização de adequadas metodologias e estabelecimento de estratégias e políticas eficazes ao seu combate e superação.

1.1.1 A natureza da pobreza: absoluta ou relativa?

Os vários métodos utilizados na determinação da pobreza são geralmente classificados segundo as abordagens direta ou indireta, apresentando-se a primeira como aquela em que são definidos como pobres aqueles que não têm satisfeitas uma ou mais das necessidades consideradas básicas, como condições adequadas de nutrição, moradia, educação, etc. Esta perspectiva associa os níveis de consumo ao bem-estar. Já na abordagem indireta, são pobres aqueles que não possuem os recursos que lhes permitiriam a satisfação de suas necessidades básicas. Neste enfoque o bem-estar é relacionado à “capacidade de realizar consumo” (FERES e XAVIER, 2001, p.18).

Como um dos métodos utilizados para identificação, segundo a abordagem indireta, estão as linhas de pobreza que variam conforme distintos enfoques, em uma perspectiva absoluta – pobres e não pobres, ou relativa – em que os pobres são definidos como mais ou menos pobres, conforme os padrões da sociedade em que vivem.

O conceito de pobreza relativa nasce nos países desenvolvidos durante os anos pós-guerra, quando, embora linhas absolutas assinalassem o seu fim, muitos vivenciavam dificuldades reconhecidas como plausíveis. Tratava-se de uma outra forma de conceber e mensurar a pobreza que, nesta nova perspectiva, não se restringia apenas ao âmbito das necessidades de sobrevivência física (ROCHA, 2006; SOARES, 2009).

A ênfase na qualidade relativa do fenômeno da pobreza nos países mais ricos, traz à tona as discussões sobre sua natureza face aos graus de desenvolvimento dos países, que se diferenciam de acordo com a condição social e produtiva de cada um. Estabelece-se, pois, a distinção que relaciona a pobreza absoluta às carências pertinentes às necessidades consideradas vitais, ou ao mínimo necessário para sobreviver, e a pobreza relativa às necessidades não satisfeitas, que para além das necessidades básicas, se relacionam ao modo de vida padrão de cada sociedade (ROCHA, 2006). A ideia de relatividade agrega ao conceito

de pobreza a noção das desigualdades, podendo ser definida em função das diferenças de renda ou associadas a conceitos de bem-estar (SOARES, 2009).

As linhas absolutas são as mais utilizadas em países menos desenvolvidos, destacando-se o “método das necessidades nutricionais mínimas ou insatisfeitas”, cujo uso fundamenta-se na necessidade vital de todo ser humano, de consumir alimentos e água em determinada quantidade, pois “(...) ninguém pode continuar vivo sem comer e beber” (SOARES, 2009, p. 15).

Classificada como abaixo da linha de pobreza, a condição de pobreza absoluta caracteriza-se por um estado de “grave privação das necessidades humanas básicas, incluindo alimentos, água potável, instalações sanitárias, saúde, abrigo, educação e informação”, relacionado à renda e ao acesso a serviços sociais (FERES E XAVIER, 2001, p.18).

Sustentando que a relatividade não deve ser o único padrão para classificação da pobreza, Sen (1992, p.313) afirma a existência de “um núcleo irreduzível de privação absoluta na ideia de pobreza, que traduz os relatos sobre a fome, a desnutrição e o sofrimento visível em um diagnóstico de pobreza sem necessidade de que se conheça antes a situação relativa”. Utilizando o exemplo de uma situação de fome extrema, ressalta que esta condição seria natural e imediatamente classificada como um tipo de pobreza extrema, não importando, neste caso, os padrões de relatividade da sociedade em questão. Sob este argumento, afirma a abordagem da pobreza relativa como complementar, jamais substitutiva quando se trata de privação absoluta.

Coerente a este princípio, autores como Feres e Xavier (2001) e Rocha (2006), afirmam que o uso mais comum das linhas de pobreza relativa se dá entre os países desenvolvidos, onde os enfoques de desigualdade de renda e exclusão social se destacam como pertinentes frente à condição social e produtiva que detêm. Em países de renda média, onde existem significativas parcelas da população não assistidas em suas necessidades básicas, ainda são relevantes os aspectos concernentes ao conceito de pobreza absoluta. Seja qual for a classificação em que se insira o método a ser utilizado para identificação dos pobres, ressalta-se que todos eles possuem pontos fracos e fortes. Assim, a escolha do método mais adequado tem sido definida pelo contexto ao qual este será aplicado.

O método direto, por não estar diretamente relacionado à renda ou consumo, como no caso do método indireto caracterizado pelo estabelecimento das linhas de pobreza, é defendido por Sen (1992, p. 317,318) como superior, uma vez que suposições baseadas em informações destas variáveis (renda ou consumo) podem, segundo o mesmo, não ser precisas. Neste sentido, o uso do método baseado na renda, apenas seria justificado em circunstâncias em que a informação direta não fosse possível. Contudo, as duas modalidades se referem a concepções

distintas sobre a pobreza, na medida em que o método direto aponta para aqueles cujo nível de consumo real não responde aos padrões convencionados sobre as necessidades básicas, e que o método indireto, designado pelo mesmo como “método da renda” - identifica aqueles que não possuem a capacidade para alcançar estes padrões socialmente definidos como mínimos das necessidades básicas. Assim, cada um destes métodos teria propósitos específicos de identificação da pobreza (SEN, 1992).

Sob esta lógica, além dos enfoques direto e indireto e das perspectivas absoluta ou relativa, Sen (2014), destaca a abordagem das capacidades na determinação da pobreza, que tomando por referência a multiplicidade das dimensões da vida humana, afirma a insuficiência da utilização de meios, como renda ou bens, como critérios de avaliação. Considerando que pessoas diferentes que vivem em contextos e sob condições diferentes podem não ter as mesmas oportunidades para fazer com que a renda, bens ou riquezas resultem em fins que lhes são valiosos, a abordagem das capacidades assinala que a pobreza deve ser determinada não como carência de renda, mas como privação de capacidades. Nesta perspectiva, a pobreza está relacionada à privação de condições reais para conversão dos meios (renda, bens, riqueza) no modo de vida que as pessoas valorizam (SEN, 2014).

Não obstante às várias abordagens, destaca-se que ante à natureza multidimensional do fenômeno da pobreza, nenhum método de identificação ou mensuração o contempla totalmente, uma vez que sempre desprezarão, em alguma medida, dimensões importantes (FERES e XAVIER, 2001).

A pobreza afeta milhões de pessoas, em uma persistente expressão que não pode ser desconsiderada. Outra atenção importante frente ao desafio que representa a superação das múltiplas e complexas questões sociais imbricadas ao fenômeno da pobreza, refere-se aos modelos que contemporaneamente norteiam as noções de desenvolvimento. O tema carrega-se de especial relevância para o objetivo de se encontrar alternativas capazes de orientar novos entendimentos e posturas. No âmbito desta discussão incluem-se determinados problemas como destacados por Kliksberg (2001), que como afirmado por Werthein e Noleto (2003, p.19), encontram-se “implícitos no atual modelo de desenvolvimento econômico e social”.

1.1.2. Os problemas sociais na abordagem de Kliksberg⁹

A pobreza e suas implicações sociais e econômicas que consideravelmente se impõe sobre as coletividades humanas, especialmente sob as realidades das economias menos desenvolvidas, tem sido perpetuada, por vezes agravada, por equívocos conceituais que orientam sérios desacertos, resultando em pesados fardos e privações que atentam contra a dignidade e cidadania destas populações. Kliksberg (2001) conclama a um repensar arrazoado, crítico e coletivo destes equívocos sobre o desenvolvimento como forma de alcançar-se, renovadora e criativamente, outros caminhos.

Evidenciando-se o influxo destas interpretações sobre a realidade destas populações, vale aqui destacá-las, conforme manifestas por Kliksberg: (i) a “negação ou a minimização da pobreza” – afinal, “os pobres sempre existiram” – que desconsiderando as expressivas diferenças tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos, se reportam ao fato da sua existência entre os homens em todos os tempos e lugares colocando em questão sua preeminência em termos de intervenções; (ii) o imperativo “da paciência”, que sustenta a necessidade da espera de sucessivas etapas após as quais a pobreza será finalmente contemplada, menosprezando-se a dureza, perversidade e na maioria das situações a irreversibilidade dos danos impostos pela carência no suprimento das necessidades básicas; (iii) o entendimento de que “o crescimento econômico é suficiente”, em que prepondera a crença de que tudo estará bem se o ritmo de crescimento do produto interno bruto e do produto interno bruto *per capita* forem bons. Sob esta lógica, se o crescimento for garantido, todo o restante se resolverá como consequência certa; (iv) a afirmação de que “a desigualdade é um fato da natureza e não um obstáculo para o desenvolvimento” - sustenta-se, valendo-se da teoria de Kuznets conhecida como o “U” invertido¹⁰, que a desigualdade é uma etapa inerente ao desenvolvimento e que em um dado momento se reduzirá. Kliksberg refuta esta prédica, afirmando-a como um uso deturpado do verdadeiro pensamento de Kuznets; (v) a “desvalorização da política social”, que deprecia os investimentos sociais reduzindo-os a uma categoria inferior destinada a apenas compensar ou minorar as sequelas ocasionadas pelas políticas mais importantes. Nesta dimensão

⁹ Baseado na obra de KLIKSBURG, B. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: UNESCO, CORTEZ Editora. 2001.

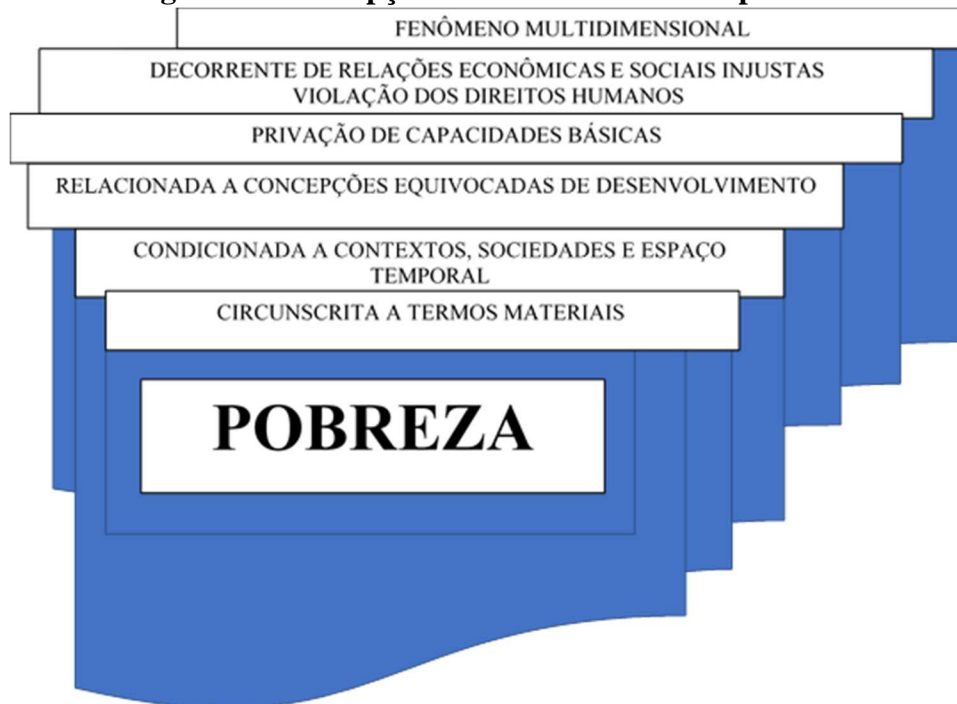
¹⁰ A hipótese de Kuznets conhecida como o “U” invertido, nasce a partir de seu trabalho “Economic Growth and Income Inequality”, publicado em 1955 pela *The American Economic Review*, vol XLV, em que o mesmo analisa a relação entre crescimento econômico e desigualdade na distribuição de renda, utilizando dados de países desenvolvidos – Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha.

investimentos sociais devem ser apenas uma resposta política imediata para arrefecer as inquietudes provocadas pela pobreza; (vi) a “maniqueização do Estado”, que em razão dos graves problemas de burocratização, ineficiência e corrupção, observados em práticas estatais, induz à ideia de que o mercado seria a melhor e mais eficiente opção para a prestação dos serviços públicos. Entretanto, a deslegitimação estatal enfraquece sua ação e contribui para o progressivo desaparecimento de políticas públicas sociais, infligindo pesadas cargas aos cidadãos; (vii) a “incredulidade sobre as possibilidades de contribuição por parte da sociedade civil”, que enfatiza o mercado como principal vetor do desenvolvimento, relevando a plano inferior as ações da sociedade civil organizada, responsável por diversas contribuições no espaço social; (viii) a questão da participação, estimulada sim, porém não efetivamente concretizada - aqui, os discursos reconhecem e incitam a participação comunitária, contudo, na prática, a tomada de decisões não é compartilhada de forma efetiva, perdendo-se assim, o reconhecido potencial de êxito quando as comunidades tomam parte nos processos de planejamento, gestão, controle e avaliação de programas sociais, (ix) a “esquivança ética”, que privilegia a dimensão da racionalidade técnica em detrimento da discussão ética. Sob o domínio do pragmatismo endossado por argumentos diversos, esquivam-se do debate das prioridades no uso racional dos recursos para investimentos sociais e; (x) o discurso de que “não há outra alternativa” - a despeito de argumentações contrárias e atestação dos fatos em diferentes partes do mundo, a existência de outros caminhos, outras possibilidades, não é admitida. Desta forma, os altos custos sociais impostos pelas medidas vigentes são inevitáveis, uma vez que não existem outros cursos de ação possíveis (p.18-46).

Embora não possam ser apresentados como únicos responsáveis pelas dificuldades, estas interpretações reforçam a existência da pobreza e desigualdade. No enfrentamento destes fenômenos, as questões sociais e suas implicações não podem ser menosprezadas ou acriticamente racionalizadas. No parecer do autor, “(...) atacar frontalmente as causas da pobreza, não dando lugar às negativas e tergiversações, é trabalhar por restituir cidadania a grande parte dos habitantes da região, cujos direitos humanos elementares estão, de fato, aviltados pelas carências sociais” (p. 46).

Entendida como um fenômeno multidimensional, a pobreza admite várias noções sobre sua natureza, origem e implicações. As principais ideias abordadas nesta seção, sobre o tema, são sintetizadas na Figura 2.

Figura 2 – Concepções sobre o fenômeno da pobreza



Os conceitos de desigualdade e pobreza, embora relacionados, figuram-se essencialmente distintos. Apesar de apresentarem muitos pontos em comum, um conceito não inclui o outro sem prejuízos às noções fundamentais de cada um. Não obstante, em razão de sua mútua relação, mudanças distributivas, na medida em que possibilitem ampliação das capacidades produtivas, podem resultar em erradicação da pobreza. Neste sentido, vale considerar-se a influência da desigualdade em contextos onde a pobreza é preponderante, contudo, sem que isto implique em colocá-las em um mesmo pé de igualdade (SEN, 1992)¹¹. Neste sentido, tem-se que o influxo da desigualdade sobre a pobreza, sua complexidade, implicações e desafios, tornam a atenção e o entendimento de sua estrutura e natureza, especialmente importantes para os propósitos deste trabalho.

¹¹ Referindo-se ao contexto nacional, “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”, afirmam Barros, Henriques e Mendonça (2000). Após análises e comparações de dados sobre a pobreza e desigualdade no Brasil e países com níveis de produção e renda per capita semelhantes, estes autores asseveram a desigualdade (que histórica e persistentemente tem marcado a realidade nacional) como a principal determinante da prevalência da pobreza, que ainda assola importante parcela da população. Sob a perspectiva da dimensão de renda, demonstram que no contexto brasileiro, a pobreza apresenta sensibilidade maior às ações e investimentos em prol da redução da desigualdade que aqueles empreendidos para aumento do crescimento. Embora os autores não desprezem a importância do crescimento, como caminho para superação da pobreza, o reconhecem como uma alternativa que demanda um tempo bem maior para produzir efetivas alterações. Destacam, portanto, a importância de políticas redistributivas, não desconsiderando, contudo, os esforços para o crescimento econômico (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000).

1.2 Desigualdade – um conceito múltiplo

Associada à noção de relatividade da pobreza, que surge no período pós-guerra em referência às privações vivenciadas por parte da população dos países desenvolvidos, que embora reais, não eram circunscritas às necessidades básicas de sobrevivência fisiológica, as desigualdades se vinculam a padrões econômicos e culturais de cada sociedade (ROCHA, 2006). Nesta lógica, apresenta-se como um conceito amplo e complexo, em determinados contextos definidos pelas diferenças de renda ou relacionados a condições de bem-estar (SOARES, 2009).

Contudo, diferentes concepções sobre as desigualdades humanas já se encontravam em questão, achando-se presentes nas discussões de alguns clássicos, que a estas atribuem lugar entre as mais remotas relações humanas. Dentre estes, Rousseau (1999) as reporta ao início das sociedades humanas, entendendo o contrato social¹² como a alternativa encontrada para regular as desigualdades que se instituíram entre os homens, dando origem, a partir de então, ao estabelecimento das leis e organização das sociedades. A condição natural anterior, de ampla igualdade e liberdade, corrompida pela degeneração moral dos homens, expressa nas mais diversas formas de desigualdades (produtos da noção de posse e propriedade que alcança o espírito humano) demandava um pacto ao qual todos se submetessem, tornando possível a segurança e a convivência mútua (ROUSSEAU, 1999). Tratava-se de uma liberdade regulada, porém mais segura, que substituiria a liberdade anterior. Seria, portanto, necessário “(...) encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes” (ROUSSEAU, 2006, p. 20).

As desigualdades assumem as formas dos antagonismos presentes nas lutas de classes em Marx e Engels (1999), definindo a história de todas as sociedades. As relações sociais de produção determinaram as formas materiais da existência humana desde as épocas mais longínquas de sua história, estabelecendo distintos grupos, concorde ao *status* que os

¹² Teóricos “contratualistas” defendem a formação das sociedades a partir de um pacto, um “contrato social”, que marcaria a transição de um estado de ilimitada igualdade e liberdade entre os homens, para a sujeição a princípios sociais aceitos consensualmente, que embora limitassem a condição anterior, em contraparte garantiriam maior segurança à humanidade em um determinado modo de vida coletiva (ROUSSEAU, 1999; LOCKE, 2006; HOBBS, 2008). Diferenças quanto ao caráter e condições do estado “natural” e do pacto social, distinguem o pensamento de seus defensores. Entre os clássicos cita-se Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant (SEN, 2014). Entre o pensamento contemporâneo, destaca-se John Rawls que equipara o estado anterior ao pacto social a uma condição hipotética, caracterizada pelo que o mesmo classifica como “posição original”, onde indivíduos representativos destituídos de acesso a informações de qualquer natureza que pudessem influenciar decisões parciais – ou sob “o véu da ignorância” – escolheriam princípios de justiça que norteariam as instituições sociais em uma sociedade justa (RAWLS, 2000; SEN, 2014).

conformava. Quer tenham sido mantidas a partir das relações entre senhores e escravos, senhores feudais e servos, ou burguesia e proletariado, estas convivências sempre se deram conflituosas entre “opressores e oprimidos”, em contínuo confronto e contraposição (MARX e ENGELS, 1999, p.40).

Considerando a concepção de poder, conforme asseverada por Weber (2004), a possibilidade de imposição da vontade própria por uma ou mais pessoas em uma determinada ação social, mesmo opondo-se à vontade de outras pessoas também inseridas nesta mesma ação, embasa uma série de fatos sociais, dentre estes, as estratificações decorrentes da distribuição deste poder na esfera de uma dada sociedade. Estratificações estas que implicam em diferenças hierárquicas originadas e mantidas nos âmbitos econômico, social e político. Hierarquias, que por sua vez, naturalmente pressupõem uma conjuntura de desigualdades em variadas dimensões, acampando, na esfera social, as diferentes posições de status; no campo político os diversos partidos e no âmbito econômico, as classes, que segundo o autor, constituem-se de possuidores e não possuidores – distintos entre si pelas duas categorias determinantes das situações de classes: a propriedade e a falta de propriedade.

Entre as concepções contemporâneas, algumas - como as tratadas a seguir - afirmam as desigualdades no mundo ocidental como resultantes de influências político-ideológicas que orientam a distribuição dos encargos e benefícios sociais resultantes da colaboração social que caracteriza a vida em sociedade.

1.2.1 Desigualdades – uma questão distributiva?

Declara Sané (2003, p. 28), que “a pobreza só chegará ao fim quando for vista como uma violação dos direitos humanos e, como tal, abolida”. Para enfatizar que a justiça reclama que as “liberdades da cidadania igual” devem ser entendidas como invioláveis, Rawls (2000, p.4) afirmou que “cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar”.

Coerente a esta lógica, a noção de direitos absolutos devidos a todo ser humano permeia e orienta a percepção de justiça. Neste sentido, Sané (2003) afirma a pobreza como negação, àqueles que se encontram sob suas mazelas, de direitos universais inerentes à raça humana. Segundo o mesmo, apregoa-se a igualdade de direitos, contudo, entre as relações humanas persistem crescentes desigualdades quando se trata da distribuição de bens materiais, disparidades estas “(...) entrincheiradas em políticas econômicas e sociais injustas, tanto no nível nacional como no global” (SANÉ, 2003, p. 31).

Estas percepções, relacionam a pobreza e desigualdades a distorções na repartição de direitos, bens e oportunidades, que demandam intervenções que redirecionem política, social e economicamente as sociedades, na construção de uma realidade mais equitativa, inclusiva e justa. Autores como Rawls (2000), Sen (2010; 2014) e Piketty (2014) trazem à tona esta discussão com diferentes e complementares propostas e concepções.

1.2.1.1 A distribuição na abordagem de Rawls¹³

As sociedades humanas modernas podem ser concebidas como conjuntos de pessoas que, embora plural quanto a interesses e concepções, cooperam para a promoção do bem, com objetivos de recíproca obtenção de vantagens. Por consequência, esta associação assinala-se tanto por interesses mútuos – a cooperação social - como por conflitos resultantes de reivindicações diversas na distribuição dos benefícios sociais provindos da colaboração mútua. Rawls (2000) destaca esta noção de pluralidade que caracteriza as sociedades contemporâneas, propondo diretrizes que orientem e assegurem direitos e deveres na repartição justa das vantagens advindas do contributo social.

As instituições que fundamentam, regulam e sustentam as doutrinas e práticas da vida nestas sociedades, contingenciam condições diferentes às pessoas nascidas sob contextos econômicos, sociais e políticos diversos. Estas assimetrias sociais resultam em desigualdades estruturais que afetam, de forma favorável ou adversamente, a vida das pessoas sob tais conjunturas, potencializando ou restringindo suas possibilidades.

Considerando o caráter estrutural destas desigualdades que determinam condições prévias não equitativas na distribuição das vantagens e obrigações sociais, juízos de mérito e valor não são suficientes para justificá-las. Portanto, faz-se necessário o estabelecimento de postulados capazes de orientar as instituições sociais no exercício da conferência de direitos e deveres, e na repartição adequada dos frutos do contributo social de forma justa. Assim, Rawls apresenta sua teoria que advoga a capacidade de os “princípios da justiça” nortearem as relações humanas, para a construção de uma sociedade justa. Para o mesmo, “(...) o conceito de justiça se define pela atuação de seus princípios na atribuição de direitos e deveres e na definição da divisão apropriada de vantagens sociais” (p. 11).

São dois os princípios que alicerçam a condição designada como “justiça como equidade” que segundo a proposta de Rawls, adviriam do consenso entre indivíduos

¹³ Com base na obra de RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

representativos sob uma situação hipotética classificada como posição original. Nesta condição também designada pelo autor como o “véu da ignorância”, estes indivíduos, desconhecendo sobre suas posições sociais, suas capacidades naturais, características físicas, ou qualquer outra informação prévia capaz de influenciar posicionamentos ou escolhas parciais – portanto, em uma situação de plena equidade de condições - definiriam os fundamentos de um tipo de contrato social para uma sociedade justa, embora constituída por pessoas motivadas por concepções e interesses conflitantes.

Supostamente, estes preceitos seriam diferentes entre si, uma vez que, enquanto o primeiro - o princípio da liberdade igual - reclama a igualdade quanto às liberdades básicas, o segundo princípio admite a possibilidade de desigualdades sociais e econômicas, desde que tais condições resultem em vantagens para todos, sobretudo para os menos favorecidos. Assim, “todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais da autoestima – devem ser distribuídos igualitariamente a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos” (p. 66).

Nestes termos, os princípios da justiça são definidos como:

Cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema total de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para todos. As desigualdades econômicas e sociais devem ser ordenadas de tal modo que, ao mesmo tempo: (a) tragam o maior benefício possível para os menos favorecidos, obedecendo às restrições do princípio da poupança justa, e (b) sejam vinculadas a cargos e posições abertas a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades (RAWLS, 2000, pp. 333).

Para garantia das liberdades básicas iguais e regulação adequada das desigualdades sociais e econômicas conforme admitidas, Rawls propõe uma ordem serial incidente sobre estas diretrizes de tal forma que o primeiro princípio seja prioritário sobre o segundo. Além disso, a parte (b) – referente à “igualdade equitativa de oportunidades” - do segundo princípio, seria anterior à parte (a) – referente ao “princípio da diferença” (333-334).

No estabelecimento das instituições básicas, responsáveis pela atribuição de direitos e deveres e pela definição da adequada distribuição de recursos, conforme orientadas pelos princípios da justiça, o governo tem, papel ativo e preponderante, devendo dividir-se em quatro setores básicos: (i) o setor de alocação – regulando o sistema de preços, não permitindo o estabelecimento de excessivo poder sobre o mercado, valendo-se de impostos e subsídios ou modificações nas definições do direito de propriedade; (ii) o setor de estabilização – empenhando-se na criação de um “pleno emprego razoável”, garantindo a possibilidade de “livre escolha de ocupação” e que “o desenvolvimento das finanças seja assegurado por uma

forte demanda efetiva”; (iii) o setor de transferências – respondendo pela garantia de um mínimo social, como mecanismo alternativo ao sistema competitivo de preços, que considere as necessidades dos menos favorecidos¹⁴ e; (iv) o setor de distribuição – que constituindo-se de duas partes, (a) controla a distribuição da riqueza de forma a não permitir que concentrações de poder prejudiquem o caráter “equitativo da liberdade política e a igualdade equitativa de oportunidades”, utilizando-se do estabelecimento de normas e tributação sobre heranças e doações e (b) garante a arrecadação necessária para a manutenção dos serviços públicos a partir de uma tributação proporcional sobre as despesas (p. 304 – 309).

A regulação do sistema de distribuição assegura os ajustes necessários para evitar que diferenças de capacidades naturais (físicas ou cognitivas) ou que eventuais vantagens socioeconômicas determinem desníveis injustos quanto à repartição tanto das vantagens, quanto dos encargos sociais resultantes da colaboração mútua em uma sociedade. Consoante a Rawls, “a distribuição natural não é justa nem injusta, nem é injusto que pessoas nasçam em alguma posição particular na sociedade. Esses são simplesmente fatos naturais. O que é justo ou injusto é o modo como as instituições lidam com esses fatos” (p. 109).

1.2.1.2 A distribuição sob a perspectiva de Sen¹⁵

Reportando-se a dois antigos termos do sânscrito clássico – *niti* e *nyaya* – Sen (2014) apresenta uma abordagem alternativa, que coloca em questão a ênfase “na identificação de arranjos institucionais justos” das teorias contratualistas, classificadas por ele como “institucionalismo transcendental” (p. 36), cuja expressão se dá, em diferentes formas, pelas defesas de Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant e contemporaneamente por John Rawls.

Niti e *nyaya* traduzem-se igualmente por justiça, porém, são conceitos diferentes, possuindo aplicações distintas, em que *niti* refere-se “tanto à adequação organizacional quanto comportamental”, enquanto *nyaya*, alude “ao que resulta e ao modo como emerge, (...) a vida que as pessoas são realmente capazes de levar” (2014, p. 17). Associando *niti* à visão “transcendental”- cujo foco centra as principais instituições e regras em uma sociedade - o

¹⁴ “Os mercados competitivos adequadamente regulados asseguram e conduzem a uma utilização eficiente dos recursos e alocação de mercadorias entre consumidores” paralelamente é necessário que o setor de transferências assegure determinado nível de bem-estar e atente às necessidades dos desfavorecidos (RAWLS, 2000, p. 305).

¹⁵ Com base nas obras: SEN, A. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010 e _____ **A Ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

autor defende como alternativa, uma concepção “comparativa” – associada a *nyaya* – onde o enfoque destaca as realizações, comparando as possibilidades reais de vida das pessoas.

No centro da abordagem comparativa de Sen está o conceito de “capacidades” – que podem ser descritas como liberdades substantivas que possibilitam às pessoas alternarem combinações do que o autor classifica como funcionamentos¹⁶. As liberdades substantivas são aqui concebidas como capacidades habilitadoras que garantem a prerrogativa da escolha do estilo de vida que as pessoas racionalmente valorizam. Nesta lógica, as capacidades colocam em questão a eleição dos bens sociais primários¹⁷ como critério de julgamento para as vantagens relativas, reclamadas pelo princípio da diferença de Rawls. O princípio da diferença rawlsiano, relacionando-se à equidade distributiva, admite desigualdades socioeconômicas consideradas justas, caso resultem em benefícios para todos e particularmente para os menos favorecidos.

Embora reconheça que Rawls tenha, “indiretamente”, se preocupado com a relevância da liberdade humana na garantia de oportunidades reais para as pessoas, Sen contesta a suficiência de sua priorização dos bens primários – que, para ele, devem ser entendidos como “meios” e não como fins em si mesmos¹⁸ - na consideração das liberdades substantivas que as pessoas podem de fato usufruir. Este hiato, conforme o autor, pode ser solucionado passando-se do foco nos referidos bens primários para a ênfase nas capacidades, o que, na sua concepção, “(...) não seria um afastamento fundamental do próprio programa de Rawls, mas sobretudo um ajuste na estratégia da razão prática” (2014, p. 96; 97).

O enfoque nas capacidades leva em conta as múltiplas e diversas situações que condicionam as possibilidades de as pessoas converterem os bens primários em uma vida que realmente valorizam. Nesta lógica, destaca-se o risco de se restringir o conceito de desigualdade, por exemplo, apenas ao âmbito da desigualdade de renda, desconsiderando-se outros espaços tanto ou mais importantes na medida em que ampliam a compreensão e a possibilidade de intervenções sobre a desigualdade. Aspectos como: (i) “heterogeneidades pessoais” – idade, gênero, deficiência, propensão a doença, etc.; (ii) “diversidades no ambiente físico” – condições climáticas, inundações ou outras catástrofes naturais, alterações no ambiente provocadas pela ação humana como poluição, esgotamento e outras; (iii) “variações

¹⁶ O termo “funcionamentos” é descrito como relacionado às “várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter” ou “à liberdade de ter estilos de vida diversos” (SEN, 2010, p. 104; 105).

¹⁷ “Bens sociais primários” são listados em categorias como “direitos, liberdades e oportunidades, (...) renda e riqueza” e “senso do próprio valor”. Tais bens se referem àquilo que as pessoas racionalmente valorizam, ou o que “(...) um homem racional deseja, não importa o que mais ele deseje”, aquilo que “ele preferiria ter mais a ter menos” (RAWLS, 2000, p. 97; 98)

¹⁸ Segundo o autor: “(...) os meios para uma vida humana satisfatória não são em si mesmos os fins da boa vida (...)” (SEN, 2014, p. 269).

no clima social”– condições do contexto social, em que se incluem a saúde pública e as condições epidemiológicas, o ensino público, predomínio ou ausência de crime e violência , além das relações comunitárias (capital social) e; (iv) “diferenças de perspectivas relativas relacionais” – padrões sociais de comportamento, devem ser observados, em uma perspectiva mais ampla que apenas considerações circunscritas à variante renda (2014, p. 289,290).

Identificando-se à perspectiva de justiça de *nyaya*, a abordagem das capacidades amplia o entendimento das questões da justiça distributiva, priorizando o que de fato acontece com as pessoas ao levar em conta todo o contexto social em que estão inseridas e as implicações reais destas condições sobre suas vidas. A atenção sobre a perspectiva da capacidade retira o foco dos meios para os fins e conseqüentemente, para as liberdades que as pessoas têm para efetivar oportunidades reais de vida.

As percepções sobre as desigualdades na distribuição material dos bens advindos da contribuição social sob o plano da justiça, expressam uma lógica igualitária de direitos que nos países avançados encontra respaldo nas políticas de bem-estar social, que foram desenvolvidas a partir das conquistas das classes trabalhadoras, que constituíram a noção do Estado de bem-estar social viabilizada pelo estabelecimento de uma legislação de proteção favorável e políticas de arrecadação fiscal e tributária (POCHMANN, 2003).

Também destacando a distribuição sob a ótica de repartição de direitos, Piketty (2014, p. 467) se aproxima das defesas de Rawls – em seu “princípio da diferença” e de Sen em seu enfoque das “capacidades” quando assevera: “é necessário então estender os direitos fundamentais e as vantagens materiais ao máximo de pessoas possível, sobretudo se for do interesse daqueles que têm menos direitos e que enfrentam oportunidades de vida mais restritas”. Sob o prisma de direitos sociais o autor associa o conceito de Estado social à ideia da redistribuição na perspectiva moderna.

1.2.1.3 Redistribuição em um enfoque de direitos - uma abordagem segundo Piketty¹⁹

O desenvolvimento do conceito de Estado social, a partir do implemento da arrecadação fiscal para financiamento das despesas públicas destinadas à garantia das prerrogativas da cidadania e bem-estar coletivo, em uma lógica igualitária de direitos, pode ser associada a uma forma de redistribuição moderna?

¹⁹ Baseado na obra de PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2014.

Esta é a abordagem afirmada por Piketty, que se reportando aos serviços públicos e rendas de substituição assegurados pelo Estado, particularmente nos campos da saúde, educação e cobertura previdenciária, entende que a redistribuição moderna se centra sob “uma lógica de direitos e um princípio de acesso a certo número de bens julgados fundamentais” (p. 467)

Para este autor, esta interpretação encontra respaldo nas diretrizes políticas e filosóficas declaradas pelas diferentes nações, referentes aos direitos de seus povos. A exemplo, toma do texto introdutório da Declaração da Independência americana (1776), a proposição de “(...) que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade”, relacionando a esta afirmativa a moderna concepção de direitos que inclui a educação e a saúde, como elementos intrínsecos à vida e felicidade.

Na mesma lógica, reporta-se ao primeiro artigo da Declaração (francesa) dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) – que professa: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum”. Piketty ressalta a segunda parte da assertiva que apresenta a realidade da desigualdade, imediatamente após o princípio da igualdade entre todos.

“Até onde deve ir a igualdade de direitos? ”Será possível incluir no âmbito das declarações acima destacadas “a igualdade do direito à educação, à saúde, à aposentadoria”? Podem ser adicionados “o direito à cultura, à moradia, a viagens”? Uma vez que a igualdade é a regra, quaisquer tipos de desigualdades só são admitidos se justificados pela “utilidade comum”, destaca o autor respondendo aos próprios questionamentos (p. 467). Este princípio, se aplicado de maneira mais ampla, torna razoável a interpretação de que as desigualdades - desde que de interesse de toda a coletividade e em particular dos menos beneficiados - possam ser consideradas aceitáveis. Neste sentido, faz-se necessária a garantia dos direitos considerados fundamentais e dos benefícios materiais, especialmente aos menos favorecidos em termos de acesso e oportunidades.

O Estado social, ou a redistribuição moderna, foi, portanto, conforme Piketty, constituído nos países desenvolvidos, alicerçado em uma série de “direitos sociais fundamentais: o direito à educação, à saúde, à aposentadoria”, representando um forte avanço histórico desenvolvido ao longo do século XX, sobretudo entre 1930 e 1980 (p. 468). As altas taxas de crescimento que marcaram estes anos, particularmente durante os chamados “Trinta Gloriosos”, nos países da Europa Continental, possibilitaram uma conjuntura favorável a esta evolução do papel do Estado. Entretanto, as perspectivas de baixo crescimento, prenunciadas

para os próximos anos, não estimulam aumentos progressivos da arrecadação pública. Outra questão importante diz respeito aos problemas de organização burocrática resultantes do crescimento expressivo do setor público. Governança, organização e estrutura se apresentam como desafios reais para o Estado moderno quanto à eficiência e eficácia do sistema público no atendimento de suas demandas básicas.

Também não se pode dizer que o processo de constituição do Estado social, como ocorrido nos países desenvolvidos, tenha se dado em todas as partes do planeta. Existem, inclusive, diferenças importantes mesmo entre os países ricos, podendo citar-se, a exemplo, as diferenças nos níveis de arrecadação entre os países da Europa Ocidental e países como Estados Unidos e Japão. Os países mais pobres tanto na África Subsaariana quanto no Sul da Ásia convivem com taxas muito baixas de arrecadação pública e mesmo os países em nível de desenvolvimento intermediário na América Latina, Norte da África ou na China, praticam taxas de arrecadação significativamente inferiores às exercidas por países ricos, porém com níveis de desenvolvimento similar, observando-se um alargamento destas distâncias nas últimas décadas.

Esta situação, como constatada nos países mais pobres e em desenvolvimento, demanda importante atenção, justificada pelo caráter determinante para a modernização e desenvolvimento em todos os atuais países desenvolvidos, da constituição de um Estado forte em termos de arrecadação fiscal e desempenho social. Nestes termos, o autor defende o aperfeiçoamento e consolidação de um Estado fiscal e social nos países emergentes como elemento fulcral e relevante “para o futuro do planeta” (p. 479).

O conceito de desigualdade apresenta-se múltiplo e complexo, considerando-se as suas diversas interpretações. Atentando à proposta deste trabalho, em que o tema da pobreza concebida como privação material, de direitos e de oportunidades, assume importância basilar, optou-se pela discussão das desigualdades no âmbito das propostas de redistribuição socioeconômica²⁰, considerando as percepções de: Rousseau (1999; 2006) - que entendeu o estabelecimento das leis como a solução para regular as desigualdades (que para ele surgiram a partir da noção de posse e propriedade entre os homens); de Marx e Engels (1999) - onde as

²⁰ Consoante a Fraser (2006), abordagens sobre desigualdades, apesar de suas diferenças, podem ser genericamente classificadas em duas dimensões, que embora relacionadas se distinguem em suas próprias demandas – a redistribuição socioeconômica e o reconhecimento das diferenças. O primeiro, representado pelas discussões sobre o tema da distribuição socioeconômica, se fundamenta na “estrutura econômico-política da sociedade” e inclui a exploração, a marginalização econômica e a privação. Segundo a autora, o tema foi teorizado por igualitários cujas concepções integram “a teoria de Marx sobre a exploração capitalista, a concepção de justiça de Rawls (...), a visão de Amartya Sen, de que justiça implica ‘capacidades de função’ iguais; e a de Ronald Dworkin, de que justiça implica ‘igualdade de recursos’”. O segundo modelo é “cultural ou simbólico”, fundamentando-se nos “padrões sociais de representação”. Em seu âmbito encontram-se a dominação cultural, o ocultamento e o desrespeito (*Ibid.* p. 232).

desigualdades se expressam através dos antagonismos das lutas de classes, que se fundamentam nas relações sociais de produção; de Weber (2004) – para quem as desigualdades se expressam a partir das hierarquias decorrentes das estratificações resultantes das relações de poder, nas esferas social, econômica e política. Entre os autores contemporâneos, Sané (2003) estabelece uma relação entre as desigualdades - que persistem na distribuição dos bens materiais - e a pobreza, que considera como uma violação aos direitos universais da humanidade; Rawls (2000), em suas defesas, estabelece princípios orientadores que assegurem direitos e deveres na repartição justa dos benefícios da vida em sociedade, expressos como “todos os valores sociais”, incluindo em seu bojo a “liberdade, oportunidade, renda e riqueza e as bases sociais da autoestima”. Ampliando a discussão, Sen (2010; 2014) alicerça-se no tema da distribuição, em uma abordagem que enfatiza as diferenças nas múltiplas situações que condicionam as possibilidades de conversão de bens, em o que as pessoas realmente objetivam e valorizam; e Piketty (2014), que destaca a importância de um Estado forte em termos de arrecadação fiscal e desempenho social para a redistribuição, que em uma perspectiva moderna assume uma lógica de direitos e bem-estar coletivo.

Sumariza-se na Figura 3, as principais concepções sobre desigualdades tratadas por esta seção.

Figura 3 – Concepções sobre o Fenômeno Desigualdade



A distribuição regulada por leis e mediada por um Estado interventor, consolidou-se nos países desenvolvidos, garantindo direitos e mantendo condições mais equitativas de bem-estar social. Não obstante, sob contextos econômicos e sociopolíticos diferentes, os países menos desenvolvidos não alcançaram as mesmas conquistas sociais (BORON, 1994; POCHAMANN, 2003). Contrariamente, nestes países as disparidades se agravaram e ante às conseqüentes dificuldades de acesso a mercados formais observou-se o fomento de diversas iniciativas econômicas, que constituídas sob uma racionalidade própria, instrumentalizavam as populações mais pobres para reprodução material e social de seus agentes. Este fenômeno foi inicialmente designado como setor informal, porém, em sua evolução passa a ser referido através de várias expressões tais como: economia popular, economia informal, estratégias de subsistência, economia subterrânea e outros termos correlatos (RAZETO, 2005), tornando-se objeto de estudos realizados por vários autores, alguns deles abordados na sequência deste trabalho.

1.3 Economia popular - uma racionalidade singular

As lutas e reivindicações dos trabalhadores sob o sistema capitalista e suas conquistas em termos de representação política, consolidaram nos países desenvolvidos avançada legislação social e trabalhista. Tal feito foi possível, em razão da estruturação do mercado de trabalho e pelo estabelecimento de um sistema de distribuição secundária da renda nacional, possibilitado por políticas tributárias e sociais, que expandia o rendimento do trabalho, resultando em excedente econômico que sustentava o Estado de bem-estar social (POCHMANN, 2003). Entretanto, em países economicamente menos avançados, os processos do influxo industrial capitalista não se deram sob os mesmos contextos histórico-estruturais observados nos países desenvolvidos. Antes, se consolidaram sob conjunturas políticas, econômicas e culturais que favoreceram, dentre outras implicações, fortes disparidades na distribuição da renda e exploração do trabalho (BORON, 1994).

A ausência de um mercado de trabalho assalariado plenamente estruturado e a inexistência de um forte Estado social interventor, não possibilitaram os mesmos padrões de distribuição que resultassem em “sociedades salariais” desenvolvidas como nos moldes dos países de economia capitalista avançada (POCHMANN, 2003, p. 78). Os processos estruturais, engendrados pela hegemonização capitalista, expressos pela incapacidade do mercado para gerar empregos assalariados em quantidade suficiente para absorver completamente a oferta de mão-de-obra dos segmentos populares e pelo enfraquecimento fiscal e administrativo do Estado, fomentam nestes países menos desenvolvidos, a economia popular, fenômeno

caracterizado pelas peculiaridades de sua lógica e dinâmica alternativas (RAZETO, 2005; CORAGGIO, 2011).

1.3.1 A evolução do conceito – de setor informal a economia informal

O termo “informal” foi primeiramente usado pelo antropólogo Keith Hart em estudo sobre as atividades econômicas de um grupo de migrantes do Norte, em áreas urbanas do Sul de Gana (África), apresentado inicialmente na Conferência sobre Desemprego Urbano em África, realizada no Instituto de Estudos de Desenvolvimento, da Universidade de Sussex, em setembro de 1971²¹. Segundo Ramos (2007), o uso original do termo não demonstrava pretensões conceituais, tendo sido proposto com o fim de evidenciar algumas formas de produção e trabalho, diferentes das formas predominantes em países desenvolvidos.

Posteriormente, a Organização Internacional do Trabalho – OIT (1972), publicou um informe sobre a situação do emprego no Quênia (África Oriental) - utilizando pioneiramente o conceito do setor informal - em um enfoque mais especificamente econômico²² - que constatou a existência de um segmento de “ocupados pobres” que, por suas particularidades não se enquadravam completamente em nenhum dos dois modelos estruturais de produção conhecidos como setor moderno e setor tradicional (GUERGIL, 1988, p.56).

Numerosamente expressivas e marcadas por uma dinâmica própria, as atividades que compõem este segmento, segundo Guergil (1988), contrariavam a teoria predominante de que os pobres gradualmente se beneficiariam das vantagens do crescimento econômico (efeito *trickle-down*). Não se enquadrando entre as classificações até então convencionadas, o setor foi descrito a partir da observação empírica de suas características como: pequenos empreendimentos, com operação em mercados abertos, concorrenciais e não regulados, utilizando recursos locais e tecnologias adaptadas e fazendo uso intensivo de mão-de-obra.

As perspectivas apresentadas por Hart (1971) e pela OIT (1972), consoante a Tokman (1978), apresentaram como informais, a forma como as iniciativas produtivas desenvolvidas por aqueles que, sem conseguirem acesso ao mercado de trabalho formal, mas necessitando de uma ocupação que lhes assegurassem condições para se manterem, produziam ou vendiam bens

²¹ O trabalho de Hart foi posteriormente publicado sob o título, *Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana* *The Journal of Modern African Studies*, vol. 11, nº1, 1973, p. 61-89.

²² Em nota de rodapé, Guergil (1988) esclarece: “*En sentido estricto, hay que reconocer que fue el antropólogo K. Hart quien empleó por primera vez el término "oportunidades informales de ingreso" (Hart, 1973, estudio presentado en septiembre de 1971 en una conferencia del Instituto de Estudios del Desarrollo de la Universidad de Sussex). Sin embargo, el informe de la OIT (OIT, 1972) hizo un análisis más estrictamente económico del concepto, que además alcanzó mayor difusión académica*” (REVISTA DE LA CEPAL, 1988, p. 56)

e serviços que lhes facultassem alguma renda. Nesta lógica, a capacidade para sobreviver, apesar das condições desfavoráveis, atribuía ao segmento determinada condição de autonomia.

O debate sobre o tema da informalidade, consoante a Chen (2007; 2012), se apresentou sob os pressupostos de quatro escolas de pensamento que consideravam sua natureza e estruturação: a escola dualista, a escola estruturalista, a escola legalista e a escola voluntarista.²³ Conforme a autora, em razão da heterogeneidade que caracteriza o ambiente informal, cada uma destas perspectivas se apresentava como parcialmente verdadeira. Contudo, o contexto real era mais complexo do que estas versões podiam isoladamente demonstrar.

As abordagens que concebem a economia informal como distinta e autônoma em relação ao setor formal, caracterizam a escola dualista abordada por Chen (2007; 2012).

Outro enfoque sobre o qual o setor informal foi abordado refere-se à sua concepção como resultado de um sistema legal excessivo e burocrático que se configura em normas e regulamentos que dificultam os trâmites e custos da formalização dos negócios (SOTO, 1986). Esta ótica foi identificada por Chen (2007; 2012), como escola legalista. Já Perry *et al* (2008), apresentam duas dimensões para explicar a informalidade, a exclusão – dada pela incapacidade de atendimento às exigências legais para a formalidade, e o escape – em que trabalhadores, empreendimentos e famílias, considerando uma relação de custo-benefício optam pela informalidade. O entendimento de Perry *et al* (2008) se coaduna com a abordagem de Chen (2007; 2012) sobre a escola voluntarista.

Argumentam Portes e Haller (2004), que em países menos desenvolvidos a economia informal pode se apresentar conveniente ao Estado, que por vezes, renuncia a sua função regulatória, uma vez que em determinados contextos, esta economia informal absorve a mão-de-obra que a economia formal não consegue integrar, evitando transtornos políticos e sociais, já que sem esta alternativa, parte importante da população não teria outro meio para subsistir. Outra implicação, segundo os autores, se deve ao fato de que, com os bens e serviços que fornece, a informalidade reduz os custos de consumo dos trabalhadores vinculados a empresas formais e os custos de produção e distribuição destas empresas.

Para os estruturalistas, não somente os empreendimentos informais, mas também os trabalhadores assalariados sob contratos de trabalho não cobertos e regulados pela legislação

²³ Coraggio (1994) classifica este processo em três correntes: (i) a Neoliberal (associada a Hernando de Soto em sua proposta de desregulamentação estatal); (ii) a Empresarial-modernizante (com uma proposta evolucionista da empresa até ao status de empresa moderna); (iii) a Solidária (associada a movimentos cristãos, que considera as estratégias de sobrevivência da economia familiar e comunitária dos pobres e seus princípios de reciprocidade e solidariedade).

trabalhista, servem aos interesses de empresas capitalistas na medida em que são fonte de bens e serviços a baixo custo (CHEN, 2007; 2012).

Em países desenvolvidos e em desenvolvimento, o setor informal foi também percebido como “produção ilegal, oculta ou clandestina”, tratando-se, no caso da produção ilegal, de produções proibidas por lei ou produzidas sem que seus produtores detenham a autorização legal para fazê-lo. Já a produção clandestina, diz respeito a produção realizada de forma encoberta, oculta aos olhos do sistema regulatório legal (CHEN, 2012, p. 5).

O Programa Regional do Emprego para a América Latina e o Caribe da OIT (PREALC) operou entre as décadas de 1970 e 1990. Este programa entendia o setor informal como excedente da oferta de mão-de-obra e como tal uma questão estrutural²⁴ do desenvolvimento (OIT/PANORAMA LABORAL 2011). Em consonância com o padrão inicial, o PREALC descrevia-o como composto por unidades de produção muito pequenas, pouco capitalizadas, caracterizadas pelo baixo nível tecnológico e organização formal precária ou nula, em que predominava o autoemprego (propriedade única do capital e do trabalho) e que, em razão de suas características, possuíam baixa capacidade de acumulação e conseqüentemente de expansão (PREALC, 1978, p.28).

A expressão economia informal, segundo entendimento de Ramos (2007), a despeito de haver sido apresentada em oposição ao setor moderno da economia, não se distanciava do padrão de referências duais encontradas na literatura econômica, associadas ao “modelo de Lewis”, que concebia o desenvolvimento econômico como resultado da superação da economia tradicional - considerada atrasada ou rural, pela economia moderna – urbana e industrializada. Em razão do uso de avançada tecnologia e de sua alta produtividade a economia urbana teria maiores condições de gerar excedentes, o que lhe garantiria acumulação superior em contraste com a economia tradicional composta por pequenas unidades produtivas, cujas características marcantes seriam a prevalência de relações de produção não-assalariadas, uso de tecnologias de baixa produtividade e não regulação estatal. Neste processo de desenvolvimento, a mão-de-obra necessária ao setor moderno da economia seria provida pelo setor tradicional, até um determinado ponto em que este seria totalmente superado, quando então, a economia se tornaria desenvolvida nos moldes dos países desenvolvidos (RAMOS, 2007).

Argumenta Ramos (2007), que o PREALC, embora não se afastando do padrão inicial para a classificação das atividades do setor informal, seguiu o conceito de desenvolvimento da

²⁴ “A limitação das economias da região para criar empregos assalariados formais em quantidade suficiente para absorver a oferta, em razão das restrições ao crescimento e investimentos a longo prazo, constitui-se o fator estrutural determinante” (OIT/PANORAMA LABORAL, 2011, p. 66).

Cepal que contestava a visão otimista associada ao modelo de Lewis, entendendo que a heterogeneidade estrutural das economias subdesenvolvidas se reproduziria, não redundando em sociedades homogêneas nos moldes dos países desenvolvidos. Para o mesmo, nesta lógica, as atividades informais e o setor informal do mercado de trabalho se traduziam como expressões de estratégias de sobrevivência da população inserida neste contexto.

Em 2002, a Conferência Internacional do Trabalho aprova um conceito mais largo sobre a informalidade, utilizando a expressão “economia informal” que, conforme Chen (2007; 2012), expressa uma maior compreensão de sua lógica e proporções, ao considerar não apenas as características dos empreendimentos informais, mas também a natureza do emprego. Essa dimensão inclui todas as modalidades informais de trabalho – dentro e fora dos empreendimentos informais - em uma perspectiva mais ampla de suas causas, consequências e relações com o ambiente formal.

Classificada a partir de diversos pressupostos, a economia informal assume distintas faces, conforme as diferentes correntes que se propõem a explicá-la, o que dificulta uma definição única e cabal sobre o tema. A descrição de seus atributos e características, por vezes é utilizada como forma de defini-la, deixando-a, entretanto, passível a diversificadas interpretações sobre sua natureza e propósito. Ora sob perspectivas e interpretações positivas, ora sob os rechaços negativos, seu caráter singular, potencialidades e relevância social a destacam como objeto de atenção de pesquisadores, programas e instâncias de desenvolvimento.

1.3.2 Da economia popular à economia do trabalho na abordagem de Coraggio²⁵

O modo capitalista empresarial, em razão da competitividade e transformação tecnológica, não consegue absorver o total de pessoas economicamente ativas como trabalhadores assalariados. Na concepção de Coraggio (2011) os padrões “trabalho-salário-cesta básica de bens e serviços” e “salário indireto-acesso a bens e serviços públicos”, esmaiam-se em sua capacidade de cobertura econômica e social, apresentando-se insuficientes para responderem às necessidades e expectativas de bem-estar (p. 91, 92). Frente à exclusão e empobrecimento resultantes, as unidades domésticas populares procuram ajustar-se valendo-se de diversas modalidades de sobrevivência. Em uma lógica alternativa, centrada no propósito de

²⁵ Com base nas obras: CORAGGIO, J. L. **Economía Urbana**: La perspectiva popular. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala. 1998 e _____ **Economía Social y Solidária**: El trabajo antes que el capital. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2011. As citações diretas foram traduções nossas.

“reprodução biológica e social” de seus membros, compõem a tessitura da economia popular²⁶ (p. 97 - 99). A partir de vasto e diversificado repertório de atividades e iniciativas, organizam-se através das unidades domésticas, redes de ajuda mútua, comunidades e associações voluntárias, pelas vias das trocas mercantis ou da reciprocidade.

As unidades domésticas populares configuram-se como os elementos da Economia Popular, caracterizando-se principalmente, pela dependência do próprio trabalho para sua reprodução não apenas biológica, mas também cultural - uma reprodução “ampliada” da vida, que neste sentido incorpora os valores e necessidades definidas pela construção social. Podem conseguir determinado nível de acumulação, na forma de máquinas ou instrumentos de trabalho, moradia e artigos domésticos, ou pela poupança de valores monetários. Contudo, esta acumulação ocorre de forma limitada e direcionada ao objetivo principal de reprodução da vida, não se traduzindo como excedente. Outra característica reconhecida nos empreendimentos populares diz respeito à dificuldade de separá-los da unidade doméstica, particularidade compreendida pelo fato de sua motivação não se centrar em lucros nos moldes da empresa capitalista, mas, sobretudo na reprodução ampliada de seus membros.

Em uma definição sintética do setor da economia popular, Coraggio a apresenta como um subsistema que - a partir de relações políticas e econômicas resultantes de elos de parentesco, vizinhança, etnia e outros vínculos de afinidade - conecta e potencializa as unidades domésticas populares, sejam estas individuais, familiares, comunitárias ou cooperativas, e suas organizações; tendo como motivação essencial a “reprodução transgeracional ampliada da vida (biológica e cultural) dos segmentos populares” (1998, p. 81).

Entendendo a dinâmica da economia popular como estando direta ou indiretamente sob a lógica do capital, Coraggio propõe sua transformação na economia do trabalho, que se configuraria em “um subsistema econômico articulado, centrado no trabalho”, que em contraposição à racionalidade capitalista, em uma lógica alternativa, direciona as relações em sociedade no sentido da reprodução ampliada da vida, sob formas mais igualitárias e democráticas (2011, p. 103).

²⁶ Coraggio entende que a economia atual é composta pela “combinação de uma Economia Capitalista, crescentemente monopolizada e regida pela acumulação acelerada de lucros sem limites, uma Economia Pública, hoje sob reforma estrutural, regida pela acumulação de poder político e requisitos de governabilidade do sistema (ou a construção democrática de um interesse geral) que combinam funções reguladoras mínimas com políticas sociais assistencialistas, e esse conjunto magmático que denominamos Economia Popular, regido pela reprodução biológica e social de seus membros” (CORAGGIO, 2011, p. 98-99).

1.3.3 Da economia popular à economia popular solidária na perspectiva de Razeto²⁷

O surgimento do fenômeno da economia popular é também atribuído por Razeto a processos estruturais, originados pelo movimento capitalista em contextos menos desenvolvidos, representados, por um lado, pela inaptidão da produção e mercado nestes países para absorver completamente a força de trabalho de seus segmentos populares, e por outro, pelas crises fiscais e administrativas do Estado, inviabilizando sua intervenção mediante efetivas políticas sociais.

À margem dos dois tradicionais distribuidores de recursos (Estado e Mercado), os segmentos populares buscam as condições para sua subsistência e satisfação de necessidades econômicas através de um amplo e heterogêneo leque de atividades e iniciativas, dando origem aos processos reconhecidos como Economia Popular.

Dentre suas diversas formas e conteúdos, Razeto distingue cinco principais modalidades: (i) as “microempresas, pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios” – pequenos empreendimentos de serviços, produção e/ou venda, que frequentemente funcionam em um local próximo ou em uma parte da moradia dos proprietários, que os administram, normalmente contando com a mão-de-obra familiar; (ii) as “organizações econômicas populares” – constituídas por pequenos grupos que se associam para solidariamente responder às suas prementes demandas econômicas, sociais e culturais; (iii) as “iniciativas individuais não estabelecidas e informais” – fornecimento e prestação de bens e serviços não providos pelo mercado formal como o pequeno comércio ambulante, guardadores de automóveis, serviços de jardinagem, pintura, limpeza e outros; (iv) as “atividades ilegais e com pequenos delitos” – atividades realizadas à margem das leis e normas culturais através das quais pessoas obtêm recursos ilícitamente e; (v) as “soluções assistenciais e inserção em sistema de beneficência pública ou privada” – mendicância, acesso a serviços e benefícios direcionados a pessoas em situação de pobreza extrema, subsídios estatais destinados a indigentes (p. 36-37).

Segundo o autor, estas modalidades, conforme graus de desenvolvimento, podem se inserir em três distintos níveis: (a) como “estratégias de sobrevivência” – circunscritas apenas à satisfação das necessidades básicas de sobrevivência fisiológica, sendo admitidas como transitórias e de emergência; (b) como “estratégias de subsistência” – permitem a satisfação das necessidades básicas, contudo, sem possibilitar acumulação ou crescimento, oferecem maior

²⁷ Baseado em RAZETO L. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ F. (Orgs). Educação Comunitária e Economia Popular. 4 ed. São Paulo: Cortez. 2005.

estabilidade, mas não são consideradas como permanentes e; (c) “estratégias de vida” – são valorizadas pelas pessoas que as realizam, que as entendem como alternativa permanente através da qual empreendem para crescer (p. 37-38).

Destacando uma racionalidade peculiar expressa pelos atributos de “solidariedade, mutualismo, cooperação e auto-gestão comunitária”, (p.40), o autor define economia solidária como:

(...) um modo especial de fazer economia – de produzir, distribuir recursos e bens, consumir e de desenvolver -, o qual apresenta um conjunto de características próprias que consideramos as alternativas com respeito aos modos econômicos capitalistas e estatistas predominantes (RAZETO, 2005, p. 39).

Na produção orientada pelos princípios da economia solidária, distingue-se como fator determinante o que o autor classifica como “fator C” referindo-se a “um elemento comunitário, de ação e gestão conjunta, cooperativa e solidária” que repercute decisivamente sobre o resultado econômico. No campo da distribuição são observados outros fluxos e relações econômicas como doações, reciprocidade, comensalidade, cooperação, além dos fluxos tradicionais que orientam (i) o mercado - caracterizado pelas relações de troca e valorização monetária – (ii) e a economia da esfera pública (fiscal e fazendária) regida pelas tributações e dotações orçamentárias. No âmbito do consumo observam-se modos singulares: (i) o consumo geralmente se encontra próximo à produção. Se ocorrem intermediações, estas são procedidas por processos simples, não existindo extensos encadeamentos para os fluxos de trocas; (ii) nos casos em que se confirmam possibilidades favoráveis, a preferência de consumo de bens e serviços ocorre de maneira compartilhada e comunitária; (iii) as diversas necessidades tendem a ser integradas em um mesmo processo de satisfação, diferindo da tendência de especialização que caracteriza a economia convencional e o mercado de trocas e; (iv) neste contexto, há uma propensão ao consumo mais simples e natural em termos qualitativos e à moderação e sobriedade em termos quantitativos (p. 40 - 44).

Contudo, observa Razeto, que nem toda a economia popular pode ser classificada como economia solidária, assim como também é verdade o inverso²⁸. Desta forma, a economia popular de solidariedade é definida como “o conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas” que compõem o espaço de interseção entre a economia popular e a

²⁸ Segundo Razeto (2005), a economia solidária também integra modalidades solidárias “em outros níveis sociais, e em organização e atividades econômicas não populares”, a exemplo das configurações cooperativas e autogestionárias que atuam em espaços sociais diferentes das organizações não governamentais, etc. (*Ibid.* p.45).

economia solidária, ou a parte entre as duas modalidades que possuem atributos que as classificam, tanto no âmbito de uma, como da outra (p. 45-46)

Possuindo uma lógica e dinâmica própria que a distingue de outros fundamentos sociais com os quais se conecta e dos quais se originam muitos dos seus componentes, a economia popular de solidariedade, conforme Razeto, se organiza e se estrutura de forma singular, coexistindo com outras expressões populares.

Na esfera urbana, as organizações econômicas populares constituem-se, dentre outros, importante componente da economia popular solidária que se caracteriza em sua totalidade, por marcada heterogeneidade, apresentando, contudo, características comuns entre seus integrantes que lhe permitem a definição de uma identidade própria bem delimitada.

Excluídos ou à margem do mercado formal e não dispondo de acesso aos bens e serviços oriundos das políticas públicas, as organizações econômicas populares buscam solucionar suas próprias demandas e necessidades organizando-se comunitariamente e através do autodesenvolvimento. Integrando a economia popular, estas organizações se organizam em seus esforços em prol do alcance de seus objetivos, e neste processo se integram ao modelo alternativo e solidário da economia popular.

Apesar de marcadas por fortes dificuldades internas presentes nas dimensões “tecnológica, financeira, administrativa, comercial e trabalhista”, estas organizações possuem, entretanto, potencial para articularem soluções tornando plausível a possibilidade de que agreguem ao crescimento quantitativo que evidenciam, progressão qualitativa tal que as torne determinantes na superação das dificuldades impostas pela “marginalidade” e “pobreza” aos segmentos populares (p.58).

O vulto quantitativo da economia informal, sua racionalidade e características singulares, seu impacto no produto nacional em determinados países e sua capacidade de resiliência e de absorção do excedente de trabalhadores não integrados pela economia formal, lograram a atenção de pesquisadores, instâncias de desenvolvimento e governos. Teorias variadas surgiram em pretensas tentativas de entendê-la e explicá-la, e discussões em torno de sua natureza, amplitude e definição conceitual deram fôlego a várias estratégias mobilizadas para sua “emancipação”. Outros viram em sua essência o germe para teorias e propostas econômicas, alternativas à racionalidade capitalista prevalecente, que a transcendem contextual e ideologicamente.

Sua origem substancialmente popular e intrinsecamente ligada aos segmentos economicamente mais pobres a tornou objeto de diversos programas, investimentos e políticas para combate e superação da pobreza. Dentre estes, os programas de transferência de renda,

capacitação e os programas de microcrédito, que desde o surgimento do Banco Grameen, em Bangladesh, disseminaram-se globalmente como alternativa geradora de renda, trabalho e inclusão econômica e social.

2. O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À POBREZA

No contexto das microfinanças, o microcrédito tem sido reconhecido por instâncias civis e governamentais como importante alternativa de intervenção para o combate à pobreza, especialmente por sua capacidade de geração de trabalho e renda para populações que necessitam de acesso ao crédito como meio para superação de condições de privação e como instrumento de inclusão e empoderamento social.

Embora não exista um consenso geral sobre a diferença entre os dois termos, as microfinanças são reconhecidas como a totalidade de serviços financeiros destinados à população de baixa renda. Já o microcrédito pode ser destacado como um conjunto de serviços financeiros destinados às classes de menor rendimento, que a partir de metodologias específicas, se destinam ao fomento de pequenas atividades produtivas. Sob esta lógica, o microcrédito insere-se no universo das microfinanças distinguindo-se dos demais serviços por destinar-se especificamente a pequenos empreendimentos produtivos, além do uso de metodologias diferenciadas (BARONE *et al.* 2002; SOARES e MELO SOBRINHO, 2008).

A partir de iniciativas exitosas e inovadoras desenvolvidas na década de 1970, este conjunto de serviços financeiros, especificamente voltados para a população de baixa renda, toma vulto, expandindo-se para vários países em âmbito mundial. Desde então, sua trajetória desenvolveu-se a partir de modelos distintos de atendimento ao cliente que embora tenham em comum o combate à pobreza, divergem em premissas fundamentais “seus princípios orientadores, seus objetivos, seus clientes e seu impacto sobre os pobres e sobre a pobreza em geral” (WOLLER, DUNFORD, WOODWORTH, 1999, p.4).

2.1 Microcrédito – sobre os argumentos das escolas teóricas de pensamento.

Divergências teóricas basilares marcam e determinam a oferta dos serviços financeiros destinados aos mais pobres. Sua evolução nas últimas décadas distingue duas correntes principais, orientadas respectivamente, pela ênfase ao sistema financeiro - *financial system* - e pelo relevo ao alívio da pobreza - *poverty lending* (GULLI, 1999).

Sob o primeiro enfoque, o microcrédito refere-se à oferta sustentável de serviços financeiros destinados a pessoas de baixa renda não contempladas pelo sistema financeiro tradicional e como tal, não necessariamente deve se aplicar à erradicação do núcleo mais duro da pobreza, que deve ser contemplado por outras frentes de intervenções. A geração de renda é

um objetivo importante para esta linha e a autossustentabilidade das instituições prestadoras é defendida como condição *sine qua non* para extensão de suas operações (GULLI, 1999).

Já o destaque ao alívio da pobreza, reclama uma perspectiva mais holística para os serviços de microcrédito que, conjugado a outras intervenções, objetiva a plena realização do potencial humano, entendida como a capacidade que todos têm de promover seu próprio desenvolvimento, caso lhe sejam ofertadas as condições necessárias ao rompimento dos fatores restritivos. Neste sentido, microcrédito deve ser instrumento de combate e superação da pobreza. Mais que sustentabilidade financeira, esta linha de pensamento prioriza o desenvolvimento e emancipação daqueles que se encontram sob os rigores da pobreza (GULLI, 1999).

Estes fundamentos são consonantes aos encontrados nas correntes designadas como Escola de Ohio e Escola do Grameen Bank, que embora comunguem vários aspectos conceituais se distinguem em seus princípios teóricos e consequentemente em seus objetivos práticos, afinando-se a Escola de Ohio à lógica da ênfase ao sistema financeiro e a Escola do Grameen Bank ao foco no alívio da pobreza (GUTIÉRREZ NIETO, 2006).

Entre os modelos teóricos que embasam os entendimentos e práticas de microcrédito consoantes a estes mesmos princípios, estão também as correntes designadas como desenvolvimentista e minimalista. A autossustentabilidade da instituição microfinanceira e o foco exclusivo na oferta em serviços financeiros distingue a linha minimalista. Já a perspectiva desenvolvimentista, centra-se no combate à pobreza em suas questões estruturais. A instituição microfinanceira, na vertente desenvolvimentista, assume o papel de promotora de desenvolvimento e para o alcance pleno de seus objetivos sociais, deve aliar-se a ações conjuntas e complementares de outras modalidades de intervenções para apoio à população mais pobre (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008).

Uma defesa relevante dos adeptos ao foco no alívio da pobreza e suas variantes, diz respeito ao entendimento do crédito como um direito humano – “ (...) o crédito é mais que negócios, exatamente como o alimento: o crédito é um direito do homem” (YUNUS, 2010). Em oposição, aqueles que advogam os princípios da ênfase ao sistema financeiro afirmam o crédito não como um direito, mas como uma obrigação financeira, um passivo adquirido –

(...) trata-se não simplesmente de uma necessidade, mas de uma demanda dessas empresas que podem utilizar serviços financeiros para o incremento do bem-estar e estão dispostas a pagar para obtê-los. Sem dúvida não se trata de um direito humano. O endividamento não é um direito, é uma responsabilidade (Gonzalez-Vega, 2000).

A dissensão quanto a elementos teóricos fulcrais ao entendimento e prática do microcrédito também distingue welfaristas e institucionalistas, cujas perspectivas, embora diversas, se entrelaçam na prática de muitas instituições microfinanceiras. Aversa a qualquer espécie de subsídios, a abordagem institucionalista sustenta a autossuficiência financeira como condição e principal fator de sucesso institucional. Nesta lógica, afirma a preeminência do número de clientes (*breadth of outreach*) sobre os graus de pobreza alcançados (*depth of outreach*). Uma de suas importantes premissas refere-se ao público alvo das microfinanças, que é definido como aqueles que são excluídos ou que não são completa, ou adequadamente, atendidos pelo sistema financeiro formal. Assim, o objetivo primordial das microfinanças se traduz por um tipo específico e sustentável de intermediação financeira destinada aos pobres (WOLLER, DUNFORD, WOODWORTH, 1999).

Destacando a autossuficiência e a escala como principais alvos, os institucionalistas elegem a instituição como foco de sua abordagem, vislumbrando no futuro das microfinanças, um ambiente “dominado por numerosas instituições financeiras de larga escala e fins lucrativos, que forneçam serviços financeiros de alta qualidade para um grande número de pobres” (WOLLER, DUNFORD, WOODWORTH, 1999, p. 3).

A interpretação institucionalista consona-se às concepções sobre microcrédito defendidas por teóricos ligados à Ohio State University, Banco Mundial e ao Grupo Consultivo de Assistência aos Mais Pobres – CGAP (WOLLER, DUNFORD, WOODWORTH, 1999). Esta concepção é coerente à proposição “win-win” segundo a qual, as instituições que se orientam pelos “princípios do ‘good banking’ serão também aquelas que mais aliviarão a pobreza”. Sob esta lógica, a defesa de que os pobres precisam de acesso ao crédito, contudo, não necessariamente “crédito barato”, justificaria a cobrança de altas taxas de juros sem implicar em prejuízo do alcance (*outreach*) da intervenção institucional (MORDUCH, 2000, p. 617). Este argumento alicerça-se na afirmação de que a não dependência de subsídios, garantida pela autossustentabilidade da instituição, possibilitaria o alcance de um maior número de pobres do que as restrições orçamentárias ocasionadas pela dependência de doadores (MORDUCH, 2000).

Em contraposição, os welfaristas valorizam a consideração dos mais pobres em suas intervenções de combate à pobreza (*depth of outreach*), mesmo se para isto a dependência de subsídios se fizer necessária. Defendem a oferta de serviços financeiros como meio de combate e superação da extrema pobreza, que subjuga pessoas e comunidades, e não como um fim em si mesmo. O autoemprego se apresenta como alternativa possível aos mais desfavorecidos, particularmente as mulheres, para quem pequenos aumentos de renda e a possibilidade de

poupar, pode significar avanços positivos nas condições familiares afetando diretamente as gerações futuras, uma vez que estas tendem a reverter os pequenos excedentes conseguidos, para melhorar as condições de vida dos filhos. Sob esta ótica, os welfaristas objetivam principalmente a família como centro de suas intervenções, consonando-se ao Banco Grameen em Bangladesch e a programas que reproduzem suas práticas e princípios teóricos (WOLLER, DUNFORD, WOODWORTH, 1999).

As premissas centrais destas correntes se mesclam bastante. No Quadro 1 procurou-se elencar as principais características que as marcam em seus fundamentos teóricos.

Quadro 1 - Principais Fundamentos Teóricos Contemporâneos do Microcrédito

Financial Systems -Escola de Ohio – Institucionalistas - Modelo Minimalista	Poverty Lending - Escola do Grameen Bank – Welfaristas - Modelo Desenvolvimentista
<ol style="list-style-type: none"> 1. Foco na oferta sustentável de serviços microfinanceiros à população de baixa renda excluída do sistema financeiro formal. 2. Enfoque exclusivo - a oferta deve restringir-se, exclusivamente, aos serviços financeiros. 3. O crédito é entendido como uma obrigação financeira e não um direito humano. 4. O público alvo não necessariamente deve ser a população mais pobre. 5. A autossustentabilidade da IMF é essencial à extensão de suas operações. 6. Preeminência do número de clientes (<i>breadth of outreach</i>) sobre os graus de pobreza alcançados (<i>depth of outreach</i>). 7. Doações e subsídios não se justificam. 8. As Organizações Não Governamentais – ONGs exercem um papel secundário na indústria de microcrédito. As instituições formais e reguladas estão mais aptas à oferta dos serviços microfinanceiros. 9. Ênfase em uma ótica mais comercial. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Foco no alívio da pobreza. 2. Enfoque Integral - para alcance de seus objetivos sociais, os serviços financeiros devem vincular-se a outras formas de apoio. 3. A oportunidade do crédito é entendida como um direito humano. 4. O atendimento aos mais pobres deve ser priorizado. 5. O potencial de autodesenvolvimento do público-alvo é prioritário ao objetivo de autossustentabilidade institucional. 6. Especial atenção aos graus de pobreza alcançados (<i>depth of outreach</i>). 7. Os objetivos sociais pretendidos justificam o recebimento de doações e subsídios que viabilizem a oferta de serviços. 8. Em razão dos objetivos sociais vinculados, os governos e as ONGs devem estar envolvidos com a oferta de microcrédito. 9. Ênfase em uma ótica mais social.

Elaboração própria com base nos argumentos contidos em Gulli (1999); Woller, Dunford, Woodworth (1999); Gonzalez Vega (2000); Gutiérrez-Nieto (2006); Soares e Melo Sobrinho (2008).

Quer em uma ou outra posição, a definição do público a ser atendido apresenta-se como o elemento pivô do debate. Não obstante, Lima (2009) destaca a comprovação de êxitos tanto em algumas experiências focadas no atendimento ao público extremamente pobre, quanto em outras especializadas no atendimento a microempreendedores que possuam melhor renda. A condição de sucesso parece estar muito mais ligada aos processos, critérios e condições do crédito, definidos pelas instituições para atendimento ao seu público-alvo.

2.2 Perfil do cliente esperado pelas microfinanças

Em razão das particularidades que caracterizam o público potencial ao microcrédito, é determinante ao alcance dos objetivos destes serviços - quer financeiros, que sociais – o entendimento de que sua oferta extrapola a simples venda de produtos financeiros de pequena monta. Exigindo serviços especializados, estratégias e metodologias específicas, “é o cliente que faz o microcrédito distinto” (BRUETT, SUMMERLIN e D’ONOFRIO, 2002, pg. 112).

Tradicionalmente não contemplados de forma plena pelo sistema convencional, em suas necessidades de serviços e produtos financeiros, este público, apesar de sua capacidade produtiva, foi por muito tempo considerado apenas por programas e políticas de caráter exclusivamente “paternalista e assistencialista” (KWITKO, 2002, pg. 15).

São definidos como microempreendedores de baixa renda, possuidores de pequenos negócios caracterizados por relações comerciais frequentemente interligadas à família e vida pessoal. Geralmente representam expressiva parcela dentre a população dos países onde se encontram (BRUETT, SUMMERLIN e D’ONOFRIO, 2002).

Conforme diferentes correntes teóricas, o escopo deste público será definido com distinta abrangência. Para o enfoque financeiro, refere-se à população de baixa renda excluída do sistema financeiro tradicional; contudo, este público não necessariamente deve incluir os mais pobres. Em contraposição, a priorização dos mais pobres marca a segunda linha de pensamento que se norteia principalmente pelo propósito de emancipação deste segmento, entendendo-os como alijados do direito ao crédito como fonte de autodesenvolvimento (GULLI, 1999; GUTIÉRREZ NIETO, 2006).

O gênero é uma questão que ganha especial atenção para algumas instituições microfinanceiras na definição de seu público, ao priorizar as mulheres, que atendem com propósitos e metodologias específicas.

Menos propensas ao risco, as mulheres normalmente empreendem atividades menores e mais simples. Estes traços, por vezes replicam negócios marcados por giros rápidos, que

geralmente proporcionam altas margens, porém de valores efetivamente pequenos e sem potencialidade de crescimento (BRUETT, SUMMERLIN e D'ONOFRIO, 2002).

Não obstante, tem sido reconhecido que a oportunidade do crédito a mulheres inseridas em contextos desfavoráveis carrega-se de significativo potencial para a ampliação de objetivos sociais vinculados ao microcrédito e garantidos pelo comprometimento destas com a saúde e educação dos filhos e com a melhoria das condições da família. A respeito, Cacciamali *et al.* (2014, p.19), registram:

A literatura especializada aponta (...). A formatação de programas de microcrédito para mulheres, por exemplo, pode atingir vários objetivos simultaneamente, tais como retirá-las da pobreza, pois elas apresentam maior probabilidade de permanecer nesta condição; melhorar a taxa de adimplência do programa, haja vista que elas são melhores pagadoras; e aumentar a qualidade de vida dos filhos, pois elas propendem a gastar relativamente mais no próprio negócio ou em despesas com a família do que os homens. Esses aspectos positivos, todavia, devem ser contrapostos ao fato de que o retorno ao investimento seja menor em negócios administrados por mulheres do que por homens. E a decisão de focar os empréstimos a mulheres dependerá dos objetivos que o programa pretenda alcançar (CACCIAMALI *et al.* 2014, p.19).

Genericamente é possível a definição de um perfil para o público do microcrédito, a partir de suas especificidades assim descritas: microempreendedores de baixa renda; possuidores de poucos ativos e geralmente não detentores de documentos de propriedade; não plenamente contemplados em suas necessidades de serviços e produtos financeiros pelo sistema convencional; negócios pequenos com poucos ou inexistentes registros contábeis e transações comerciais e familiares frequentemente mescladas; fortemente pressionados pelas obrigações pessoais e domésticas que prevalecem e limitam o reinvestimento produtivo; transações comerciais de alta rotatividade e forte dependência de capital de giro; aversão ao risco e vulnerabilidade a choques econômicos; baixos níveis de educação formal e qualificação empresarial; pouca ou nenhuma experiência com serviços financeiros formais; baixa capacidade de pagamento; alta sensibilidade ao tempo; baixo potencial de crescimento do negócio e valorização da atenção pessoal (BRUETT, SUMMERLIN e D'ONOFRIO, 2002).

Tais particularidades, que marcam clientes e negócios (especialmente a falta de controles financeiros, as transações financeiras mescladas às transações domésticas e a não disponibilidade de garantias reais), acentuam as dificuldades quanto à assimetria de informação²⁹ e custos transacionais, dificultando-lhes o acesso ao fornecimento de crédito no mercado convencional (MORDUCH, 1999; AMBRÓZIO, 2009).

²⁹A assimetria de informações em uma relação contratual pressupõe um desequilíbrio de informações entre as partes envolvidas. Assim, quando uma das partes possui um conjunto de informações maior que a outra parte

As instituições microfinanceiras – IMFs procuram contornar estas dificuldades valendo-se de mecanismos alternativos, alicerçados nos níveis de conhecimento, solidariedade e reciprocidade - existentes ou estimulados entre este segmento - que passam a ser considerados como colaterais.

Dentre estas alternativas destacam-se os créditos solidários, empréstimos realizados por um grupo de empreendedores onde cada membro, embora possua uma atividade produtiva distinta na qual investirá o recurso, compromete-se solidariamente com o valor total do empréstimo contratado pelo grupo. Esta corresponsabilidade quanto ao pagamento pressupõe a mútua seleção de pares e estimula um monitoramento realizado pelos próprios componentes do grupo, o que contribui efetivamente para minimização dos riscos de não pagamento.

Outro fator de minimização de riscos nesta modalidade de crédito diz respeito às implicações quanto ao inadimplemento que afeta a todo o grupo igualmente, sem benefício de ordem ou grau, o que incentiva os membros a se ajudarem mutuamente nos casos de dificuldades financeiras de algum dos membros para honrar o compromisso assumido (MORDUCH, 1999; AMBRÓZIO, 2009). Assim, as instituições microfinanceiras valem-se da organização social como meio para redução de custos de transação gerados pelas singularidades que caracterizam este público (JUNQUEIRA, 2007).

Além destas, as características dos clientes e seus negócios implicam em outras adequações pelas instituições microfinanceiras tais como: consideração das despesas familiares e dos negócios na definição dos valores do crédito; processos ágeis e desburocratizados; análise do caráter do solicitante associado à análise financeira; capacidade de pagamento construída a longo prazo a partir de repetidos empréstimos de valores progressivos; opções de parcelas e prazos factíveis; constante monitoramento; relação de proximidade entre clientes e instituição (BRUETT, SUMMERLIN e D'ONOFRIO, 2002).

O entendimento das especificidades do cliente do microcrédito, seu contexto social, capacidades e limitações faz-se essencial à instituição e torna a atividade microfinanceira um serviço altamente especializado. O êxito quanto aos objetivos institucionais – financeiros e sociais – vincula determinantemente processos, políticas e gestão a um próximo e efetivo conhecimento deste cliente e seu empreendimento (BRUETT, SUMMERLIN e D'ONOFRIO, 2002).

correspondente, para quem estas informações também são relevantes, configura-se uma condição assimétrica na proporção de informações entre estes. Este desequilíbrio pode se traduzir em vantagem para a parte que possui maiores informações. Em operações de crédito, a assimetria de informações é um problema que pode restringir o crédito, uma vez que as instituições terão dificuldades para a avaliação do risco envolvido no empréstimo. (REYMÃO e CORRÊA, 2014).

Uma maior proximidade traduz-se como uma marca na relação entre instituições e clientes, firmando-se como essencial à proposta de inclusão social e financeira das microfinanças (BCB/RIF 2015). Este tipo de interação permite e viabiliza fatores importantes como: conhecimento mútuo instituição/cliente, monitoramento institucional da carteira de crédito, fortalecimento da credibilidade e compromisso nas relações comerciais estabelecidas e valorização do empreendedor em sua capacidade de reprodução econômica e social, imprimindo maior transparência e segurança ao exercício da atividade microfinanceira³⁰.

2.3 Difusão do microcrédito no Brasil

A atividade de microcrédito existe no Brasil desde 1973³¹, quando apoiados pela Acción International (na época Aitec) e por empresários locais, foi criada uma organização não governamental chamada União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (Programa UNO). A organização atuava em Pernambuco e Bahia (BARONE et al. 2002; ALVES e SOARES, 2004). Embora reconhecida como uma experiência técnica exitosa, a instituição atuou apenas por dezoito anos, desaparecendo após este período. Barone et al. (2002) consideram que a experiência não subsistiu por que a sustentabilidade institucional não foi acatada como fator fulcral à sua continuidade.

Depois do Programa UNO, outras iniciativas emergiram no país, sendo a primeira delas, o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), em Porto Alegre – 1987³². A partir desta experiência foi criada a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos – FENAPE, posteriormente CEAPE Nacional, constituindo a rede CEAPE. Entre as instituições que iniciaram atividades a partir de então, cita-se: a Seção do Banco da Mulher Bahia, que inaugura seu programa de microcrédito em 1989; a Portosol – Instituição

³⁰Reconhecendo o valor desta contiguidade entre a instituição microfinanceira e seus clientes, a Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005 – importante marco legal para as microfinanças, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) - requer o uso de metodologias que garantam o relacionamento direto com o empreendedor no local de sua atividade, levantamento socioeconômico para definição das necessidades de crédito e contato com o cliente durante todo o período de contrato (BRASIL, 2005). Regulamentações posteriores (Resolução nº 4000 de 25/08/2011 e Resolução nº 4.152 de 30/10/2012) também afirmam o uso de metodologias que enfatizem a proximidade entre instituições e usuários do crédito (BCB/RIF 2015).

³¹Zouain e Barone (2007), remontam as origens do microcrédito no Brasil à década de 1950, citando a iniciativa de Dom Helder Câmara para ajudar excluídos sociais a iniciarem atividades produtivas, a partir de uma carteira de empréstimos que posteriormente originou o Banco da Providência, Instituição Católica criada para ajuda e promoção humana de populações desfavorecidas no Rio de Janeiro.

³²Pereira et al. (2009), afirmam como segunda iniciativa de microcrédito no Brasil, após o Projeto UNO (citada pelos autores como primeira iniciativa), a criação em 1982 da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher – Banco da Mulher, no Rio de Janeiro. Em 1989 inicia-se a Seção do Banco da Mulher na Bahia. Posteriormente, a instituição ampliou sua atuação para os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Amapá, Amazonas e Minas Gerais.

Comunitária de Crédito, cuja criação foi promovida em 1995 pela Prefeitura de Porto Alegre e entidades da sociedade civil; o VivaCred, criado em 1996, por iniciativa do Movimento Viva Rio e o CrediAmigo, fundado em 1998 pelo Banco do Nordeste do Brasil (BARONE et al. 2002).

Após a estabilização monetária ocorrida na década de 1990, o ambiente mais favorável possibilita uma maior evidência ao microcrédito, viabilizando, a partir de então, sua consolidação em âmbito nacional. Em 1996, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES³³, lança o Programa de Crédito Produtivo Popular – PCPP (BARONE et al. 2002; GROS, 2000). Iniciativa governamental, o PCPP objetivava a propagação do conceito de microcrédito, a disponibilização de recursos financeiros e a formação de uma institucionalidade que amparasse sua contínua e apropriada utilização. Conforme registro em documento do BNDES, referente à abertura do Seminário Internacional sobre Microfinanças, ocorrido nos dias 2 e 3 de maio de 2000:

“Buscou-se, então, a adoção de preceitos institucionais e operacionais que propiciassem, independentemente da continuidade da própria ação do BNDES, a permanência desta rede, seu crescimento, sua autossuficiência e, notadamente, o seu controle pela sociedade. Dessa forma, além de atuar como uma instituição de segunda linha provedora de recursos financeiros à rede de microfinanças, o BNDES vem participando ativamente da dinâmica de estruturação das instituições de microcrédito por todo o país, induzindo, inclusive, o estabelecimento de padrões gerenciais e organizacionais necessários ao seu melhor desempenho” (GROS³⁴, 2000).

Publicação do Conselho da Comunidade Solidária³⁵, editada em 2002, registra na época a existência de 24 Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCMs e 67 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, no território nacional brasileiro, além do Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste – CrediAmigo e atuação como banco de segundo piso do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES (BARONE et al. 2002).

Constituído pela Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005, com objetivos de fomento ao setor e geração de trabalho e renda para microempreendedores, o Programa Nacional de

³³ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, é um banco de desenvolvimento de natureza pública sob o âmbito do governo federal. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/> Acesso em 15/06/2016.

³⁴ Francisco Roberto André Gros foi presidente do BNDES no período de fevereiro/2000 a janeiro de 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

³⁵ Órgão vinculado à Presidência da República (integrado pelos Ministros de Estado: Chefe da Casa Civil da Presidência da República; da Educação; do Trabalho e Emprego; da Saúde e por vinte e oito membros da sociedade, designados pelo Presidente da República) cuja finalidade foi “promover o diálogo político e parcerias entre governo e sociedade para o enfrentamento da pobreza e da exclusão, por intermédio de iniciativas inovadoras de desenvolvimento social” (BRASIL, 1999b).

Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO³⁶, lista através do Relatório Gerencial do PNMPO – 4º Trimestre de 2015 (data de referência – 16/02/2016), entre as instituições habilitadas junto ao programa: 10 Agências de Fomento; 01 Banco Cooperativo; 04 Bancos de Desenvolvimento; 06 Cooperativas Centrais de Crédito; 296 Cooperativas de Crédito; 12 Instituições Financeiras Operadoras – IFO; 164 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs; 28 Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte - SCMEPP e 02 Sociedades Operadoras de MPO, em um total de 523 instituições. Entre outros aspectos, os dados apresentados evidenciam um expressivo crescimento, entre 2002 e 2015, no número de instituições aptas à oferta de microcrédito.

O mesmo Relatório do PNMPO, registra uma Carteira Ativa³⁷ de R\$5.714.956.814,12 em dezembro de 2015, contemplando 3.126.954 clientes ativos, sendo a participação percentual das instâncias que a compõem, distribuída conforme a Tabela 1 (PNMPO/MTE, 2016).

Tabela 1 - Constituição Carteira Ativa PNMPO (31/12/2015)

Instâncias	Carteira Ativa	%	Clientes Ativos	%
Agência de Fomento	95.803.579,33	1,68	27.013	0,86
Banco de Desenvolvimento	2.929.117.913,82	51,25	2.030.821	64,95
Cooperativa de Crédito	381.091.393,93	6,67	51.881	1,66
Instituição Financeira Operadora	2.135.956.185,65	37,37	919.274	29,40
OSCIP	79.638.746,96	1,39	30.181	0,97
SCMEPP	93.348.994,43	1,63	67.784	2,17
Total:	5.714.956.814,12	100,0	3.126.954	100,0

Fonte: Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – 4º Trimestre de 2015 (PNMPO/MTE 2016).

³⁶ Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/>>. Acesso em: 05/03/2017.

³⁷ A carteira ativa descreve o saldo a receber de todos os valores que foram emprestados (PNMPO/MTE, 2016).

Desde a criação do programa em 2005 ao quarto trimestre de 2015, o PNMPO registrou a concessão do montante de R\$53,20 bilhões distribuído em um total de 30,26 milhões de operações de microcrédito.

A tabela 2 relaciona a evolução anual do microcrédito para o período de 2005 a 2015 (PNMPO/MTE 2016).

Tabela 2 – Evolução Anual do Microcrédito PNMPO – Dados Consolidados 2005 a 2015

Ano	Nº Clientes Atendidos	Nº de Operações	Valor Concedido (nominal em R\$)	Valor Médio* (nominal)	Valor Concedido (atualizados em R\$) **	Valor Médio* (atualizado)
2005	-----***	632.106	602.340.000	953	-----***	-----***
2006	-----***	828.847	831.815.601	1.004	-----***	-----***
2007	-----***	962.942	1.100.375.830	1.143	-----***	-----***
2008	1.430.097	1.280.680	1.825.147.593	1.425	3.028.311.116	2.365
2009	1.654.186	1.620.656	2.323.599.791	1.434	3.620.727.053	2.234
2010	2.071.607	1.966.718	2.998.623.914	1.525	4.488.115.368	2.282
2011	2.674.157	2.576.559	4.098.289.417	1.591	5.761.258.771	2.236
2012	3.953.406	3.814.781	6.504.785.890	1.705	8.620.138.679	2.260
2013	5.664.941	5.713.091	10.162.675.001	1.779	12.681.328.920	2.220
2014	5.552.080	5.667.287	11.646.316.133	2.055	13.767.209.555	2.429
2015	5.200.781	5.201.992	11.107.086.671	2.135	12.359.966.047	2.376
Total:	28.201.255	30.265.659	53.201.055.841	1.758	64.327.055.508	2.125

Fonte: Adaptado com base nos dados dos: Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO (2008) e Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - 4º Trimestre de 2015 (PNMPO/MTE 2016).

* Valor Concedido dividido pelo Número de Operações

** Valores atualizados monetariamente pelo INPC/IBGE

*** Informação não disponível nas fontes utilizadas

Entre 2008 (ano inicial com dados completos) e 2015 o número de clientes atendidos pelo PNMPO teve um aumento de 263,7%. Da mesma forma, o total de operações realizadas, que em geral se relaciona ao total de clientes atendidos, cresceu 306,2% no período. Embora a oferta de microcrédito ainda se apresente pequena em relação a outras modalidades de crédito para pessoas físicas (BCB, 2015), estes dados revelam importante crescimento das operações neste período.

Inicialmente, a oferta de microcrédito no Brasil se deu a partir das iniciativas de entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, conhecidas como Organizações Não Governamentais - ONGs, que em uma proposta de intervenção inovadora se propunham a ofertar crédito produtivo para geração de ocupação e renda (PEREIRA et al. 2009).

A partir da Lei 9790/1999³⁸, muitas destas ONG's se qualificaram como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, o que lhes permitiam, dentre outras vantagens, a prática de taxas de juros de mercado sem a sujeição à Lei da Usura³⁹ (BARONE et al. 2002; FELTRIM, VENTURA, DODL, 2009;).

As OSCIP's não são regulamentadas pelo Banco Central. Por consequência não estão legalmente autorizadas a receber depósitos junto ao público que atendem, o que as torna dependentes de fontes de recursos próprios, do Estado ou de organismos internacionais para operarem (BARONE et al. 2002; FELTRIM, VENTURA, DODL, 2009). Além desta limitação, que reduz as possibilidades de captação de recursos, estas entidades enfrentam outras grandes dificuldades que vão desde a fragilidade em termos de gestão, a reduzidas carteiras que, em função dos baixos valores de desembolso e apesar da prática de altas margens, lhes dificultam a sustentabilidade financeira pela inexistência de escala (COUTINHO et al. 2009).

As agências de fomento, bancos, cooperativas de crédito e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP) constituem segmentos que, legalmente habilitados a conceder microcrédito, são regulados pelo Banco Central (BCB, 2015).

O complexo e desenvolvido sistema financeiro no Brasil, em sua variada e diversificada oferta de serviços financeiros, tem sido reportado como um dos fatores de explicação da ainda baixa penetração do microcrédito no Brasil, considerando a extensão de seu público potencial.

³⁸ A Lei 9.790, de 23 de março de 1999, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (BRASIL, 1999a).

³⁹ “Atendendo às condições necessárias para que as ONGs e demais entidades operadoras de microcrédito sejam dotadas de sustentabilidade, algumas instituições foram isentas da Lei da Usura pela MP nº 1.914 de 1999, hoje MP nº 2.172-32, de 2001” – nota de rodapé (FELTRIM, VENTURA, DODL, 2009, p. 21).

A estabilidade monetária alcançada com o Plano Real⁴⁰, na década de 1990, estimula o interesse dos bancos pela oferta de crédito⁴¹, tornando-o, em várias de suas modalidades, substituto ao microcrédito produtivo para microempreendedores possuidores de contas bancárias, sejam estas físicas ou jurídicas. Tais produtos de crédito, muitas vezes utilizado como capital de giro para o pequeno negócio, apesar dos custos mais altos, podem parecer oportunos a determinados microempreendedores (NICTER, GOLDMARK, FIORI, 2002).

Dentre os substitutos do microcrédito - bancários e/ou de outras empresas comerciais - podem ser citadas as modalidades de *factoring*⁴²; os cheques (que podem ser pré-datados e utilizados na compra de mercadorias com prazos dilatados); as contas de cheques especiais; o crédito ao consumidor; os cartões de crédito; além do crédito da loja e do fornecedor (compra de produtos e mercadorias através de pagamentos parcelados); dos agiotas e de familiares e amigos. O ambiente financeiro no Brasil, diferente de outros contextos onde a oferta de microcrédito prosperou significativamente, possibilita aos potenciais clientes maior experiência com produtos financeiros (NICTER, GOLDMARK, FIORI, 2002).

Na década de 1990, o microcrédito estabelece-se como política pública no Brasil (Zouain e Barone, 2007; Matos et al. 2014), destacando-se, a partir de 1996, a criação do Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) – introduzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Constanzi, 2002; Zouain e Barone, 2007) e o Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Os Programas objetivavam a promoção e solidificação de um ambiente favorável que impulsionasse a indústria de microfinanças; estabelecimento de um marco legal “e a criação, no âmbito do Conselho da Comunidade Solidária, de um grupo de discussão sobre a expansão do microcrédito no Brasil” (ZOUAIN e BARONE, 2007, p. 370).

⁴⁰ Intervenção econômica promulgada pelo governo brasileiro para combate à inflação. Foi precedido por outros planos econômicos entre as décadas de 1980 e 1990, conhecidos por: Plano Cruzado (1986); Plano Bresser (1987); Plano Verão (1989); Plano Collor (1990 e Plano Collor 2(1991), todos com o objetivo de conter os processos inflacionários que assolavam a economia, favorecendo o crescimento econômico do país. Foi antecedido pelo lançamento da Unidade Real de Valor (URV) que, alinhava os preços, atuando como um indexador econômico até a completa instauração do plano. Entre outras medidas o Plano Real alterou a unidade monetária nacional que de Cruzeiro Real, passou a ser o Real (ASSAF NETO, 2006).

⁴¹ O interesse pela oferta de crédito bancário no Brasil era arrefecido pelas altas taxas de inflação dos anos anteriores, que permitiam aos bancos outras numerosas e lucrativas operações (NICTER, GOLDMARK, FIORI, 2002).

⁴² O *factoring*, dentre outras formas, refere-se a um tipo de operação que implica a aquisição à vista – pelo banco ou por uma empresa de *factoring* - de direitos creditórios (títulos a receber como cheques, duplicatas e outros) provenientes de vendas a prazo realizadas por uma empresa-cliente (ASSAF NETO, 2006).

Em 1997 é lançado o Crediamigo, programa de microcrédito criado pelo Banco do Nordeste do Brasil S. A.⁴³, atualmente reconhecido por sua expressão como maior instituição ofertante de microcrédito produtivo orientado (MPO) no país. O Programa Crediamigo liberou empréstimos em 2015, executando o MPO, em um volume total de recursos da ordem de R\$8.133.687.258,75 em 4.167.867 operações de microcrédito, atendendo a 4.172.463 clientes (PNMPO/MTE 2016).

O governo federal sanciona em 2003, a Lei 10.735, que autoriza aos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal⁴⁴ a destinar parcela equivalente a 2% dos depósitos à vista por eles captados, em operações de microcrédito.

Com a instauração legal do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO em 2005, o microcrédito ganha fôlego, consolidando-se como política pública. Dois outros marcos, referem-se ao programa de formalização de microempreendimentos – MEI (Microempreendedor Individual) e a instituição do Programa Crescer de Microcrédito Produtivo Orientado (MATOS et al. 2014).

A Lei Complementar 128/2008 que altera a Lei Complementar 123/2006⁴⁵ especifica critérios para que trabalhadores informais possam legalizar sua condição jurídica, tornando-se Microempreendedores Individuais – MEI. Esta formalização possibilita benefícios como: cobertura previdenciária para o empreendedor e sua família; acesso a serviços bancários; incidência de menor quantidade de tributos, a baixo custo; controles simplificados; possibilidade de venda para os governos e empresas que necessitam de comprovantes fiscais que os empreendedores só podem emitir se propiciados pelo registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), possibilidade de abertura de contas bancárias e solicitações de empréstimos, apoio técnico do SEBRAE e segurança jurídica.⁴⁶

⁴³ Instância de desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. é um banco público cuja atuação alcança os Estados do Nordeste brasileiro, o Norte de Minas Gerais e o Norte do Espírito Santo. Outras informações disponíveis no sítio do Banco do Nordeste do Brasil S.A. <<http://www.bnb.gov.br/>> Acesso em: 03/06/2016.

⁴⁴ A redação original da Lei 10.735/2003, em seu Artigo 1º, admitia a mesma destinação também para as cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores e de livre admissão de associados. Contudo, a Lei 11.110/2005 dá nova redação a este artigo, restringido a autorização aos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e à Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2003; 2005).

⁴⁵ A Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, “institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999” (BRASIL, 2006).

⁴⁶ Portal do Empreendedor – MEI. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/beneficios>>. Acesso em 03/06/2016.

Programa federal destinado à população de baixa renda, empreendedores – formalizados ou não – e microempresas com faturamento anual de até R\$120 mil, o Programa Crescer de Microcrédito Produtivo Orientado foi lançado em 2011, com objetivos de geração de trabalho e renda, através do estímulo ao empreendedorismo e apoio financeiro a pequenas atividades produtivas (BCB/RIF 2015).

2.3.1 Instituições reguladas de microcrédito – uma perspectiva da oferta

A depender de sua conformação jurídica, as instituições microfinanceiras no Brasil podem ser classificadas como: reguladas – instituições que operam sob a regulação e supervisão do Banco Central – ou não reguladas – neste caso, embora ofereçam determinados serviços financeiros, sujeitam-se a legislação específica, porém, não integram o Sistema Financeiro Nacional.

O sistema de regulação normalmente se dá sob os parâmetros (i) da regulação prudencial – que essencialmente objetiva garantir a integridade e segurança do sistema financeiro e neste propósito, busca resguardar os depósitos realizados em instituições financeiras⁴⁷; e (ii) da regulação não prudencial - que envolve aspectos como a defesa dos consumidores; regras jurídicas que viabilizem condições para que várias organizações possam legalmente oferecer apropriados e diversificados produtos e serviços financeiros (CHRISTEN, LYMAN e ROSENBERG, 2012).

Em sua trajetória, as instituições microfinanceiras nacionais não reguladas pelo Banco Central, conformaram-se juridicamente como: (i) Organizações Não Governamentais – ONG – entidades de direito privado sem fins lucrativos que se constituem como organizações da sociedade civil; (ii) Programas e Fundos financeiros Governamentais – organizações criadas e preponderantemente mantidas por governos nos âmbitos estaduais ou municipais, geralmente conhecidos como Bancos do Povo e; (iii) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP – instituições de direito privado sem fins lucrativos, legalmente qualificadas pelo Ministério da Justiça. Destas conformações institucionais, apenas as organizações qualificadas como OSCIPs estão legalmente amparadas para operarem microcrédito com taxas de mercado.

⁴⁷ “Geralmente aceita-se que os objetivos da regulação prudencial incluem: (i) proteger o sistema financeiro do país ao prevenir que o fracasso de uma instituição leve ao fracasso de outras e (ii) proteger aos pequenos depositantes que não estejam em posição favorável para monitorar, eles mesmos, a solidez financeira da instituição” (CHRISTEN, LYMAN e ROSENBERG, 2003, p. 13).

As demais estão sujeitas à chamada Lei da Usura, que estabelece como ilegal a prática de juros acima de 12% ao ano (BARONE *et al.* 2002; SOARES e MELO SOBRINHO, 2008).

Entre as organizações reguladas, as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte – SCMEPP, embora sob a supervisão do Banco Central, não estão legalmente aptas à captação de recursos junto ao público, ou a emitir títulos e valores mobiliários para colocação e oferta públicas (BRASIL, 2001).

Criadas pela Medida provisória nº 1.894-24/99, posteriormente transformada na Lei 10.194/01, as SCMEPPs são entidades privadas, com fins lucrativos, que ofertam crédito a microempreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte (BARONE *et al.* 2002; SOARES e MELO SOBRINHO, 2008).

Na esfera das instituições microfinanceiras no Brasil, somente os bancos e as cooperativas de crédito possuem amparo legal para captar recursos junto ao público (FELTRIM, VENTURA, DODL, 2009).

A identificação de um perfil da oferta microfinanceira, provinda das instituições reguladas, faz-se pertinente aos objetivos de pesquisa deste trabalho, na medida em que, concentrando informações sobre os maiores ofertantes nesta linha, subsidia análises sobre a institucionalidade estratégica deste tipo de crédito no país.

Em 2013 as instituições reguladas concedentes de crédito distribuíram-se em quatro categorias distintas: bancos, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP), agências de fomento⁴⁸ e cooperativas de crédito. Juntas estas categorias abrangeram um total de 1.361 instituições financeiras, sendo que destas, 85,3% (1.161)⁴⁹ são cooperativas de crédito, 11,2% (153) bancos, 2,4% SCMEPPs e 1,1% agências de fomento. Entretanto, embora aptas, nem todas estas instituições ofertaram microcrédito, nem mesmo entre as SCMEPPs, “cujo público exclusivo são os microempreendedores e as empresas de pequeno porte” (apenas 31,3% das 32 instituições) ou entre as cooperativas, onde, apesar de sua representatividade numérica, apenas 6,3% das 1.161 instituições ofertaram esta modalidade de crédito. Nesse ano, as instituições reguladas que ofertaram microcrédito foram: 10 bancos, 10 SCMEPP's, 09 agências de fomento e 73 cooperativas de crédito, resultando um total de 102

⁴⁸ Neste segmento foram considerados os montantes repassados às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs. Na compilação dos dados, os repasses realizados para as OSCIPs foram ajustados a partir de “simulações, calculando o impacto de os clientes (destas instituições) –supostamente os tomadores efetivos do microcrédito – seguirem a mesma proporção da Pessoa Física/ Pessoa Jurídica verificada nas estatísticas do microcrédito” (BCB, 2015, p.5).

⁴⁹ Das 1.161 cooperativas de crédito, apenas 73 concederam microcrédito (BCB, 2015).

instituições (BCB, 2015, p. 19-20). Em 2014, foram: 13 bancos, 12 SCMEPPs, 09 agências de fomento e 98 cooperativas de crédito, totalizando 132 instituições (BCB/RIF, 2015, p. 136).⁵⁰

Tabela 3 – Instituições Reguladas pelo BCB que operaram microcrédito – 2013/2014

Ano	Segmento	Qtde IFs que operaram	Qtde no SFN	% IFs que operaram
2013	Agências de Fomento	9	15	60,0
	Bancos	10	153	6,5
	Cooperativas de Crédito	73	1.161	6,3
	SCMEPPs	10	32	31,3
	Total:	102	1.361	7,5
2014	Agências de Fomento	9	16	56,3
	Bancos	13	155	8,4
	Cooperativas de Crédito	98	1.145	8,6
	SCMEPPs	12	39	30,8
	Total	132	1.355	9,7

Fonte: Adaptado com base nas publicações do Banco Central do Brasil: Panorama do Microcrédito (2015) e Relatório de Inclusão Financeira (2015).

Observação importante refere-se à baixa participação das instituições reguladas aptas, que se limitou a 7,5% em 2013 e a 9,7% em 2014, demonstrando um ainda baixo interesse destes canais pela oferta de microcrédito.

Os bancos concentraram 93,9% do valor total da carteira para pessoas físicas e 95,3% da quantidade de operações em 2013. Em 2014, mantiveram esta predominância, porém com uma pequena redução percentual: 91,7% do valor da carteira e 92,9% da quantidade de operações. Em 2013, oito em um total de 10 bancos concedentes, eram de controle público

⁵⁰ Em razão de mudanças no Sistema de Informações de Crédito – SCR, realizadas pelo Banco Central do Brasil em setembro de 2012, dados anteriores a 2013 não puderam ser considerados. “Só a partir de 2013 pôde-se ter o panorama do microcrédito, que serviu como ponto de partida para a análise evolutiva e sistematizada dessa modalidade de crédito” (BCB/RIF 2015). Contudo, embora tais alterações prejudiquem uma análise evolutiva mais consistente, os dados referentes ao período compreendido entre 2013 e 2014 apontam tendências importantes ao contexto e desempenho do microcrédito no país.

(quatro federais e quatro estaduais) e dentre estes, apenas três foram responsáveis por um valor de carteira superior a 80% do valor da carteira total (BCB, 2015). Segundo Relatório Gerencial do PNMPO – 4º Trimestre de 2014, o percentual de 90,35% do valor total de microcrédito produtivo orientado - correspondente a R\$10.523 bilhões - foi ofertado em 2014 por bancos públicos federais (PNMPO/MTE, 2016).

Tabela 4 – Valor e quantidade de operações da carteira total (pessoas físicas) por segmento – 2013/2014

Ano	Segmento	Carteira (R\$ milhões)	(%)	Qtde de operações	(%)
2013	Agências de Fomento	26,47	0,5	13.665	0,5
	Bancos	4.753,98	93,9	2.862.456	95,3
	Cooperativas de Crédito	261,14	5,2	111.755	3,7
	SCMEPPs	22,19	0,4	15.794	0,5
Total:		5.063,77	100,0	3.003.670	100,0
2014	Agências de Fomento	37,32	0,6	17.915	0,5
	Bancos	5.354,19	91,7	2.924.953	92,9
	Cooperativas de Crédito	331,61	5,7	125.562	4,0
	SCMEPPs	116,00	2,0	81.182	2,6
Total		5.839.11	100,0	3.149.612	100,0

Fonte: Adaptado com base no Relatório de Inclusão Financeira / BCB (2015).

Segundo o BCB (2015), a expressiva concentração da participação dos bancos públicos pode ter relação com a alta complexidade e baixa margem financeira que caracterizam o segmento.

As informações da carteira de microcrédito das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil fornecem um panorama amplo do desempenho do microcrédito no país, uma vez que abarcam a maior carteira em âmbito nacional, compreendida pelo Programa de Crédito

do Banco do Nordeste – CrediAmigo (PNMPO/MTE, 2016⁵¹), além das concessões de crédito repassadas por agências nacionais de fomento às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que pelas restrições legais para captação de recursos no mercado dependem destas instâncias como fonte de *funding* (BCB, 2009).

Embora divulgado pelo BCB, em uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social, como significativo instrumento de inclusão financeira, o crédito microfinanceiro ainda é pouco representativo em relação a outras modalidades de crédito para pessoas físicas⁵² do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em dezembro/2013, segundo dados do Sistema de Informações de Crédito (SRC) do BCB, constituía uma carteira total de R\$5,3 bilhões concernentes a 3,1 milhões de operações de crédito⁵³, de valor médio⁵⁴ igual a R\$1.721. Estas cifras - valor total e quantidade de operações da carteira de microcrédito - à época representavam 0,2% do valor e 0,4% das operações do SFN (BCB, 2015). Em 2014, o valor da carteira cresceu 16,6% em relação a 2013, passando a R\$6,2 bilhões em um total de 3,3 milhões de operações de crédito, de valor médio igual a R\$1.884. No entanto, este incremento não implicou em alteração na participação da carteira total, a variação permaneceu constante aos números de 2014 – 0,2% do valor e 0,4% das operações de crédito do SFN (BCB/RIF, 2015).

Apesar da baixa representatividade no Sistema Financeiro Nacional, em relação a outras categorias de crédito, o incremento de 16,6% no valor da carteira total de microcrédito de 2014 em relação a 2013 demonstra uma determinada dinamicidade da categoria no período. Entretanto, as ofertas referentes a outros tipos de crédito destinados a pessoas físicas, ainda se mantêm significativamente maiores quando comparadas à oferta de microcrédito. A exemplo podem ser citadas as modalidades: do crédito consignado - que registrou um volume de crédito de R\$221,9 bilhões em 2013 e R\$252,2 bilhões em 2014 - e o cartão de crédito com um volume de crédito em 2013 de R\$144,6 bilhões e R\$160,8 bilhões em 2014 (BCB/RIF, 2015).

As operações de microcrédito iguais ou maiores que R\$1.000 - que compõem a carteira identificada⁵⁵ – representaram 95,5% do valor e 73,1% da quantidade de operações da carteira

⁵¹ Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – 3º Trimestre 2015 (PNMPO/MTE, 2016).

⁵² A destinação majoritária dos créditos de microcrédito é destinada a pessoas físicas (BCB, 2015; BCB/RIF 2015).

⁵³ Referente à carteira total das instituições financeiras reguladas pelo BCB, que disponibilizam serviços de microcrédito no Brasil.

⁵⁴ Valor da carteira total por quantidade de operações.

⁵⁵ O Sistema de Informações de Crédito – SCR, admite dois tipos de registros para as informações de crédito, (i) agregadas – quando não são particularmente identificados os clientes e suas operações; (ii) ou individualizadas – em que as informações de clientes e suas respectivas operações são individualmente particularizadas. Na primeira condição, são registrados o conjunto de operações de crédito menores que R\$1.000 – constituindo a carteira não identificada. Os créditos iguais ou maiores que R\$1.000 constituem a carteira identificada (BCB, 2015; BCB/RIF 2015).

total em 2013 (BCB, 2015) e 97% do valor e 70% da quantidade de operações da carteira total em 2014 (BCB/RIF, 2015).

Observa-se uma forte predominância de pessoas físicas entre clientes, que na média nacional concentrou 95% da carteira em 2013 (BCB, 2015) e 94% em 2014 (BCB/RIF, 2015). Entre os usuários pessoas físicas da carteira identificada, 42% eram clientes com renda até um salário mínimo - incluindo 7% classificados como sem rendimento – em 2013 (BCB, 2015) e 26% - incluindo 5% sem rendimento em 2014 (BCB/RIF, 2015). Se estratificados os dados por região, o Nordeste concentrou a maior quantidade de clientes com renda de até um salário mínimo – 59% - inclusive 13% de clientes sem rendimento, em 2013 e 40% - inclusive 7,5% sem rendimento, em 2014 (BCB/RIF, 2015).

Tabela 5 - Renda dos clientes pessoas físicas da carteira identificada (% por região) – 2013/2014

Ano	Região	Não Informado (%)	Sem rendimento (%)	Até 1 sal. min (%)	Mais de 1 a 2 sal. min (%)	Mais de 2 a 3 sal. min (%)	Acima de 3 sal. min (%)
2013	CO	0,0	2,7	31,2	12,8	30,4	22,9
	NE	0,0	12,7	46,1	15,6	15,6	10,0
	N	0,6	7,0	32,4	12,2	27,9	20,1
	SE	0,0	2,5	32,2	16,1	27,4	21,9
	S	0,0	4,5	19,7	16,2	29,6	30,0
	Brasil	0,0	6,7	35,0	15,6	23,7	19,0
2014	CO	0,0	0,7	22,4	16,8	38,0	22,0
	NE	0,0	7,5	32,9	22,4	21,6	15,6
	N	0,0	7,7	12,0	20,3	39,0	20,9
	SE	0,0	1,3	14,6	21,2	37,2	25,6
	S	0,0	5,6	7,1	17,8	34,8	34,7
	Brasil	0,0	4,9	21,5	20,8	30,2	22,6

Fonte: Adaptado com base nas publicações do Banco Central do Brasil: Panorama do Microcrédito (2015) e Relatório de Inclusão Financeira (2015).

Embora a maioria de usuários pessoas físicas ainda se encontre inserida na faixa de renda de até três salários mínimos (81% em 2013 e 77,4% em 2014), o decréscimo no número de usuários inseridos na primeira faixa de renda - até um salário mínimo (que de 42% em 2013 passa a 26% em 2014), além do aumento de 9,5% no valor médio do crédito em 2014 em relação 2013, sinalizam um crescimento de carteira a partir de liberações de valores mais altos dirigidos

a públicos financeiramente mais estruturados, observando-se que o incremento no valor da carteira total foi de 16,6% e o incremento na quantidade de operações de apenas 6,5%.

A região Nordeste concentra, com expressiva diferença, o maior valor de carteira de microcrédito. Quanto à quantidade de operações, em 2014 supera o Sudeste, região à qual praticamente se equiparava em 2013, mantendo-se à frente em relação às demais regiões com 41% de participação total no Brasil. Embora concentre o maior número de clientes detentores de menores rendas, registra a maior média do valor de desembolso – R\$3.530 por operação de crédito.

Tabela 6- Valor, quantidade de operações e valor médio das operações da carteira identificada por região – 2013/2014⁵⁶

Ano	Região	Valor da Carteira	% Brasil	Qtde Operações	% Brasil	Qtde Clientes	% Brasil	Carteira / Operações
2013	CO	235.998.927	4,6	141.716	6,3	121.754	6,6	1.665
	NE	2.650.288.653	52,1	791.088	34,9	647.792	35,0	3.350
	N	141.359.009	2,8	86.054	3,8	75.146	4,1	1.643
	SE	1.152.605.844	22,6	824.822	36,4	664.141	35,9	1.397
	S	907.931.856	17,8	419.808	18,5	342.857	18,5	2.163
	Brasil	5.089.640.970	100,0	2.264.442	100,0	1.852.498	100,0	2.248
2014	CO	261.319.827	4,4	150.116	6,5	121.193	6,3	1.741
	NE	3.305.243.437	55,1	936.285	40,4	791.836	41,3	3.530
	N	143.528.487	2,4	77.520	3,3	68.172	3,6	1.852
	SE	1.197.591.986	20,0	723.668	31,2	571.126	29,8	1.655
	S	1.093.432.173	18,2	431.145	18,6	363.293	19,0	2.536
	Brasil	6.001.115.921	100,0	2.318.734	100,0	1.915.620	100,0	2.588

Fonte: Adaptado com base nas publicações do Banco Central do Brasil: Panorama do Microcrédito (2015) e Relatório de Inclusão Financeira (2015).

⁵⁶ “Os totais nacionais, em todas as tabelas em que aparecem UFs ou regiões, embutem alguns valores extras, como dados de municípios, que não constam da tabela da Secretaria da Receita Federal (base da extração dos dados por UF/Região). Desse modo, os totais nacionais são ligeiramente superiores à soma aritmética das UFS/Regiões (variação percentual é menor que 0,1%)” (BCB: PANORAMA DO MICROCRÉDITO, 2015; RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2015).

Os dados aqui registrados, permitem a síntese de um perfil da oferta no período 2013/2014, em que o microcrédito - embora presente em todas as regiões nacionais - concentrou-se nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com relevante prevalência na região Nordeste. A participação do microcrédito no SFN, embora crescente, é pouco representativa, comparada a outras modalidades de crédito para pessoas físicas.

O crédito destinado a pessoas físicas caracteriza-se por prevalência quase absoluta entre a clientela do microcrédito no Brasil e se encontra, em sua maioria, na faixa de renda de até três salários mínimos, com observável decréscimo na incidência sobre a menor faixa – um salário mínimo.

Entre as instituições reguladas legalmente aptas, constata-se uma baixa adesão à oferta de microcrédito das instituições privadas, ficando sua maior concentração restrita aos bancos públicos.

2.3.2 Ambiente regulatório do microcrédito no Brasil

Embora se possa reconhecer alguns avanços, as instituições microfinanceiras não regulamentadas pelo Banco Central ainda convivem com restrições regulatórias que limitam seus produtos, operações e sustentabilidade. A exemplo, podem ser citadas a oferta de serviços de poupança e de seguros. Não obstante ao fato de que muitas destas instituições não possuam adequada estrutura para oferecer tais produtos e serviços, “(...) sua proibição efetivamente limita as visões estratégicas de longo prazo dos administradores e reforça o foco estreito no microcrédito (NICTER, GOLDMARK, FIORI, 2002, p. 37) ”.

Estas limitações não restringem os bancos ofertantes de microcrédito, que podem oferecer um diversificado leque de produtos e serviços, além de maior possibilidade de acesso a fontes de recursos. A exemplo, é possível citar a permissão para captações de poupança e, de acordo com a Resolução nº 4.000, de 25 de agosto de 2011, a utilização de parte dos depósitos à vista (2%) em operações de microcrédito conforme critérios legalmente definidos.

Na criação e consolidação de uma institucionalidade para o setor, as instituições microfinanceiras foram inicialmente influenciadas pelos padrões de “entidades de cooperação internacional que priorizavam resultados sociais – *vis-à-vis* à rentabilidade”. Posteriormente, o Estado passa a influenciar este ambiente, normatizando a atuação e direcionando o tipo de “abordagem estratégica” que seria definida para a oferta de microfinanças no país (FELTRIM, VENTURA, DODL, 2009, p.21).

A especial atenção à autossustentabilidade e a capacidade de governança das instituições que ofertam microfinanças no país marcam a orientação estabelecida pelo BNDES, desde suas primeiras ações para fomento do setor, em 1996 (LIMA, 2009). Coerente a esta diretriz as instituições microfinanceiras reguladas se direcionam pelo padrão minimalista, que entendem ser o modelo que oferece melhores condições para a autossustentabilidade institucional (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008).

O entendimento da premente valorização da autossustentabilidade institucional, como eixo das divergências entre as vertentes posturais aqui abordadas, traz à tona o questionamento de Morduch (1999, p. 1571):

Mas se o dinheiro gasto para apoiar as microfinanças ajuda a cumprir os objetivos sociais de maneiras que não são possíveis através de programas alternativos como *'workfare'* ou *'direct food aid'*, por que não continuar subsidiando microfinanças? O mundo seria melhor se programas como o Banco Grameen forem forçados a fechar suas portas? (MORDUCH, 1999, p. 1571).

Reconhece-se que a perspectiva *financial systems* possui argumentos fortemente razoáveis e persuasivos. Suas premissas têm logrado prevalecer entre as defesas e intervenções no combate à desigualdade e pobreza de importantes organismos de âmbito mundial, como o Grupo Consultivo Para Assistência aos Mais Pobres – CGAP, que agrega entre seus membros o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID, e outros (WOLLER, DUNFORD, WOODWORTH, 1999).

Entretanto, a racionalidade que caracteriza esta postura em seus delineamentos de combate à pobreza e desigualdade seria a única e melhor resposta à realidade social que se impõe às populações de países menos desenvolvidos, marcados por forte contexto de desigualdades distributivas, e por significativas parcelas da população não assistidas em suas necessidades básicas?

Esta reflexão se faz essencialmente coadunada à proposta deste trabalho, na medida em que esta busca verificar em que posição, estratégica, institucional e teórica, se assenta a oferta de microcrédito no Brasil. Supõe-se, para efeitos deste estudo, o predomínio no contexto nacional de uma postura voltada aos postulados teóricos da corrente de pensamento caracterizada pelo enfoque *financial system* e consequente ênfase na eficiência da dimensão financeira das instituições; atribuindo-lhes a mesma ênfase dada à necessidade de sustentabilidade, inerente ao sistema de crédito tradicional. Supõe-se ainda, a concentração da

oferta de microcrédito em um número relativamente pequeno de instituições regulamentadas; frente ao total de instituições de microfinanças atuantes no país. Em relação aos desempenhos das instituições não regulamentadas, presume-se a prevalência do enfoque *poverty lending* e consequente ênfase destas organizações na eficiência da dimensão profundidade (grau de pobreza) do alcance social. Tais conjecturas delineiam e configuram as hipóteses sujeitas à análise e comprovação desta pesquisa. Para este propósito, estas serão metodologicamente testadas, observando-se os recursos e instrumentos previamente determinados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo institui-se como abordagem empírica, em que são apresentadas as técnicas e detalhados os aspectos metodológicos que instrumentalizaram esta pesquisa.

Inicialmente, de forma concisa, aborda-se sobre a técnica de Análise Multivariada - Análise Fatorial, que neste trabalho é aplicada para definição das variáveis que compõem os modelos DEA.

Posteriormente, são descritos os modelos básicos e premissas conceituais do método não paramétrico Análise Envoltória de Dados - DEA (do inglês *Data Envelopment Analysis*), principal instrumento de análise utilizado.

Comenta-se brevemente sobre o teste de Wilcoxon, aplicado para verificar diferenças estatísticas entre os valores médios dos níveis de eficiência financeira e social, resultantes da aplicação da DEA e sobre o Índice de Produtividade de Malmquist, utilizado para identificação de alterações na produtividade das instituições microfinanceiras ao longo do espaço temporal delimitado - 2008, 2011, 2014.

Para uma compreensão mais ampla dos processos utilizados e resultados obtidos, explicita-se os aspectos metodológicos do trabalho.

Inclui-se uma subseção onde são sinteticamente apresentados alguns estudos sobre eficiência financeira e social de instituições de microfinanças com a utilização do método DEA e algumas de suas vantagens e limitações segundo trabalhos anteriores.

3.1 Análise Fatorial

A Análise Fatorial refere-se a uma técnica estatística de análise multivariada⁵⁷ que permite agrupamentos em um dado conjunto de dados de acordo com determinados padrões de atributos designados como fatores. Os fatores sintetizam as informações que são agrupadas considerando as variáveis – definindo padrões de variações, ou as unidades sob análise - conforme semelhanças nas variáveis (HADDAD, 1989).

Na análise fatorial o formato do modelo é dado pela equação:

$$X_i = a_{i1}F_1 + a_{i2}F_2 + \dots + a_{ik}F_k + e_i$$

⁵⁷⁵⁷ Conforme Hair Jr. *et al.* (2009) o termo análise multivariada acampa todas as técnicas estatísticas que ao mesmo tempo, analisam múltiplas medidas. Sob este conceito, considera-se multivariada qualquer análise que, concomitantemente, considere mais que duas variáveis.

Em que “cada uma das variáveis é descrita linearmente em termos de k fatores comuns (F), as k variáveis e de um elemento único e específico (e_i) de cada variável” (HADDAD, 1989, p. 487).

As correlações das variáveis com seus respectivos fatores definem as cargas fatoriais. Após determinação dos fatores, estes podem ser submetidos a processos de rotação fatorial que simplificam a estrutura fatorial favorecendo sua interpretação. Os métodos rotacionais podem ser ortogonais ou oblíquos. Com objetivos de simplificação semelhantes às modalidades ortogonais, os métodos oblíquos se distinguem principalmente por permitirem fatores correlacionados (HAIR JR. *et al.* (2009).

Dentre as opções ortogonais – em que os fatores rotacionados resultam-se independentes, três podem ser citados como principais: (i) Quartimax – abordagem que procura simplificar as linhas da matriz fatorial, maximizando a carga fatorial de modo que a variável tenha uma carga alta em um determinado fator, minimizando, tanto quanto possível, sua carga em outros fatores; (ii) Varimax – simplificando as colunas, a técnica “maximiza a soma de variâncias de cargas exigidas da matriz fatorial”. Como a abordagem tende a definir cargas próximas a -1 ou +1 e cargas próximas de 0, a interpretação fica mais fácil, na medida em que as associações positivas ou negativas, ou a ausência de associação entre a variável e o fator, ficam mais claramente identificáveis e; (iii) Equimax – busca simplificar tanto linhas como colunas, se classificando como um meio-termo entre as duas outras abordagens (HAIR JR. *et al.* 2009, p.117-119).

Ferreira e Gomes (2009), salientam o uso da análise de componentes principais e da análise fatorial (categorias da análise multivariada) para definição de variáveis para aplicação do modelo DEA. Segundo os autores, através da análise dos pesos das variáveis e exame do significado e importância das componentes principais, é possível a seleção das variáveis de maior relevância e sua categorização como insumos e produtos.

O modelo DEA, aplicado para avaliação da performance nas dimensões financeira e social das instituições de microfinanças, é adequado para precisar a eficiência de unidades produtivas, que por sua natureza, não podem ser apropriadamente avaliadas restringindo-se apenas a considerações de ordem econômica ou financeira (CHARNES *et al.* 1978, MELLO, 2005). Esta competência, considerando o caráter dual – financeiro e social - das instituições microfinanceiras, o habilita ao objetivo de avaliar a eficiência destas organizações, nestas duas dimensões.

3.2 O modelo Análise Envoltória de Dados – DEA

Avaliações de eficiência podem ser realizadas através de métodos paramétricos ou não paramétricos. Os modelos paramétricos se caracterizam por uma definição prévia da relação funcional entre as variáveis consideradas - os *inputs* e *outputs*. Geralmente estes métodos valem-se de medidas de tendência central - como a média aritmética - que, provendo propriedades comuns às amostras, permitem a realização de inferências estatísticas. Já os métodos não paramétricos, pelo caráter não estatístico que os distinguem, não pressupõem relações funcionais entre as variáveis, nem exigem a utilização de medidas únicas ou padronizadas (MELLO, 2005; FERREIRA e GOMES, 2009).

Entre os métodos não-paramétricos, destaca-se o modelo Análise Envoltória de Dados - do inglês *Data Envelopment Analysis* - DEA, que estabelece o máximo que poderia ser produzido através da observação daquelas - dentre as unidades analisadas - que são consideradas mais produtivas, instituindo entre estas uma relação comparada e competitiva, ao determinar a eficiência relativa de cada uma (MELLO, 2005; FERREIRA e GOMES, 2009).

O modelo DEA, portanto, refere-se a uma ferramenta não paramétrica de análise econômico-quantitativa, própria à investigação da performance de unidades produtivas. Possibilita um caráter multidimensional de análise que permite a consideração tanto orientada aos insumos quanto aos produtos, propiciando o exame de performances apresentadas por unidades de produção, pertencentes ao um dado grupo sob análise (SCHUSCHNY, 2007). Da avaliação comparada resulta a eficiência relativa que define as referências de melhores resultados (benchmarks) do conjunto de organizações produtivas (FERREIRA e GOMES, 2009).

Para adequado entendimento e utilização da ferramenta DEA, faz-se conveniente a distinção e destaque de alguns aspectos conceituais relacionados ao seu fundamento teórico. Neste propósito aborda-se algumas definições da literatura referente aos termos:

- (i) Eficácia - refere-se à capacidade para atingir os resultados esperados. Relaciona-se aos fins, ou aos objetivos pretendidos. Em seu âmbito não são considerados os meios ou os processos utilizados, concernindo-se aos resultados finais, “é uma medida do alcance dos resultados” (CHIAVENATO, 1999, p.235). Trata-se da “(...) capacidade de fazer que as coisas certas sejam feitas” (DRUCKER, 1984, p.10).
- (ii) Produtividade - É a razão entre a produção gerada e o que foi consumido para produzi-la, ou a razão entre produtos (*outputs*) e recursos (*inputs*) (ROBBINS e COULTER,

1998; SLACK, CHAMBERS, JOHNSTON, 2009). Sendo “um indicador de eficiência de um sistema produtivo”, quanto maior for este índice, maior será a eficiência (MARIANO, 2007).

- (iii) Eficiência – Vincula-se aos meios e processos utilizados para a obtenção dos resultados finais. Diz respeito à relação entre os recursos consumidos na produção e os produtos gerados. Implica, portanto, em “uma relação técnica entre entradas e saídas”, ou entre insumos e métodos utilizados no processo de produção, de tal forma que resulte em uma utilização ótima dos recursos (CHIAVENATO, 1999, p.235). É a “(...) capacidade de fazer certo as coisas” (DRUCKER, 1984, p. 10).

A eficiência toma diferentes formas, que são aplicadas de acordo com as diversas áreas do conhecimento. A categoria mais ampla é designada como eficiência econômica (MARIANO, 2007); que está relacionada ao conceito de melhoria de Pareto, sendo por isto também chamada eficiência de Pareto⁵⁸. Se uma dada ação é capaz de melhorar a situação de uma pessoa, sem implicar no prejuízo de outra, diz-se que esta ação é uma melhoria de Pareto. Assim, uma situação econômica é considerada Pareto Eficiente, se não houver nenhuma maneira de melhorá-la sem piorar a situação de alguém. Inversamente, se uma dada situação econômica admite espaços de melhoria que não implicam em prejuízo a outro alguém, ela é considerada Pareto Ineficiente (VARIAN, 2003; HALL e LIEBERMAN, 2003).

A eficiência econômica subdivide-se em duas outras modalidades: a eficiência produtiva e eficiência alocativa (HALL e LIEBERMAN, 2003; MARIANO, 2007). Sendo a primeira (produtiva) relacionada a como são utilizados os recursos para uma produção máxima, ao passo que a segunda modalidade (alocativa), refere-se à quantidade alocada (ou proporções) de recursos considerando os seus custos (SCHUSCHNY, 2007).

A Análise Envoltória de Dados encontra-se entre as técnicas que são utilizadas para o cálculo da eficiência produtiva, caracterizada por processos em que recursos ou insumos (*inputs*) são processados para a geração de um conjunto de produtos (*outputs*). Essa modalidade subdivide-se em outros dois tipos: a eficiência técnica e a eficiência de escala (MARIANO, 2007).

Se uma dada combinação de insumos utilizada no processo produtivo resulta na produção máxima de determinado produto, de tal forma, que não implique em redução da produção de outro, esta condição se traduz como tecnicamente eficiente (PINDYCK e

⁵⁸ A expressão “eficiência de Pareto” é uma referência ao economista italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), reconhecido como um dos pioneiros na consideração do conceito de eficiência (HALL e LIEBERMAN, 2003).

RUBINFELD, 2010). Se o processo produtivo se encontra em uma escala de produção considerada ótima, ou seja, resulta na produção máxima possível, com a tecnologia utilizada, diz-se que esta é uma produção com eficiência de escala. Assim, a eficiência de escala relaciona a eficiência produtiva a fatores econômicos ou de escala (MARIANO, 2007; FERREIRA e GOMES, 2009).

O Quadro 2 sumariza os conceitos de eficiência que diretamente relacionam-se aos objetivos deste trabalho.

Quadro 2– Conceitos de Eficiência relacionados à Análise Envoltória de Dados – DEA

<p><u>Eficiência Econômica (Eficiência de Pareto)</u> Condição onde não há como melhorar a situação de um, sem que isto implique em piorar a situação de outro.</p>	<p><u>Eficiência Produtiva</u> Relacionada a como se dá o processo produtivo, a fim de obter o máximo de produção possível</p>	<p><u>Eficiência Técnica</u> Combinação ótima de insumos para uma produção máxima.</p> <hr/> <p><u>Eficiência de Escala</u> Relaciona a eficiência produtiva a fatores econômicos ou de escala.</p>
---	--	---

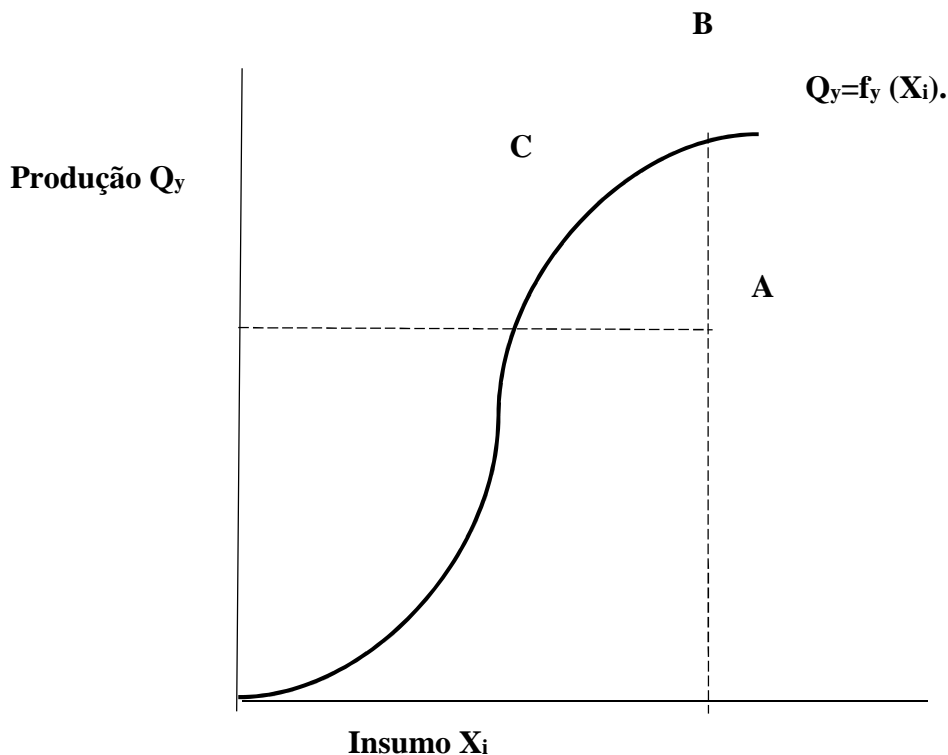
Fonte: Elaboração própria com base em: VARIAN (2003); HALL e LIEBERMAN (2003); SCHUSCHNY (2007); MARIANO (2007); FERREIRA e GOMES (2009) e PINDYCK e RUBINFELD (2010).

Quaisquer sistemas produtivos que produzam um dado conjunto de *outputs* a partir de um dado conjunto de *inputs*, podem ser analisados por técnicas de análise produtiva. Esta diversidade de possibilidades dá origem a um conceito que generaliza a unidade analisada quando da aplicação do modelo DEA. A ideia subjacente a uma Unidade Tomadora de Decisão – do inglês *Decision Making Units* – DMU se adequa satisfatoriamente à variedade e flexibilidade que caracteriza o conceito, traduzindo-se extensivo aos mais variados tipos de sistemas produtivos (MARIANO, 2007, FERREIRA e GOMES, 2009). Uma DMU pode, assim, “ser definida como todo tipo de sistema produtivo que processa um conjunto de entradas (*inputs*) em um conjunto de saídas (*outputs*)” (MARIANO, 2007, p. 04).

No âmbito da eficiência produtiva, uma unidade pode otimizar sua eficiência a partir de duas formas básicas: diminuindo os níveis de consumo dos insumos e mantendo fixos os níveis de produção - conhecida como orientação a *inputs* - ou inversamente, incrementando os níveis de produção, mantendo fixos os níveis de consumo dos insumos - orientação a *outputs* (MELLO *et al.* 2005).

Estas formas podem ser graficamente visualizadas na Figura 5, que demonstra uma função de produção referente a um único produto, que utiliza um único insumo, cuja expressão matemática traduz-se por $Q_y=f_y(\text{insumo } X_i)$.

Figura 4 – Função de produção, produtividade e eficiência



Fonte: Ferreira e Gomes (2009).

Pelo fato de se referirem às produções máximas de Q_y , a partir da utilização do insumo X_i , as unidades produtivas (DMUs) dos pontos C e B são tecnicamente eficientes. Já a produção da unidade produtiva no ponto A é ineficiente, sendo sua produtividade média menor que as unidades dos pontos C ou B. Para que a produção da unidade no ponto A se torne eficiente, será necessário deslocar-se até o ponto C (reduzindo os insumos), em uma orientação a *inputs*, ou até o ponto B (aumentando os produtos), segundo uma orientação a *outputs* (FERREIRA E GOMES, 2009).

O método Análise Envoltória de Dados, apresentado originalmente por Charnes, Cooper e Rhodes (1978), foi desenvolvido tomando como uma de suas principais referências, o trabalho de M. J. Farrell (1957)⁵⁹.

Desenvolvendo medidas de eficiência para aplicação em organizações produtivas, Farrell (1957) apresentou os conceitos de eficiência técnica, eficiência de preço e eficiência

⁵⁹ O trabalho de M. J. Farrell (1957) – *The Measurement of Productive Efficiency*, foi publicado na época pelo *Journal of the Royal Statistical Society*.

geral (produto das eficiências técnica e de preço). Seu método se fundamenta em uma perspectiva real, obtida através da observação comparada das melhores práticas de um dado conjunto de firmas. Farrel (1957), apresenta a ideia de uma fronteira usada como referência para medir a eficiência comparada das unidades produtivas em análise; desta forma, suas propostas de medidas de eficiência não provêm de um ideal teórico, sendo, portanto, relativas.

Em razão das dificuldades, normalmente advindas da utilização de dados relacionados a preços, a proposta original da DEA restringiu-se ao conceito de eficiência técnica (CHARNES *et al.* 1978).

Essencialmente, a medida de eficiência técnica foi proposta por Farrel (1957) como resultante da média ponderada do número de unidades produtivas observadas, que se traduz em uma unidade hipotética com os mesmos fatores de produção, ou seja, em que as entradas e saídas se constituem da média ponderada das entradas e saídas das unidades analisadas.

O trabalho de Farrel é reconhecido como uma extensão das teorias de T. C. Koopmans e de G. Debreu⁶⁰ (COELLI, 1996; FERREIRA e GOMES, 2009). As proposições de Farrel são ampliadas no trabalho de Charnes *et al.* (1978) que objetivava, especialmente, o desenvolvimento de medidas de avaliação de eficiência que se adequassem às especificidades de atividades, organizações e programas sem finalidade de lucro – em que por vezes, *inputs* e *outputs* não são facilmente ponderados por referências como preços, por exemplo. Valendo-se de conceitos econômicos e da programação matemática linear, os autores desenvolveram métodos de avaliação real, a partir de dados empíricos, para este tipo de atividades.

Existem vários modelos que conformam a fronteira de eficiência segundo as especificações da DEA. Dentre estes, dois são reconhecidos na literatura: o modelo original apresentado por Charnes *et al.* (1978), conhecido como CCR e o modelo designado como BBC - desenvolvido por Banker *et al.* (1984). Qualquer um destes pode ser operacionalizado tanto segundo uma orientação aos insumos, quanto segundo uma orientação aos produtos.

⁶⁰Koopmans em uma adequação da Lei de Pareto, afirmou “como princípio de eficiência produtiva, que a confecção de produtos finais não poderia melhorar se esta melhoria não resultasse na piora de um ou mais outros produtos finais”. Debreu apresentou “uma medida radial de eficiência técnica que permite a máxima redução equiproporcional de todos os insumos, ou a máxima expansão equiproporcional de todos os produtos, independentemente das unidades de medidas desses insumos e produtos” (FERREIRA e GOMES, 2009, p. 61-62). A expressão Lei de Pareto refere-se ao economista italiano Vilfredo Pareto. Pareto é reconhecido como um dos pioneiros a teorizar sobre o conceito de eficiência econômica. Uma ação é definida como Melhoria de Pareto, se é capaz de melhorar a situação de uma pessoa, sem que isto implique em prejuízo para outra (HALL e LIEBERMAN, 2003).

3.2.1 O modelo CCR

Do trabalho apresentado por Charnes *et al.* (1978), nasce a formulação do modelo CCR (primeira letra dos sobrenomes de seus autores – Charnes, Cooper e Rhodes). Por se processar sob a condição de rendimentos constantes de escala, este modelo também é conhecido pelas siglas RCE ou CRS (dos termos em inglês: *Constant Return to Scale*). Isso significa que quaisquer alterações nas entradas - insumos – refletirão alterações proporcionais nas saídas – produtos (FERREIRA e GOMES, 2009).

O modelo se baseava nas proposições empíricas e econômico conceituais de eficiência de Farrell⁶¹, reconhecido como um dos primeiros a pesquisar e sistematizar o conceito, propondo a determinação da eficiência a partir, não de uma referência idealizada, mas de um prisma real em que cada unidade de produção de um determinado grupo é avaliada em relação às demais (SCHUSCHNY, 2007).

Na sua especificação, o modelo CCR pode ser orientado tanto a *inputs*, quanto a *outputs*.

3.2.1.1 Modelo CCR orientado a inputs

Sob a orientação a *inputs* (entradas), a eficiência é precisada pela otimização da divisão entre a soma ponderada das saídas (que constituirá um *output* virtual) e a soma ponderada das entradas (*input* virtual). O método permite que cada DMU selecione entre os pesos para cada variável aquele que lhe será mais favorável, porém, sob a restrição de pesos que, quando aplicados às demais DMUs, não resultem um valor maior que 1 (MELLO *et al.* 2005; FERREIRA e GOMES, 2009).

A formulação matemática⁶² que descreve o modelo CCR é apresentada em [1].

$$\text{Max } Ef_o = \frac{\sum_{j=1}^m u_j y_{jo}}{\sum_{i=1}^r v_i x_{io}}$$

Sujeito a:

[1]

$$\frac{\sum_{j=1}^m u_j y_{jk}}{\sum_{i=1}^r v_i x_{ik}} \leq 1, \forall k$$

$$v_i, u_j \geq 0, \forall i, j$$

⁶¹ O trabalho de Farrell estende os estudos de Koopmans e Debreu sobre o conceito de eficiência (COELLI, 1996; FERREIRA e GOMES, 2009).

⁶² As formulações matemáticas dos modelos CCR e BCC, foram descritas neste capítulo com base em Ferreira e Gomes (2009, p. 69-73; 78-79; 117-118).

Esse problema deve ser considerado para cada uma das DMUs que compõem a amostra, considerando que:

Ef_o – representa a eficiência da DMU_o em análise

j – representa os produtos ($j=1, 2, \dots, m$)

i – representa os insumos ($i=1, 2, \dots, r$)

k – representa as DMUs ($k=1, 2, \dots, n$)

y_{jk} – representa os produtos de cada DMU_k

x_{ik} – representa os insumos de cada DMU_k

y_{jo} – representa os produtos da DMU_o

x_{io} – representa os insumos da DMU_o

v_i e u_j – representam o peso de cada insumo i e produto j

A eficiência relativa da unidade analisada - estabelecida como a razão entre a soma ponderada dos produtos e a soma ponderada dos insumos - por causa da restrição do problema, assumirá sempre valores menores ou iguais a 1, ou seja, o numerador da expressão matemática será sempre menor que ou igual ao denominador. Os valores antes desconhecidos dos pesos v_i e u_j ⁶³ são definidos pela solução desta programação matemática. Entretanto, sob a formulação de programação matemática fracionária, o problema admite um número infinito de soluções (FERREIRA e GOMES, 2009).

Para resolver-se esta questão é preciso proceder uma linearização equivalente dos termos do problema, como visto na formulação [2]

$$\text{Max} Ef_o = \sum_{j=1}^m u_j y_{jo}$$

(u, v)

[2]

Sujeito a

$$\sum_{i=1}^r v_i x_{io} = 1$$

$$\sum_{j=1}^m u_j y_{jk} - \sum_{i=1}^r v_i x_{ik} \leq 0, \forall k$$

$$v_i, u_j \geq 0, \forall i, j$$

⁶³ Os pesos v_i e u_j se traduzem como determinantes que maximizam a medida de eficiência técnica da DMU em análise, sujeitos às restrições estabelecidas (FERREIRA e GOMES, 2009).

Para esta linearização, o denominador da função objetivo do problema inicial sob a formulação de programação matemática não linear, foi transformado em uma constante igual a unidade e portanto, eliminado. Através da restrição estabeleceu-se que a eficiência deve variar entre 0 e 1 (FERREIRA E GOMES, 2009).

A eficiência da DMU_o foi demonstrada em [2] pelo Modelo dos Multiplicadores com retornos constantes de escala (CCR). Por se tratar de um problema de programação matemática linear, este pode ser descrito sob dois tipos de formulações – primal e dual.

A forma dual do modelo dos multiplicadores é chamada Modelo Envoltório. Por serem duais, estes modelos têm o mesmo valor da função objetivo. Porém, enquanto no modelo dos multiplicadores as variáveis de decisão são os pesos v_i e u_j , no modelo envoltório são θ e os pesos λ_k .

A formulação matemática do modelo envoltório com retornos constantes de escala (CCR) orientado a *inputs* é descrita em [3]:

$Min \theta$ (escalar, cujo valor é a eficiência técnica da DMU_o, tal que $0 \leq \theta \leq 1$)

(θ, λ)

Sujeito a:

$$\begin{aligned} \theta x_{io} - \sum_{k=1}^n \lambda_k x_{ik} &\geq 0 \quad \forall i; & i = 1, 2, \dots, r & \quad [3] \\ \sum_{k=1}^n \lambda_k y_{mk} - y_{mo} &\geq 0 \quad \forall & m = 1, 2, \dots, s & \\ \lambda_k &\geq 0 \quad \forall k; & k = 1, 2, \dots, n & \end{aligned}$$

Em que: y = produção; x = insumo, λ = pesos

Sob a orientação a *inputs*, a função objetivo descreve a eficiência ou o valor a ser multiplicado pelos *inputs* a fim de efetuar o decréscimo em seus valores, colocando a DMU na fronteira eficiente. As restrições garantem (i) que a redução em cada *input* não ultrapasse a fronteira estabelecida pelas DMUs eficientes; (ii) que a redução não implique em alterações nos níveis dos *outputs* da DMU (MELLO *et al.* 2005; FERREIRA e GOMES, 2009).

3.2.1.2 Modelo CCR orientado a outputs

O modelo CCR também permite sua operacionalização a partir de uma orientação aos produtos (*outputs*). Esta formatação otimiza a produção, mantendo constante o consumo de

insumos. A eficiência técnica h_o , representada por ϕ será maior que 1. A escolha da orientação deve sujeitar-se aos objetivos da análise, uma vez que o valor da eficiência técnica não sofre grandes alterações, na maioria dos casos (COELLI, 1996; FERREIRA e GOMES, 2009). Sua formulação matemática, com retornos constantes de escala (CCR) e orientação a outputs é dada no modelo dos multiplicadores (forma linearizada) em [4].

$$\begin{aligned} \text{Min } E_{fo} &= \sum_{i=1}^r v_i x_{io} \\ (u, v) & \hspace{15em} [4] \\ \text{Sujeito a:} & \\ \sum_{j=1}^s u_j y_{jo} &= 1 \\ \sum_{j=1}^s u_j y_{jk} - \sum_{i=1}^r v_i x_{ik} &\leq 0, \forall k \\ u_j, v_i &\geq 0, \forall j, i \end{aligned}$$

Nesta formulação, os pesos para cada variável são definidos da forma mais favorável à cada DMU, sujeita à restrição de que aplicados às outras DMUs não resultem uma razão inferior à unidade.

No modelo envoltório, a formulação matemática com retornos constantes de escala (CCR) e orientação a outputs é descrita em [5].

$$\begin{aligned} \text{Max } \phi & \text{ (escalar cujo valor é a eficiência técnica da DMU}_o\text{, tal que } 1 \leq \phi \leq \infty) \\ (\phi, \lambda) & \\ \text{Sujeito a:} & \hspace{15em} [5] \\ x_{io} - \sum_{k=1}^n x_{ik} \lambda_k &\geq 0 \forall i i = 1, 2, \dots, r \\ \sum_{k=1}^n y_{mk} \lambda_k - \phi y_{mo} &\geq 0 \forall m m = 1, 2, \dots, s \\ \lambda_k &\geq 0 \forall k k = 1, 2, \dots, n \end{aligned}$$

Os modelos dos multiplicadores e do envoltório, por serem formulações de programação matemática linear, são duais, e por isto têm o mesmo valor da função objetivo. A solução dos problemas de minimização – no caso do modelo dos multiplicadores – e maximização – no caso do modelo envoltório – geram os produtos e insumos virtuais das DMUs que constituirão as referências para a análise comparada da eficiência relativa. No modelo de retornos constantes de escala, $\theta = 1/\phi$ (FERREIRA e GOMES, 2009).

3.2.2 O modelo BCC

O modelo DEA original, conhecido como CCR/RCE adequa-se a situações em que as unidades de produção (DMUs) estão operando em escala ótima. Entretanto, sob circunstâncias como restrições financeiras ou em ambiente de competição imperfeita, as DMUs podem não operar em uma condição ótima de produção, inabilitando o modelo que passa a não ser o método mais apropriado (COELLI, 1996; FERREIRA e GOMES, 2009).

Esta limitação é contornada quando em 1984, um novo modelo designado como BCC (primeira letra dos sobrenomes de seus criadores Banker, Charnes e Cooper), incorpora os rendimentos de escala aos cálculos, através da adição de uma restrição de convexidade ao modelo original – CCR (COELLI, 1996; FERREIRA E GOMES, 2009).

Os retornos de escala derivam das alterações nos níveis de insumos utilizados em um processo produtivo, que resultam variações nos níveis de produção e podem se dá nas modalidades: (i) constante – em que variações nos níveis de insumos ocasionam variações proporcionais nos níveis de produção – a produtividade se mantém invariante às alterações de escala; (ii) crescente – onde variações nos níveis de insumos promovem variações mais que proporcionais nos níveis de produção – a produtividade cresce com os aumentos de escala ou (iii) decrescente – quando variações nos níveis de insumos promovem variações proporcionalmente menores nos níveis de produção – a produtividade decresce com as alterações de escala (ALMEIDA, MARIANO e REBELLATO, 2006; FERREIRA e GOMES, 2009).

Por considerar os retornos variáveis de escala, o BCC é também designado como VRS sigla oriunda dos termos em inglês que explicitam este atributo – *Variable Returns to Scale*, ou RVE – Retornos Variáveis de Escala. Assim como no modelo anterior, o modelo BCC define os índices de eficiência conforme a orientação previamente selecionada: maximizando a produção com os mesmos níveis de insumos (*output-oriented*) ou inversamente, mantendo os mesmos níveis de produção, reduzindo os insumos (*input-oriented*).

As formulações matemáticas do modelo BCC com retornos variáveis de escala, nas versões primal e dual, são discriminadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Modelo DEA BCC / RVE

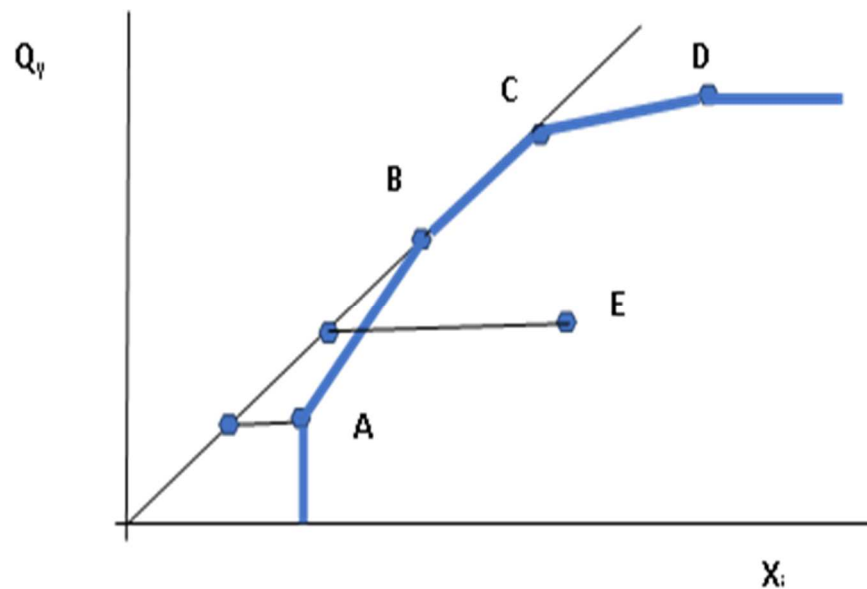
Modelo envoltório orientado a inputs	Modelo dos multiplicadores orientado a inputs
$Min \theta$ (θ, λ) Sujeito a: $\theta x_{io} - \sum_{k=1}^n \lambda_k x_{ik} \geq 0 \forall i; \quad i = 1, 2, \dots, r$ $\sum_{k=1}^n \lambda_k y_{mk} - y_{mo} \geq 0 \forall m \quad m = 1, 2, \dots, s$ $\sum_{k=1}^n \lambda_k = 1$ $\lambda_k \geq 0 \forall k; \quad k = 1, 2, \dots, n$	$Max Ef_o = \sum_{j=1}^m u_j y_{jo} + u_o$ (u, v) Sujeito a: $\sum_{i=1}^r v_i x_{io} = 1$ $\sum_{j=1}^m u_j y_{jk} - \sum_{i=1}^r v_i x_{ik} + u_o \leq 0, \forall k$ $u_j, v_i \geq 0 (\varepsilon), \forall i, j$
Modelo envoltório orientado a outputs	Modelo dos multiplicadores orientado a outputs
$Max \phi$ (ϕ, λ) Sujeito a: $x_{io} - \sum_{k=1}^n x_{ik} \lambda_k \geq 0 \forall i; \quad i = 1, 2, \dots, r$ $\sum_{k=1}^n y_{mk} \lambda_k - \phi y_{mo} \geq 0 \forall m; \quad m = 1, 2, \dots, s$ $\sum_{k=1}^n \lambda_k = 1$ $\lambda_k \geq 0 \forall k; \quad k = 1, 2, \dots, n$	$Min Ef_o = \sum_{i=1}^r v_i x_{io} + v_o$ (u, v) Sujeito a: $\sum_{j=1}^s u_j y_{jo} = 1$ $\sum_{j=1}^s u_j y_{jk} - \sum_{i=1}^r v_i x_{ik} + v_o \leq 0, \forall k$ $u_j, v_i \geq 0, (\varepsilon), \forall i, j$

Fonte: Adaptado com base em Ferreira e Gomes (2009)

A eficiência produtiva de uma DMU não se restringe apenas à eficiência técnica - combinação ótima de insumos para uma produção máxima. Em seu âmbito, também se encontra a eficiência de escala - quando a DMU opera a produção máxima possibilitada pela tecnologia utilizada. Assim, admite-se duas formas distintas de eficiência produtiva – uma no plano operacional (eficiência técnica pura) e outra na escala de produção. Juntas, elas constituem a eficiência técnica global - ETG, que é um tipo que caracteriza unidades produtivas eficientes, com rendimentos constantes de escala. A decomposição é possível a partir da comparação das operações (i) com eficiência técnica global das DMUs com rendimentos constantes de escala e (ii) eficiência das DMUs com rendimentos variáveis de escala (FERREIRA e GOMES, 2009).

Demonstra-se esta decomposição na Figura 6, que possibilita uma visualização gráfica das ineficiências nos planos operacional, de escala ou técnica global.

Figura 5 – Eficiência técnica operacional versus eficiência de escala



Fonte: Adaptado com base em Ferreira e Gomes (2009)

Observa-se na Figura que a eficiência da DMU “A” restringe-se ao tipo técnica pura. Sua ineficiência de escala (produção ótima conforme a tecnologia utilizada), explicita sua ineficiência técnica global. As DMUs “B” e “C” possuem eficiência técnica global (técnica pura e de escala). A DMU “E” é ineficientes nos dois planos, operacional e de escala. Uma vez que a eficiência técnica global caracteriza a eficiência das unidades produtivas eficientes com rendimentos constantes de escala, as DMUs eficientes no modelos CCR também o serão no modelo BCC (FERREIRA E GOMES, 2009).

3.3 Teste de Wilcoxon e Índice de Malmquist

Após aplicação do método DEA, conforme arranjos de variáveis previamente definidos, utilizou-se o teste de Wilcoxon e o Índice de Produtividade de Malmquist. Enquanto o primeiro tem por objetivo verificar a existência de diferenças estatísticas entre os valores médios dos escores de eficiência financeira e social, o segundo visa analisar eventuais mudanças na produtividade das instituições microfinanceiras, no período analisado.

O Teste e o Índice são concisamente descritos a seguir.

3.3.1 Teste de Wilcoxon

Desenvolvido por Frank Wilcoxon (1892-1965) o Teste de Wilcoxon é utilizado na comparação da mediana da amostra a um dado valor referência (amostra única) ou para aferir diferenças em pares de amostras. Trata-se de um teste não paramétrico, que embora não exija a condição de normalidade, demanda que a distribuição na população sob análise seja simétrica (DOANE e SEWARD, 2008; TRIOLA, 2014).

Como vantagens na utilização do teste, Doane e Seward (2008, p. 702) especificam sua capacidade de “ (...) não necessitar da suposição de normalidade, sua robustez com relação a valores discrepantes e sua aplicabilidade a dados ordinais”, destacando seu bom desempenho sobre muitas distribuições não normais.

3.3.2 Índice de Produtividade de Malmquist

A proposta de Malmquist (1953) desenvolvida para análise do consumo, embasou o trabalho de Moorsteen (1961), que sugeriu a comparação dos insumos e produtos de uma dada empresa, em dois diferentes pontos temporais, sem, contudo, aventar a possibilidade de diferenças na produção ao longo do tempo. Posteriormente Caves, Christensen e Diewert (1982), admitindo a possibilidade de mudanças na produção em dois distintos períodos, definem como uma medida de produtividade, o índice de produtividade de Malmquist (CAVES *et al.*, 1982, FERREIRA e GOMES, 2009).

Fare *et al.* (1994), relacionando as funções de distância que embasaram o trabalho de Malmquist (1953) às medidas de eficiência técnica propostas por Farrel (1957), calcularam o índice de Malmquist como medida de produtividade, utilizando métodos não paramétricos de programação linear. Em sua proposta, decompõem a produtividade admitindo variações na eficiência e na tecnologia (FARE *et al.*, 1994).

Consoante à esta proposição, as variações de eficiência técnica podem ser comparadas entre dois períodos de tempo. Este evento é designado como emparelhamento (*catch-up effect*). Já as variações ocasionadas por inovações tecnológicas determinam deslocamentos na fronteira de produtividade (*frontier-shift effect*). Estas duas ocorrências compõem o índice de Malmquist (FERREIRA e GOMES, 2009).

A equação utilizada por Fare *et al.* (1994) para definir um índice de mudança de produtividade *output*-orientado foi:

$$m_o(y_{t+1}, x_{t+1}, y_t, x_t) = \left[\frac{d_o^t(x_{t+1}, y_{t+1})}{d_o^t(x_t, y_t)} \times \frac{d_o^{t+1}(x_{t+1}, y_{t+1})}{d_o^{t+1}(x_t, y_t)} \right]^{1/2}$$

Assim formatada, a equação representa a produtividade do ponto de produção (x_{t+1}, y_{t+1}) em relação ao ponto de produção (x_t, y_t) . Se o valor resultante for maior que a unidade (1), demonstra que houve um crescimento positivo da produtividade total do período t ao período $t+1$ (COELLI, 1996).

Uma forma equivalente de apresentação desta equação é dada por:

$$M_o(x^{t+1}, y^{t+1}, x^t, y^t) = \frac{D_o^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1})}{D_o^t(x^t, y^t)} \times \left[\left(\frac{D_o^t(x^{t+1}, y^{t+1})}{D_o^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1})} \right) \left(\frac{D_o^t(x^t, y^t)}{D_o^{t+1}(x^t, y^t)} \right) \right]^{1/2}$$

Nesta forma, a razão que se encontra fora dos parênteses define a alteração na eficiência relativa entre os anos t e $t+1$. Dentro dos parênteses temos os determinantes da tecnologia entre os períodos x_t e x_{t+1} (FARE *et al.*, 1994). Assim temos:

$$\text{alteração na eficiência} = \frac{D_o^{t+1}(x^{t+1}, y^{t+1})}{D_o^t(x^t, y^t)}$$

e

$$\text{alteração tecnológica} = \frac{D_o^t(x^t, y^t)}{D_o^{t+1}(x^t, y^t)}$$

Outras possíveis decomposições destes componentes foram sugeridas por vários autores. Fare *et al.* (1994) propõem a decomposição da eficiência técnica em eficiência de escala e eficiência técnica pura (COELLI *et al.* 2005).

Vários métodos podem ser utilizados para medir as funções de distância que compõem o índice de produtividade total de Malmquist, porém, o método DEA tem se apresentado como a opção preferida (FARE *et al.* 1994). Outra alternativa tem sido o uso dos métodos estocásticos de fronteira (COELLI *et al.* 2005).

Pode-se aplicar o método DEA (utilizando dados em painel⁶⁴) e um índice total de produtividade Malmquist - que pode ser *input* ou *output*-orientado - para medir a variação da

⁶⁴ Conforme Gujarati (2011, p. 47), Dados em painel, longitudinais ou de micropainel, “são um tipo especial de dados combinados nos quais a mesma unidade em corte transversal (por exemplo, uma família ou uma empresa) é pesquisada ao longo do tempo”

produtividade e decompô-la em mudanças na tecnologia (deslocamentos da fronteira tecnológica) e mudanças na eficiência técnica (COELLI, 1996).

Coelli *et al.* (2005) elencam algumas vantagens do uso de abordagens de fronteira como DEA: (i) tais métodos não exigem informações referente a preços; (ii) não requerem que todas as empresas sob análise sejam totalmente eficientes; (iii) não demandam objetivos como minimização de custos ou maximização de receitas; (iv) a produtividade total pode ser decomposta em componentes como mudança tecnológica, mudança de eficiência técnica e mudança de escala.

3.4 Considerações metodológicas

Uma pesquisa pode ser definida como “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. Assim identificado, este procedimento objetiva encontrar respostas para as questões que o motivaram (GIL, 2008, p. 26). A oferta de serviços financeiros destinados aos mais pobres, em sua evolução nas últimas décadas, tem sido marcada por divergências teóricas que distinguem duas correntes principais, orientadas respectivamente, pela ênfase ao sistema financeiro –*financial system* - e pelo relevo ao alívio da pobreza - *poverty lending* (GULLI, 1999). Neste contexto, este trabalho centra sua principal motivação no propósito de analisar a eficiência da oferta de microcrédito no Brasil, a fim de, entendendo as práticas e definições estratégicas do setor, verificar se o atendimento aos mais pobres foi enfatizado por estes serviços no país, nos anos 2008, 2011 e 2014, a partir da análise das dimensões financeira e social das instituições de microfinanças, utilizando-se para isso, de técnica específica para análise de eficiência. Valendo-se da assertiva de Gil (2002) de que objetivos gerais são usualmente aplicados como critério para classificação de pesquisas - considerando o propósito aqui explicitado - classifica-se este trabalho como uma pesquisa de caráter descritivo, dado que tal modalidade inclui o objetivo de descrever o perfil de determinado fenômeno.

Quanto ao método, tomando por referência os dois grandes grupos de classificação propostos por Richardson (2012) – quantitativo e qualitativo, categoriza-se para efeito desse estudo o método quantitativo, na medida em que se caracteriza pelo uso da quantificação tanto na coleta de dados, como também em seu tratamento, valendo-se para tal, de métodos estatísticos e não paramétricos.

A principal fonte utilizada para coleta de dados desta pesquisa foi a plataforma eletrônica de dados *online* do *Microfinance Information Exchange – THE MIX*⁶⁵ (2016), definindo o delineamento deste trabalho como de pesquisa documental, incluindo-se a pesquisa bibliográfica utilizada para fins de respaldo teórico sobre o tema.

Entre outros autores, foram enfatizados: Coelli (1996; 2005); Coraggio (1998; 2011); Woller *et al.* (1999); Gulli (1999); Rawls (2000); Morduch (2000); Ledgerwood (2000); Kliksberg (2001); Barone *et al.* (2002); Razeto (2005); Rocha (2006); Gutierrez Nieto (2006); Chen (2007;2012); Soares e Melo Sobrinho (2008); Soares (2009); Ferreira e Gomes (2009); Yunus (2010; 2014); Sen (2010; 2014); Santos (2013); Piketty (2014).

Os dados coletados junto à base de dados *THE MIX* (2016), referem-se às instituições de microfinanças brasileiras, constantes nesta plataforma, considerando-se o recorte temporal nos anos 2008, 2011, 2014; período mais recente, no qual encontrou-se o maior número de dados para as variáveis consideradas no estudo. As unidades de análise observadas variam conforme a quantidade de instituições que disponibilizaram informações completas ao sítio eletrônico, a cada ano. Assim, foram consideradas neste estudo, 28 instituições microfinanceiras em 2008, 23 em 2011 e 18 em 2014. Entre estas, 12 instituições mantiveram-se constantes em todo o período considerado.

O método Análise Envoltória de Dados – DEA, foi aplicado para identificação dos escores de eficiência das instituições financeiras. Para escolha das variáveis a serem utilizadas no modelo DEA, com base em trabalhos anteriores, realizou-se previamente uma seleção entre as opções disponibilizadas pela plataforma *THE MIX* (2016). Esta pré-seleção resultou em um primeiro conjunto composto de 20 variáveis que posteriormente, foram submetidas à técnica análise fatorial (método de estimação dos componentes principais) e ao teste para medida de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). No intuito de melhorar esta medida, a partir da matriz de correlação, foram excluídas cinco (05) variáveis que apresentavam menores coeficientes de correlação.⁶⁶ Dessa forma, aplicou-se a análise fatorial para as 15 variáveis restantes, sendo que o teste KMO indicou a adequação da amostra à aplicação da técnica (KMO = 0,54). A matriz fatorial inicialmente obtida foi rotacionada sob a modalidade ortogonal Varimax. As rotações ortogonais são largamente utilizadas e geralmente disponibilizadas por muitos programas computacionais. Dentre suas opções, o modo Varimax tem sido considerado

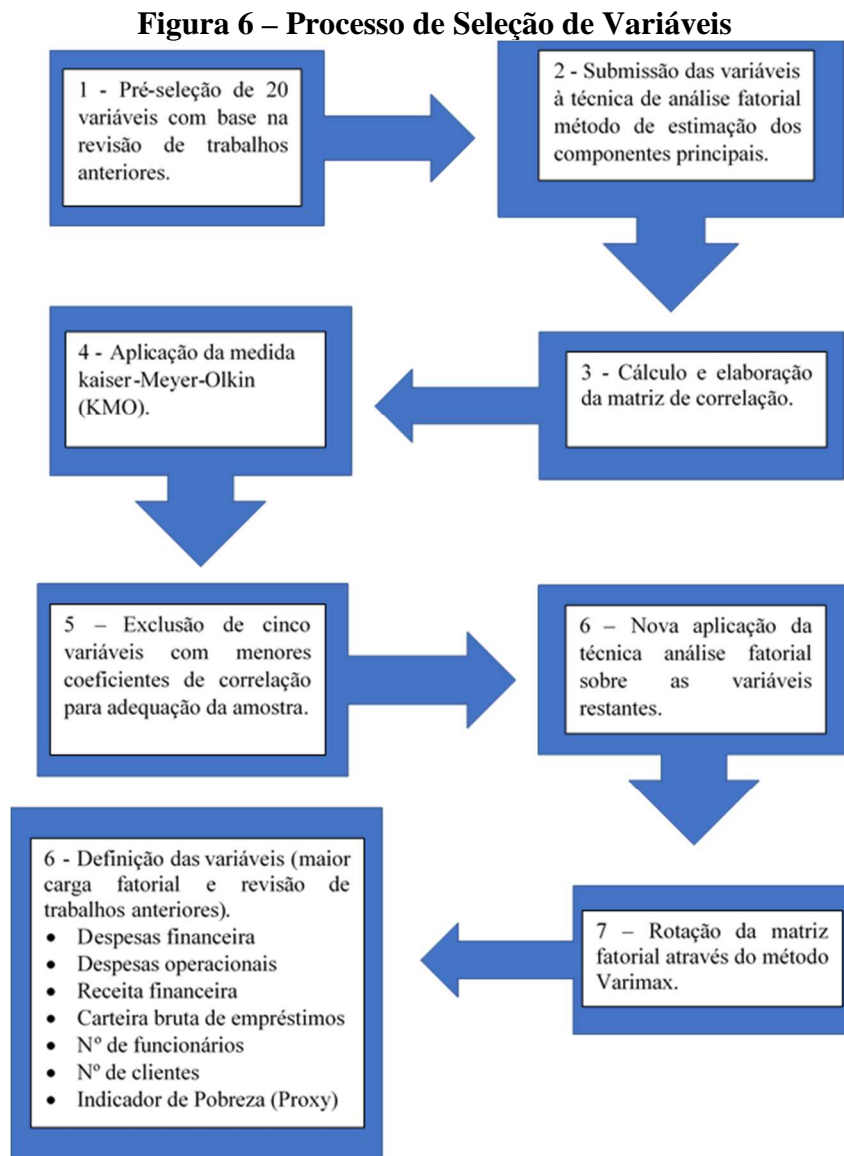
⁶⁵ O website *THE MIX* disponibiliza *online*, dados, “*insights*” e “*Market intelligence*”, sobre microfinanças, abrangendo milhares de organizações em mais de 100 mercados. Outras informações podem ser encontradas no sítio <https://www.themix.org/>

⁶⁶ Ver anexos H e I, constantes deste trabalho.

com uma “bem-sucedida” opção para simplificação da estrutura fatorial (HAIR, JR. *et al.* 2009. p.119).

Para seleção definitiva foram consideradas, dentre as variáveis de maior carga fatorial, aquelas que possuíam maior presença em trabalhos anteriormente realizados. Com base nestas definições, foram escolhidas as variáveis que integraram os modelos para análise da dimensão financeira das instituições de microfinanças.

Na Figura 6 delinea-se os passos seguidos por este trabalho na aplicação da análise fatorial com método de estimação dos componentes principais, para a seleção das variáveis que, posteriormente, foram utilizadas na identificação das eficiências nos âmbitos financeiro e social das instituições microfinanceiras, através do modelo DEA



O modelo DEA utilizado neste trabalho foi o BCC (ou VRS), considerando que, ao permitir diferentes retornos de escala para a configuração da fronteira de produção, ele assume a possibilidade de variações na produtividade máxima, em razão das diferentes escalas de produção das unidades observadas. Ao supor tal condição, este modelo viabiliza trabalhar-se com unidades produtivas de diferentes portes (BELLONI, 2000), conjuntura que caracteriza a amostra utilizada para análise.

Grande parte das instituições microfinanceiras convive com dificuldades diversas para obtenção de recursos (ARAÚJO, 2012). Não obstante, estas instituições objetivam o melhor desempenho possível, conforme os fundamentos teóricos e pragmáticos que assumem, nas dimensões financeira e social. Considerando tal contexto, optou-se por uma orientação a produtos para a ferramenta DEA, entendendo a configuração aqui especificada, como a mais adequada aos objetivos propostos.

O âmbito social das instituições foi avaliado em termos de alcance social nas dimensões amplitude - concernindo ao número de clientes atendidos - e profundidade, em referência ao grau de pobreza alcançado pelas IMFs. O conceito de alcance social no contexto das microfinanças vincula-se aos objetivos sociais das instituições microfinanceiras.

Autores como Gonzalez-Vega (1998) e Schreiner (2002), advogam outros aspectos⁶⁷ além da profundidade e amplitude, como componentes de alcance social no contexto das microfinanças. Este trabalho restringe-se a estas perspectivas entendendo-as como centrais à discussão que o embasa, na medida em que a amplitude se refere ao número de clientes - principal dimensão de alcance sob o ponto de vista da abordagem da ênfase ao sistema financeiro - *financial system*, e a profundidade, ao grau de pobreza atendido pelas instituições - principal dimensão de alcance da corrente *poverty lending*, cujo foco fundamental se traduz pelo alívio da pobreza.

Porém, em razão da ausência de dados para a análise do grau de pobreza alcançado pelos serviços de microcrédito no Brasil, fez-se necessária a utilização nesse estudo de uma proxy que se mostrasse apta às avaliações do alcance social nesta dimensão. Neste intuito, tomou-se como modelo o indicador de pobreza construído por Gutierrez-Nieto, Serrano-Cinca e Molinero (2007), que mensura o quanto as atividades da instituição microfinanceira beneficiam os pobres.

⁶⁷Segundo Gonzalez-Vega (1998) a dimensão alcance social em microfinanças compõe-se da combinação de aspectos como qualidade (*quality*), custo (*cost*), profundidade (*depth*), amplitude (*breadth*), extensão (*length*) e variedade (*variety*). Schreiner (2002) apresenta o valor (*worth to clientes*); o custo (*cost to clientes*); profundidade (*depth*); amplitude (*breadth*); extensão (*length*) e escopo (*scope*); como componentes desta dimensão.

Para seu cálculo, inicialmente divide-se o saldo médio dos empréstimos pelo PIB *per capita* local, conforme expressão:

$$K = \frac{\text{Saldo Médio de Empréstimos}}{\text{PIB per capita}}$$

Posteriormente ao cálculo de K para cada instituição, padroniza-se os respectivos valores subtraindo do K de cada instituição o menor dentre os valores de K e divide-se o resultado pela amplitude (K). Desta forma obtém-se um valor entre 0 e 1, em que um valor mais próximo de 0 (zero) indica que a instituição empresta aos mais pobres. No entanto, ao deduzir o valor calculado anteriormente do número 1 (um), os autores padronizam o índice de tal forma que quanto mais próximo o resultado for de 1, significa que a instituição contempla os mais pobres, ou quanto mais próximo de 0 significa que a instituição atende aos pobres com maiores recursos. Assim calcula-se p :

$$p_i = 1 - \frac{K_i - \text{Min}(K)}{\text{Amplitude}(K)}$$

onde i é um indicador associado a uma determinada instituição, $\text{Min}(K)$ é o valor mínimo entre todos os i , enquanto $\text{Amplitude}(K)$ é o valor máximo menos o valor mínimo de K entre todos os i .

Definida a variável proxy para as avaliações de alcance social na dimensão profundidade e optando-se pela variável número de clientes para as avaliações de alcance social na dimensão amplitude, foram construídos três distintos conjuntos de variáveis, distribuídas entre insumos e produtos, para análises embasadas na comparação da (i) eficiência financeira (modelo 1) versus eficiência social com ênfase na dimensão amplitude (modelo 2) e; (ii) eficiência financeira (modelo 1) versus eficiência social com ênfase na dimensões profundidade e amplitude (modelo 3).

No modelo 1 – para análise da eficiência financeira – considerou-se como insumos as variáveis despesas financeiras e despesas operacionais. Como produtos foram utilizadas as variáveis receitas financeiras e carteira bruta de empréstimos.

Nos modelos de avaliação de eficiência social – modelos 2 e 3 – as despesas operacionais e o número de funcionários foram considerados como insumos nos dois arranjos, diferindo-se em relação aos produtos.

O modelo 2 restringe-se ao número de clientes como única variável de produto, para análise do alcance social em referência à dimensão amplitude. Já o modelo 3 considera como produtos, o número de clientes e a proxy indicador de pobreza, para análise do alcance social em suas dimensões de amplitude e profundidade.

A Tabela 7 demonstra os insumos e produtos, como organizados nos modelos descritos.

Tabela 7 – Modelos de organização de insumos e produtos

Eficiência Financeira		Eficiência Social ênfase Amplitude		Eficiência Social ênfase Amplitude / Profundidade	
Insumos	Produtos	Insumos	Produtos	Insumos	Produtos
- despesas financeiras	- receita financeira	- despesas operacionais	- nº de clientes	- despesas operacionais	- nº de clientes
- despesas operacionais	- carteira bruta de empréstimos	- nº de funcionários		- nº de funcionários	- indicador de pobreza (proxy)

Fonte: Elaboração própria

Estas variáveis foram sumarizadas em uma descrição paramétrica abrangendo média, mediana e desvio padrão, delineando um conciso e genérico perfil do grupo de organizações pesquisadas.

Depois da aplicação do método DEA, realizou-se o teste de Wilcoxon para verificação de igualdade nas médias de eficiência financeira e social. No intuito de analisar eventuais mudanças na produtividade, o índice de Malmquist foi também aplicado sobre os escores de eficiência das instituições microfinanceiras analisadas, identificados nos anos de 2008, 2011 e 2014. Utilizou-se para este propósito, o software DEAP Versão 2.1, considerando-se para os cálculos 12 instituições que apresentaram dados em todo o período pesquisado. Foram utilizados os níveis de eficiência identificados sob os três modelos, isto é, o modelo 1 (eficiência financeira), o modelo 2 (eficiência social com ênfase na dimensão amplitude) e o modelo 3 (eficiência social com ênfase nas dimensões profundidade e amplitude), resultando em dois cenários de análise: (i) de eficiência financeira versus eficiência com ênfase na dimensão amplitude do alcance social (modelo A) e (ii) de eficiência financeira versus eficiência com ênfase nas dimensões amplitude e profundidade do alcance social (modelo B). Nesta análise, as instituições que registraram ausência de dados em qualquer dos anos observados foram excluídas, resultando em uma planilha de dados concomitantes em todo o período.

Além dos dados relativos às variáveis utilizadas para a identificação de eficiência, informações sobre o porte das instituições de microfinanças observadas - demonstrado por seus respectivos montantes de ativos totais e carteira bruta de empréstimos - foram sistematizadas e analisadas em razão de sua relevância para o melhor entendimento dos resultados do estudo.

A este respeito, uma preocupação inicial deste trabalho referiu-se à questão da influência que a presença de *outliers* pudesse exercer sobre os resultados, com a utilização do método DEA. A heterogeneidade de portes das instituições microfinanceiras e a concentração que caracterizam o cenário das microfinanças no Brasil, foi a princípio objeto de atenção, dado o receio de que a necessidade de exclusão de instituições, caso representassem comprometimentos válidos ao trabalho, desvirtuassem o real contexto das microfinanças no país, prejudicando os objetivos centrais de avaliação pretendidos no trabalho.

Tais inquietudes, porém, foram contornadas pela constatação em Mello et al. (2005, p.2535), de que um dos atributos do método DEA, é justamente a possibilidade de que os *outliers* sejam entendidos como benchmarks. Neste sentido, os *outliers* seriam “as melhores práticas dentro do universo investigado”. Belloni (2000), afirma a condição do modelo BCC, por sua capacidade de considerar a escala de produção, aplicar-se à avaliação de unidades de diferentes portes. Não obstante tais assertivas, aplicou-se, a título de análise, o método DEA, modelo BCC, orientação a outputs, sobre as variáveis do modelo 1, excluindo-se do grupo de DMUs originalmente selecionado, os dados referentes uma das unidades, que por sua diferença de porte em relação às demais, se apresentava mais característica de um outlier. Comprovou-se neste exercício, que os resultados obtidos pelas DMUs observadas, não apresentaram mudanças substanciais. Assim, optou-se pela manutenção de todas as instituições da amostra que apresentaram dados completos relativos às variáveis selecionadas para a análise em questão.

3.5 Vantagens e limitações do modelo Análise Envoltória de Dados - DEA

Entre as vantagens proporcionadas pelo modelo DEA, ele não apenas disponibiliza “valores cardinais dos diversos indicadores da eficiência produtiva”, mas permite identificar e decompor a ineficiência, possibilitando a avaliação de seus componentes conforme relevância e amplitude, o que viabiliza apreciações sobre a redução ou eliminação destes fatores de ineficiência (BELLONI, 2000, p. 58).

Schuschny (2007) destaca que: (i) sua aplicação aceita múltiplas entradas e saídas, mesmo que estas sejam unidades de sistemas diferentes; (ii) o modelo não exige a utilização plena dos fatores produtivos; (iii) diferentemente de outros modelos de fronteira, não exige o

estabelecimento de formas funcionais e; (iv) estabelece um ideal para comparação das DMUs, construído a partir do desempenho real das unidades mais eficientes.

Outras vantagens são encontradas na afirmação de Nova e Santos (2008, p. 152) que reconhecem no modelo DEA a possibilidade de “uma análise multifacetada de eficiência: fatores críticos de sucesso, crescimento ou decrescimento, revisão de metas”. Os autores ressaltam a possibilidade de uso da técnica para diversas “aplicações econômicas, financeiras e operacionais”. Ferreira e Gomes (2009) reconhecem no modelo possibilidades promissoras de análises e mensuração de posicionamentos competitivos de variados tipos de organizações e atividades, permitindo a pesquisadores e executivos utilizações diversas.

O modelo não só precisa a eficiência relativa de cada unidade produtiva analisada, unificando em número as interações entre os insumos e os produtos, como permite a identificação das reduções de insumo ou otimizações de produção, necessárias para que as unidades ineficientes alcancem a fronteira de eficiência. Outra vantagem refere-se ao fato da técnica não exigir informações sobre preços – a não ser quando se pretende definir a eficiência alocativa (FERREIRA e GOMES, 2009).

Como as demais técnicas de análise, o modelo DEA também possui limitações. Algumas delas são explicitadas por Schuschny (2007) ao evocar que: (i) o método é fortemente sensível aos erros de medição; (ii) não estima eficiências – ou ineficiências – absolutas. Diante dessa relatividade, os cálculos não possibilitam resultados ideais e; (iii) por se tratar de uma técnica não paramétrica, não possibilita testes de hipóteses estatísticos.

Em referência ao seu caráter não paramétrico, Nova e Santos (2008) destacam que o modelo não permite generalizações. Seus resultados se restringem às unidades e dimensões analisadas. Outro aspecto entendido como uma limitação diz respeito ao caráter determinístico do modelo que o torna “muito susceptível às observações extremas e aos erros de medida” (PEÑA, 2008, p. 91), não permitindo inferências probabilísticas sobre desempenhos futuros (BELLONI, 2000). A ausência de propriedades comuns às amostras estatísticas de eficiência técnica das unidades produtivas em análise, obtidas como resultado da linearização matemática do problema, é admitida como uma limitação do método por Ferreira e Gomes (2009).

3.6 Estudos sobre eficiência financeira e social de instituições de microfinanças, com utilização da técnica DEA

A literatura aponta um vasto acervo de produções científicas baseadas em estudos sobre a eficiência financeira. Avaliações de eficiência em uma abordagem social, contudo, mostram-

se mais recentes como destacado por GUTIÉRREZ-NIETO, SERRANO-CINCA E MOLINERO, 2007.

Em um contexto que contemple estudos de eficiência em instituições microfinanceiras, resgata-se a seguir, concisa descrição de alguns dos trabalhos publicados neste âmbito, que utilizaram o modelo DEA, como ferramenta metodológica de pesquisa.

Para verificar se os objetivos do Banco Social foram alcançados, Thimóteo (2005) utilizou o modelo DEA para avaliação dos impactos dos empréstimos junto a clientes da agência de Guarapuava, considerando o período de abril de 2003 a julho de 2005. Analisando um total de 60 operações, o trabalho conclui que 22 ou 36,6% destes empréstimos resultaram em uma aplicação tecnicamente eficiente dos recursos. A média de ineficiência constatada foi de 11,82%, resultado que evidencia, no período considerado, a proporção em que os objetivos da instituição não foram cumpridos.

Demonstrando a abordagem Análise Envoltória de Dados (DEA) como instrumento adequado para análise de performances de eficiência financeira e social de Instituições Microfinanceiras, Gutiérrez-Nieto, Serrano-Cinca e Molinero, (2007), pesquisaram o desempenho financeiro e social de 30 instituições microfinanceiras latino-americanas. Os resultados divulgados apontam a influência de fatores como as diferenças entre países, as conformações jurídicas das instituições microfinanceiras (Organização Não Governamental (ONG) / não-ONG) e as especificações e modelos utilizados no estudo, sobre as eficiências diagnosticadas.

Os mesmos autores utilizaram o modelo Análise Envoltória de Dados - DEA para combinar informações financeiras e sociais na avaliação de instituições microfinanceiras, a partir de variáveis de *inputs* e *outputs* consideradas nas duas abordagens. Entre as variáveis de *output*, constituíram um indicador de eficiência que contempla objetivos de alcance social, combinando valores médios dos empréstimos, número de mutuários e valor da riqueza média do país em que a instituição sob análise atua. Estudaram 89 instituições microfinanceiras, constantes do banco de dados da plataforma online *Microfinance Information Exchange – MIX* constatando, com apenas uma exceção, que as instituições socialmente eficientes, também o eram financeiramente. Este resultado reforça a defesa de que, para que a instituição microfinanceira seja capaz de cumprir seus objetivos sociais, ela deve ser financeiramente consolidada. Entre as instituições pesquisadas algumas se achavam expressivamente ineficientes tanto financeira como socialmente, o que, segundo os autores, lhes imprime uma condição de instabilidade quanto ao próprio futuro. Comprovou-se a existência de uma conexão positiva e importante entre a eficiência no atendimento a mulheres e a eficiência no combate à

pobreza; e que as Organizações Não Governamentais – ONGs demonstram maior eficiência no âmbito social que as instituições constituídas sob outras conformações legais. Outro importante fator de influência observado, diz respeito às diferenças das áreas geográficas onde as instituições operam. O ano de 2003 foi tomado como recorte temporal para os dois trabalhos.

Martinez-Gonzalez (2008), analisou a eficiência técnica relativa de instituições de microfinanças no México, através do método Análise Envoltória de Dados – DEA, identificando os determinantes das diferenças de eficiência por meio da regressão de Tobit. Os resultados encontrados na análise DEA demonstraram maior eficiência no objetivo de sustentabilidade do que pela amplitude do alcance. Porém, nos últimos anos pesquisados, observaram-se aumentos nas duas modalidades de eficiência – alcance e sustentabilidade. Considerando o mercado em questão, a autora conclui que o financiamento público não resulta necessariamente, em eficiência no desempenho das instituições.

Hassan e Sanchez (2009), avaliaram as eficiências técnicas e de escala de instituições microfinanceiras - IMFs em três regiões (América Latina; Oriente Médio e Norte da África; Ásia Meridional), comparando as eficiências entre regiões e tipos de IMFs. O trabalho registra como principal constatação que a eficiência técnica das instituições formais (bancos e cooperativas de crédito) mostrou-se maior do que as demonstradas pelas instituições não formais (organizações sem fins lucrativos e instituições não financeiras). Em referência às áreas geográficas analisadas, concluiu-se que as organizações do sul da Ásia possuem maior eficiência técnica que as organizações localizadas nas demais regiões. A fonte de ineficiência constatada foi puramente técnica e não de escala, o que, para os autores, aponta para situações de desperdício de recursos ou não produção de resultados suficientes, sugerindo ações gerenciais direcionadas para o uso mais eficiente dos recursos.

Annim (2010) pesquisou 164 IMFs localizadas em 61 países, no período de 2004 a 2008, utilizando técnicas de estimação de eficiência (paramétrica e não paramétrica) com o objetivo de analisar padrões, tendências e determinantes da eficiência em instituições microfinanceiras, considerando seus objetivos financeiros e sociais. O estudo não confirma um trade-off entre as eficiências financeira e de alcance social, porém reconhece que a eficiência e o alcance social das IMFs dependem de impulsos externos, ao contrário do objetivo financeiro que é principalmente determinado internamente.

Haq, Skylly e Pathan (2010) investigaram a relação custo-eficiência de IMFs com diferentes status legal, atuantes na África, Ásia e América Latina, usando as abordagens de

produção e intermediação⁶⁸ para identificação do tipo de IMF mais eficiente. Considerando a abordagem da produção, as instituições de microfinanças não governamentais revelaram-se mais eficientes. Já sob a abordagem da intermediação, as instituições microfinanceiras bancárias apresentaram maior eficiência.

Em trabalho de Dissertação, Premoli (2011) pesquisou sobre a eficácia operacional das agências do Programa de Microcrédito do Estado do Espírito Santo – Programa Nosso Crédito e a eficiência na alocação dos recursos em termos de benefícios sociais e econômicos. O autor constatou uma grande heterogeneidade nos índices de eficiência dos municípios analisados. Contudo, sugere que aqueles que apresentaram os melhores resultados na alocação dos recursos do Programa possam ser tomados como referência a fim de melhorar a performance dos municípios menos eficientes. Quanto à eficácia operacional, destaca que os resultados da pesquisa podem direcionar as agências para maior produtividade, assistindo a um maior número de empreendedores.

Araújo (2012) utilizou a Análise Envoltória de Dados (DEA) para uma abordagem de avaliação de desempenho financeiro e social de IMFs brasileiras, nos anos 2008, 2009 e 2010. Os resultados encontrados revelaram maiores escores de eficiência financeira em comparação à eficiência social, sugerindo, segundo a autora, uma ênfase aos resultados financeiros no contexto brasileiro de microfinanças. Neste mesmo trabalho, a autora também investiga os aspectos-chave de desempenho financeiro e social das instituições brasileiras e as inter-relações entre essas duas dimensões.

Siqueira (2015) investigou a eficiência da comercialização do programa de microcrédito da Caixa Econômica Federal por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA) no ano de 2014. A partir dos resultados alcançados o autor conclui como adequada a migração das operações de microcrédito para a Caixa Crescer.

Araújo e Carmona (2015) distinguiram os enfoques financeiro e social para avaliação de instituições de microcrédito brasileiras, nos anos 2008, 2009 e 2010, aplicando o modelo DEA-VRS. Como resultado do trabalho, os autores afirmam maiores escores de eficiência social que de eficiência financeira no período pesquisado. A partir de análise realizada por meio do Índice de Malmquist aplicado sobre o espaço temporal da pesquisa, concluem evolução na

⁶⁸ Os serviços prestados por instituições financeiras podem ser medidos a partir de duas diferentes perspectivas. Na abordagem da produção, as instituições financeiras são consideradas como organizações produtoras de serviços para os clientes. Já na abordagem de intermediação, estas são entendidas como organizações que intermediam fundos entre poupadores e investidores (BERGER e HUMPHREY, 1997).

produtividade tanto em relação à dimensão social quanto financeira, embora a abordagem social tenha apresentado maior grau de variações positivas da eficiência técnica.

Larrea-Correa (2015) pesquisou a eficiência financeira e social das instituições da indústria de microcrédito equatorianas, considerando o espaço temporal compreendido entre os anos de 2001 a 2013. Em conclusão, o autor registra que, em média, as instituições equatorianas, neste período, vêm apresentando tendência de crescimento positivo, porém modesto quanto a esfera da eficiência financeira. Em relação à eficiência social, contudo, a tendência confirmada é de queda dos resultados, apontando declínio nestes anos quanto às metas de redução da pobreza.

Como agências de combate à pobreza e exclusão social, as instituições microfinanceiras comungam objetivos tanto financeiros, quanto sociais. Estes desempenhos se vinculam essencialmente à razão de ser de tais instituições. Esta relevância demanda o exercício contínuo de avaliações que considerem ambas dimensões. Neste propósito, o modelo DEA, largamente utilizado para avaliações no âmbito financeiro possui o mérito de aplicar-se, também, a adequadas avaliações de cunho social (GUTIÉRREZ-NIETO, SERRANO-CINCA E MOLINERO, 2007).

Com o propósito de verificar que abordagem estratégica prevalece sobre a oferta de microcrédito no Brasil, o modelo DEA também será utilizado neste trabalho, para análise de eficiência nos âmbitos financeiro e social das instituições de microfinanças brasileiras, constantes da plataforma eletrônica THE MIX, nos anos 2008, 2011 e 2014. Sob três distintas configurações de variáveis pretende-se inferir sobre os resultados encontrados de: (i) eficiência financeira versus eficiência com ênfase na dimensão amplitude de alcance social e (ii) eficiência financeira versus eficiência com ênfase nas dimensões profundidade e amplitude de alcance social. Também com base nos resultados encontrados, objetiva-se verificar se a consideração ao atendimento aos mais pobres foi enfatizada, no contexto nacional, pela oferta desta modalidade de crédito, observando-se o espaço temporal definido.

Em sequência às aplicações das técnicas abordadas, sob o contexto do escopo deste trabalho, procedeu-se as análises dos resultados, que foram contrastados aos objetivos e hipóteses previamente determinados. As demonstrações dos resultados e respectivas análises são explicitadas no próximo capítulo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo descreve e discute os resultados obtidos através da aplicação dos métodos Análise Fatorial, Análise Envoltória de Dados – DEA, Teste de Wilcoxon e Índice de Produtividade de Malmquist, além de descrição estatística realizada para identificação de um conciso e genérico perfil do grupo de instituições pesquisadas.

Para aplicação destas técnicas foram utilizados dados secundários concernentes a instituições de microfinanças brasileiras, coletados junto à plataforma eletrônica *THE MIX* (2016) e circunscritos ao recorte temporal compreendido pelos anos 2008, 2011 e 2014.

As discussões aqui apresentadas fundamentam-se nas definições prévias deste trabalho, relativas a seus objetivos e pressupostos e nos resultados demonstrados pelas técnicas e métodos utilizados. Destaca-se como principal delimitador do escopo desta pesquisa, as considerações sobre o posicionamento estratégico e institucional da oferta de microfinanças no Brasil, considerando as dimensões de alcance da população mais pobre.

Salienta-se a identificação da eficiência, nas dimensões financeira e social das instituições microfinanceiras, por meio da Análise Envoltória de Dados – DEA, como principal mecanismo de análise deste trabalho.

4.1 Resultados da Análise Fatorial e análise descritiva das variáveis selecionadas

Por meio da Tabela 8 explicita-se os resultados da aplicação da técnica Análise Fatorial método de estimação por componentes principais para as 15 variáveis definidas após adequação da amostra.

Observou-se para aplicação desta técnica, as informações das IMFs do ano de 2008, espaço temporal que contemplava o maior número de observações para as variáveis pré-selecionadas.

Para definição das variáveis, foram consideradas aquelas que apresentaram as maiores cargas fatoriais e maior presença em trabalhos anteriores com propósitos de análises semelhantes, previamente consultados para este estudo.

Após seleção, estas variáveis constituíram os modelos de análise utilizados por esta pesquisa.

Tabela 8 – Resultados Análise Fatorial

Variáveis	Fatores			
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
Ativo total	0.8221	-0.0012	0.4441	-0.1595
Carteira Bruta de Empréstimos	0.8594	0.0258	0.4364	-0.1345
Saldo médio	-0.1115	0.0803	0.8993	0.1046
Receitas Financeiras	0.9291	0.1020	0.0056	-0.1087
Despesas Financeiras	0.9367	0.0523	0.2469	-0.0754
Despesas Operacionais	0.8168	0.0325	-0.1039	-0.0994
Número de Clientes	0.9534	0.0940	-0.1894	-0.0617
Número de Funcionários	0.9505	0.0977	0.0165	-0.0614
Número de Agentes de Crédito	0.8997	0.1150	-0.1679	-0.0292
Número de Empréstimos por Agente	0.2480	0.1248	0.8077	-0.3041
Custo por empréstimo	-0.1367	-0.1409	0.0924	0.9292
Rendimento sobre Carteira	-0.1303	-0.0724	-0.3188	0.8258
Retorno sobre Ativos	0.0704	0.8130	0.0063	-0.4530
Margem de Lucro	0.0944	0.9541	0.0537	-0.0101
Autossuficiência operacional	0.0922	0.9693	0.0966	-0.0063

Fonte: Elaboração própria com base em dados prévios da plataforma THE MIX (2016)

Destaca-se que, embora outras opções possuam cargas fatoriais maiores, as variáveis Carteira Bruta de Empréstimos e Despesas Operacionais foram escolhidas pela importante presença que detêm em trabalhos realizados anteriormente⁶⁹.

A descrição estatística das variáveis selecionadas para a identificação das eficiências nas dimensões pretendidas pela pesquisa, explicitada pela Tabela 9, permitiu a antecipação de um cenário importante às considerações deste estudo.

Além das referidas variáveis, reporta-se nesta tabela, a informações estatísticas da variável proxy indicador de pobreza, constituída em razão da ausência de dados para a análise do grau de pobreza alcançado pelos serviços de microcrédito no Brasil, sendo usada para as avaliações do alcance social nesta dimensão.

⁶⁹ Dentre os trabalhos que utilizam estas variáveis, cita-se: Gutierrez-Nieto, Serrano-Cinca e Mar-Molinero (2007); Hassan; Sanchez (2009); Annim (2010); Haq, Skylly, Pathan (2010); Araújo (2012); Araújo e Carmona (2015), Larrea Correa (2015).

Tabela 9 – Estatística Descritiva das Variáveis Utilizadas

Ano	2008	2011	2014
Nº Observações	28	23	18
Despesas Financeiras (USD)			
Média	1.460.163	4.160.698	2.436.429
Desvio Padrão	3.993.860	13.150.564	8.656.786
Mediana	208.415	394.835	307.053
Despesas Operacionais (USD)			
Média	4.454.805	7.472.688	5.102.413
Desvio Padrão	9.794.335	21.340.729	13.211.389
Mediana	742.524	1.242.455	1.736.794
Receitas Financeiras (USD)			
Média	8.627.128	16.239.204	12.038.035
Desvio Padrão	16.849.878	49.644.811	38.438.935
Mediana	1.253.181	2.095.210	2.452.717
Carteira Bruta de Empréstimos (USD)			
Média	18.626.689	54.119.539	62.603.568
Desvio Padrão	43.910.487	151.195.987	239.079.697
Mediana	2.330.967	4.474.019	5.767.699
Número de Clientes (unidade)			
Média	28.952	55.217	109.261
Desvio Padrão	79.127	217.116	437.518
Mediana	2.434	2.462	4.337
Número de Funcionários (unidade)			
Média	143	241	292
Desvio Padrão	372	785	1009
Mediana	26	23	46
Alcance Social (proxy)			
Média	0.6871	0.8201	0.6958
Desvio Padrão	0.2660	0.2495	0.2488
Mediana	0.7968	0.8984	0.7450

Fonte: Elaboração própria com base em dados prévios da plataforma *THE MIX* (2016)

Com exceção da variável “alcance social”, constata-se grande dispersão em relação aos valores médios das variáveis. A expressiva diferença entre as médias e medianas, denota uma forte assimetria positiva⁷⁰. Este panorama pode ser explicado pelas diferenças de portes das instituições da amostra (conforme evidenciado pelas diferenças nos montantes do Ativo total e Carteira Bruta de Empréstimos das instituições, na Tabela 10).

Quanto ao indicador de alcance social, contrariamente observa-se não somente um menor nível de dispersão, como também um comportamento assimétrico negativo, que embora

⁷⁰ Em uma distribuição simétrica, as medidas de posição estatística - média e mediana - possuem valores iguais. Se diferem entre si, evidencia-se uma assimetria que se faz tanto maior quanto maior for a diferença apresentada. Tem assim três condições: (i) média = mediana para distribuições simétricas; (ii) média > mediana para distribuições assimétricas positivas e; (iii) média < mediana para distribuições assimétricas negativas (CRESPO, 2001).

não tão vultuoso, denuncia a existência de valores menores entre as observações consideradas nesta variável.

Tabela 10 – Montante dos Ativos e Carteira Bruta de Empréstimos, segmentados pelo formato jurídico das instituições – 2008, 2011, 2014

Ano	Status Legal	Qtde Instituições	Ativo Total (USD)	Valor %	Carteira Bruta Empréstimos (USD)	%
2008	ONG	21	60.577.933	8,9	54.938.372	10,5
	Banco	2	237.711.773	35,0	171.363.880	32,9
	Cooperativa	2	336.493.189	49,6	254.538.882	48,8
	SCMEPP	2	2.007.054	0,3	2.424.687	0,5
	NBFI*	1	41.986.425	6,2	38.281.483	7,3
	TOTAL	28	678.776.374	100,0	521.547.304	100,0
	MÉDIA	---	135.755.275	---	104.309.461	---
2011	ONG	18	99.192.115	6,9	94.229.315	7,6
	Banco	1	632.135.578	43,9	615.527.739	49,4
	Cooperativa	1	588.126.888	40,9	425.383.270	34,2
	SCMEPP	2	12.416.129	0,9	12.606.157	1,0
	NBFI*	1	107.045.475	7,4	97.002.906	7,8
	TOTAL	23	1.438.916.185	100,0	1.244.749.387	100,0
	MÉDIA	---	287.783.237	---	248.949.877	---
2014	ONG	16	108.680.868	9,6	102.805.857	9,1
	Banco	1	1.012.636.988	90,0	1.020.420.947	90,6
	Cooperativa	0	-	0,0	-	0,0
	SCMEPP	1	4.338.722	0,4	3.272.556	0,3
	NBFI*	0	-	0,0	-	0,0
	TOTAL	18	1.125.656.578	100,0	1.126.499.360	100,0
	MÉDIA	---	375.218.859	---	375.499.787	---

Elaboração própria com base em dados da plataforma *THE MIX* (2016)

*NBFI - refere-se a instituição financeira não bancária constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado

Observa-se que a grande maioria das instituições, em todo o espaço temporal pesquisado, constituiu-se de Organizações Não Governamentais, portanto, de entidades da sociedade civil, não reguladas pelo Banco Central e sem finalidade de lucro.

Apesar de em maior número, as ONGs não registram os montantes mais expressivos de ativos ou carteira bruta de empréstimos, atributos evidenciados pelos Bancos, embora estes contemplem um número menor de instituições, quando comparado às ONGs. Em 2014, esta variação se torna expressivamente evidente, quando o único⁷¹ banco analisado detém 90,6% da carteira bruta total, salientando o acirramento da concentração no setor. Esta concentração é

⁷¹Conforme demonstrado pela Tabela 12, a quantidade de organizações bancárias, cujos registros de informações foram encontrados disponíveis na plataforma *THE MIX* (2016), passa de duas instituições no primeiro ano de análise (2008), para apenas uma nos dois anos seguintes (2011 e 2014).

confirmada por divulgação do Banco Central do Brasil, em referência às instituições reguladas, em que se demonstra que os bancos concentraram mais de 90% da carteira em 2014 (BCB/RIF 2015).

4.2 Resultados da Análise Envoltória de Dados – DEA

Sob três diferentes conjuntos previamente determinados de insumos e produtos, isto é, modelo 1 (referente análise de eficiência financeira), modelo 2 (referente análise da eficiência do alcance social com ênfase na amplitude) e modelo 3 (referente análise de eficiência do alcance com ênfases nas dimensões profundidade e amplitude) foram calculados os escores demonstrados pela Tabela 12.

Ao divulgar os resultados, optou-se por usar a expressão Unidade Tomadora de Decisão – DMU (*Decision Making Units*), referindo-se às instituições pesquisadas, no intuito de manter a confidencialidade das suas informações. Entre os anexos deste trabalho, divulga-se a lista geral das instituições de microfinanças observadas nesta pesquisa.

Considerou-se como âmbito deste estudo o contexto geral em relação à oferta de microfinanças no Brasil, quanto a seu posicionamento estratégico frente às correntes teóricas abordadas (*financial system* e *poverty lending*). Assim, posicionamentos particulares às instituições pesquisadas, não relevantes ao espaço de análise previamente definido, não foram tratados nesta pesquisa.

No intuito de considerar o maior número de instituições que apresentaram dados completos para as variáveis consideradas, a cada ano, optou-se pela não utilização da modalidade longitudinal, ou em painel, para a análise dos dados. Os cenários de análise foram construídos a partir da comparação dos diferentes conjuntos de insumos e produtos que constituíram os modelos: 1 – com ênfase na perspectiva financeira; 2 – enfocando o alcance social com ênfase na dimensão amplitude e 3 – em que o alcance social é considerado conjuntamente, nas dimensões amplitude e profundidade. Assim, a quantidade de instituições microfinanceiras em cada ano analisado varia de acordo com os registros disponibilizados pela plataforma *THE MIX* (2016), de tal forma que nem todas as instituições presentes em um dado período estão presentes nos demais⁷². Por exemplo a DMU 1 só participou do estudo em 2014.

⁷² A modalidade de análise longitudinal (dados em painel) foi considerada apenas para operacionalização do Índice de produtividade de Malmquist, em razão do propósito de verificação das variações na produtividade das instituições microfinanceiras ao longo do período observado.

Inversamente, a participação da DMU 2 só ocorreu no ano inicial, 2008. As Tabelas 11 e 12 consideram o total destas instituições em todo o espaço temporal estudado.

Tabela 11 – Escores percentuais de eficiência das IMFs - 2008, 2011, 2014

	% Eficiência Financeira			% Eficiência Social ênfase Amplitude			% Eficiência Social ênfase Amplitude / Profundidade		
	2008	2011	2014	2008	2011	2014	2008	2011	2014
DMU 1	-----	-----	36.4	-----	-----	8.5	-----	-----	74.9
DMU 2	55.8	-----	-----	20.9	-----	-----	51.9	-----	-----
DMU 3	21.8	-----	-----	31.9	-----	-----	96.2	-----	-----
DMU 4	27.6	-----	-----	77.6	-----	-----	100.0	-----	-----
DMU 5	100.0	91.0	100.0	44.5	44.2	23.8	86.6	93.9	77.1
DMU 6	52.3	98.8	68.8	39.4	40.5	24.1	56.8	86.7	53.0
DMU 7	48.1	71.5	79.5	27.3	39.7	20.6	73.4	88.0	44.8
DMU 8	100.0	-----	-----	100.0	-----	-----	100.0	-----	-----
DMU 9	37.1	79.3	-----	16.2	15.9	-----	53.8	79.2	-----
DMU 10	50.6	77.4	99.6	30.9	23.8	21.5	52.8	79.2	48.4
DMU 11	48.7	63.4	100.0	23.1	42.7	34.6	54.5	100.0	100.0
DMU 12	27.1	61.7	-----	37.3	33.9	-----	98.4	97.4	-----
DMU 13	42.3	100.0	100.0	46.3	34.7	34.9	87.0	94.0	85.8
DMU 14	28.4	-----	82.1	23.6	-----	16.4	86.2	-----	74.1
DMU 15	26.3	81.2	-----	48.0	37.7	-----	99.7	97.8	-----
DMU 16	-----	-----	94.8	-----	-----	38.2	-----	-----	86.8
DMU 17	100.0	100.0	-----	28.1	20.5	-----	28.1	21.0	-----
DMU 18	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
DMU 19	-----	64.1	98.3	-----	17.2	11.1	-----	89.1	72.2
DMU 20	53.7	100.0	-----	32.9	26.3	-----	71.1	88.1	-----
DMU 21	30.6	87.9	90.2	29.2	21.7	14.3	61.3	58.6	14.3
DMU 22	13.1	56.1	94.6	23.7	40.2	36.4	96.8	98.6	93.1
DMU 23	100.0	-----	-----	100.0	-----	-----	100.0	-----	-----
DMU 24	-----	48.7	80.8	-----	18.5	16.5	-----	90.5	43.4
DMU 25	100.0	-----	-----	11.5	-----	-----	25.5	-----	-----
DMU 26	51.6	86.8	81.4	28.1	38.9	31.6	64.9	91.3	71.9
DMU 27	-----	-----	100.0	-----	-----	100.0	-----	-----	100.0
DMU 28	38.2	100.0	100.0	60.7	39.0	27.9	100.0	100.0	100.0
DMU 29	17.6	-----	-----	6.3	-----	-----	100.0	-----	-----
DMU 30	92.2	100.0	100.0	98.6	100.0	43.8	100.0	100.0	100.0
DMU 31	-----	100.0	-----	-----	38.3	-----	-----	79.1	-----
DMU 32	-----	100.0	-----	-----	26.7	-----	-----	100.0	-----
DMU 33	100.0	100.0	-----	100.0	100.0	-----	100.0	100.0	-----
DMU 34	33.6	-----	-----	54.7	-----	-----	95.4	-----	-----
DMU 35	54.6	90.1	-----	27.8	9.1	-----	27.8	9.1	-----
Média	55.4	85.1	89.2	45.3	39.6	33.6	77.4	84.4	74.4
Desvio Padrão	30.3	16.8	16.4	29.7	25.9	26.1	25.2	24.1	24.9

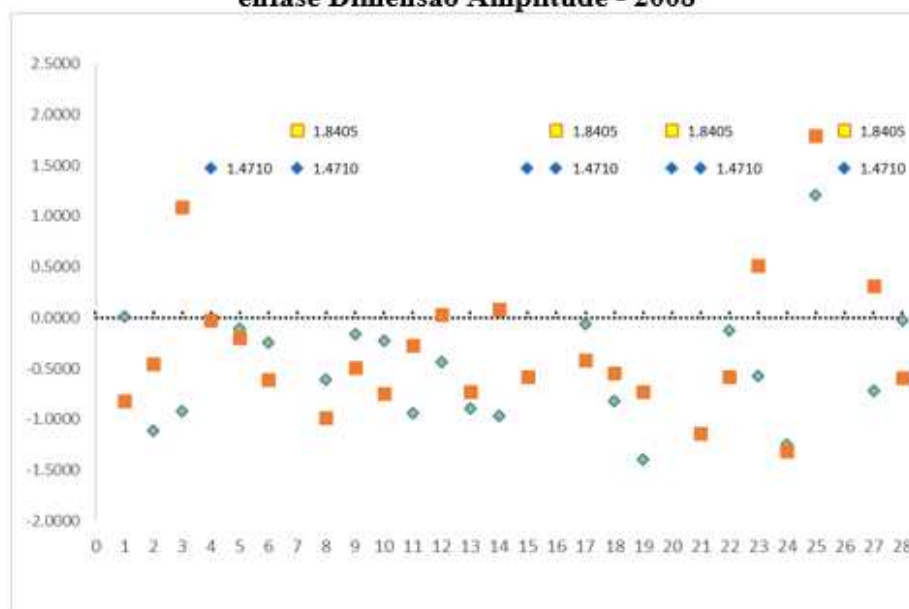
Fonte: Elaboração própria com base em dados prévios da plataforma THE MIX (2016).

(-----) ausência de informações no período.

Observa-se que as médias do modelo 1 se destacam (no sentido de serem mais elevadas) em todo o período, quando comparadas às médias do modelo 2, em que a dimensão social restringe-se ao número de clientes. Este resultado aproxima-se da abordagem institucionalista que afirma a autossuficiência financeira como condição e principal fator de sucesso institucional (WOLLER, DUNFORD, WOODWORTH, 1999).

O Gráfico 1 demonstra que dentre as 28 IMFs analisadas no ano de 2008, 21 instituições (75%) foram ineficientes nos modelos 1 e 2. Na dimensão financeira, sete instituições (25%) foram eficientes e apenas quatro (14%) também o foram na dimensão social do modelo 2. Ou seja, se observada apenas a dimensão amplitude do alcance social (modelo 2), 86% das IMFs se mostraram ineficientes neste período. A visualização gráfica indica que somente quatro (14%) instituições foram simultaneamente eficientes nas duas dimensões. Expressiva quantidade de instituições apresentou escores menores que a média nos dois modelos - 68% das instituições na dimensão financeira e 64% na dimensão social do modelo 2. Este cenário denota que tanto na perspectiva financeira, quanto social do modelo 2, a maioria das IMFs se encontra distante da fronteira de eficiência, determinada segundo as especificações do modelo DEA.

**Gráfico 1 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social
ênfase Dimensão Amplitude - 2008**



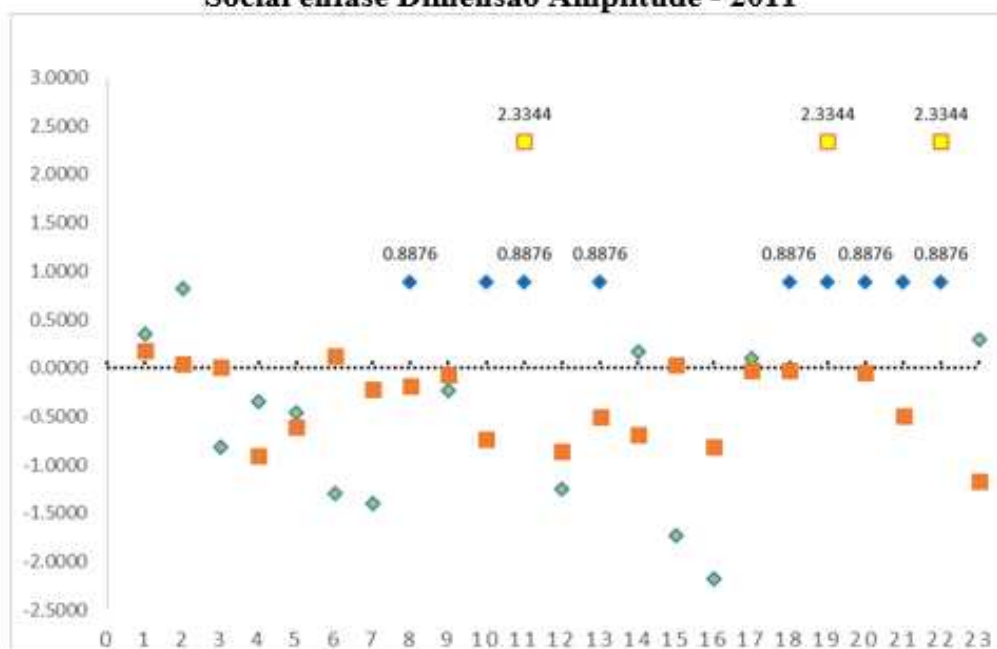
Elaborado a partir dos escores de eficiência explicitados na Tabela 12.

Todos os valores dos escores foram padronizados (média 0 e desvio padrão 1).

- Instituição eficiente na dimensão amplitude do alcance social.
- ◆ Instituição eficiente na dimensão financeira.
- Instituição ineficiente na dimensão amplitude do alcance social.
- ◆ Instituição ineficiente na dimensão financeira.

Também em referência ao ano 2011, observa-se no Gráfico 2, uma grande incidência de IMFs ineficientes (20 instituições, representando 87% do total) na dimensão social do modelo 2. No modelo 1, nove instituições (39%) demonstraram-se eficientes. Nesta perspectiva de análise, nove instituições (39%) apresentaram escores de eficiência abaixo da média geral na eficiência financeira e 15 instituições (65%) na dimensão de eficiência social do modelo 2, evidenciando significativa prevalência da ênfase financeira. O gráfico revela ainda que, dentre as 23 IMF's analisadas, somente três (13%) foram conjuntamente eficientes segundo as duas abordagens.

Gráfico 2 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social ênfase Dimensão Amplitude - 2011



Elaborado a partir dos escores de eficiência explicitados na Tabela 12.

Todos os valores dos escores foram padronizados (média 0 e desvio padrão 1).

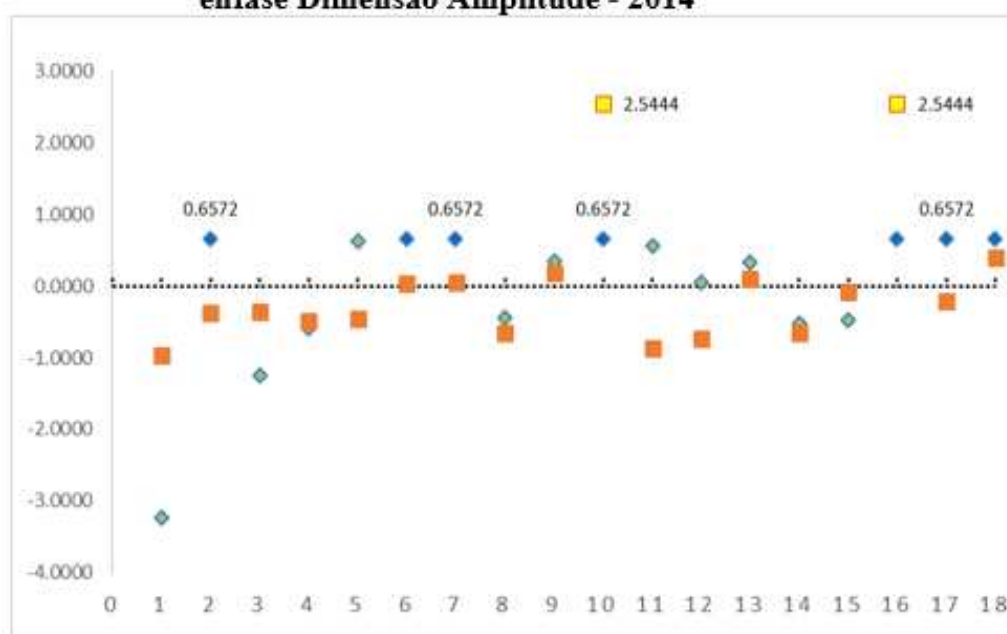
- Instituição eficiente na dimensão amplitude do alcance social.
- ◆ Instituição eficiente na dimensão financeira.
- Instituição ineficiente na dimensão amplitude do alcance social.
- ◆ Instituição ineficiente na dimensão financeira.

Em 2014, o Gráfico 3 replica o panorama de ocorrência de IMFs ineficientes (16 instituições, representando 89% do total), na dimensão social do modelo 2. Na dimensão do modelo 1 esta incidência foi de 61% (11 IMFs), com 07 instituições (39%), demonstrando-se eficientes. Quanto aos níveis de eficiência, 11 IMFs (61%) comprovaram escores abaixo da média na dimensão social modelo 2. Na dimensão financeira, seis IMF's (33%), apresentaram escores menores que a média. A análise simultânea das duas dimensões, financeira e social,

revela que somente duas IMFs, dentre as 18, foram eficientes; sendo que 1/3 das instituições tiveram escores abaixo da média geral.

Em uma análise intertemporal sob esta ótica de análise (modelo 1 versus modelo 2), o desempenho das IMFs manteve-se aquém na dimensão social em todo o período observado, confirmando a prevalência do modelo 1 tanto em relação à quantidade de instituições eficientes, quanto em referência aos níveis dos escores médios. A quantidade de IMFs conjuntamente eficientes nas duas modalidades de análise, foi relativamente baixa em todos os anos (quatro em 2008, três em 2011, duas em 2014).

**Gráfico 3 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social
ênfase Dimensão Amplitude - 2014**



Elaborado a partir dos escores de eficiência explicitados na Tabela 12.
Todos os valores dos escores foram padronizados (média 0 e desvio padrão 1).

- Instituição eficiente na dimensão amplitude do alcance social.
- ◆ Instituição eficiente na dimensão financeira.
- Instituição ineficiente na dimensão amplitude do alcance social.
- ◆ Instituição ineficiente na dimensão financeira.

Este panorama geral, embora esteja em consonância com a abordagem institucionalista, pelo destaque na dimensão de eficiência financeira que demonstra, não enfatiza o alcance de maior número de clientes –*breadth of outreach*– se consideradas a grande maioria das IMFs pesquisadas no período temporal observado. Faz-se interessante destacar, conforme visualiza-se na Tabela 12, que 74% destas IMFs constitui-se de organizações não governamentais.

Conforme Soares e Melo Sobrinho (2008), as instituições microfinanceiras reguladas se direcionam pelo padrão minimalista, que entendem ser o modelo que oferece melhores condições para a autossustentabilidade institucional – ponto de vista coerente à linha de pensamento da ênfase ao sistema financeiro, assim como a abordagem institucionalista. Sob esta perspectiva (eficiência financeira comparada à eficiência social com ênfase na amplitude) a Tabela 12 explicita maior número de desempenhos eficientes entre as instituições reguladas, especialmente os bancos. Para efeito de análise destaca-se que a instituição financeira não bancária, que se comprova eficiente, nos anos 2008 e 2011⁷³, vincula-se a um conglomerado financeiro privado. As organizações classificadas como bancos quanto ao formato institucional, cujos desempenhos são aqui demonstrados, são organizações de caráter público, distinguindo entre estas a única instituição microfinanceira que se manteve eficiente em todos o período e modelos analisados.

Tabela 12 – Escores percentuais de eficiências segmentadas pelo formato legal das instituições microfinanceiras - 2008, 2011 e 2014.

(continua)

	% Eficiência Financeira			% Eficiência Social ênfase Amplitude			% Eficiência Social ênfase Amplitude / Profundidade		
	2008	2011	2014	2008	2011	2014	2008	2011	2014
BANCO	100	-----	-----	100	-----	-----	100	-----	-----
	100	100	100	100	100	100	100	100	100
COOP	100	100	-----	28.1	20.5	-----	28.1	21	-----
	100	-----	-----	100	-----	-----	100	-----	-----
SCMEPP	-----	-----	36.4	-----	-----	8.5	-----	-----	74.9
	100	-----	-----	11.5	-----	-----	25.5	-----	-----
	-----	100	-----	-----	38.3	-----	-----	79.1	-----
	54.6	90.1	-----	27.8	9.1	-----	27.8	9.1	-----
NBFI*	100	100	-----	100	100	-----	100	100	-----
ONG	55.8	-----	-----	20.9	-----	-----	51.9	-----	-----
ONG	21.8	-----	-----	31.9	-----	-----	96.2	-----	-----
ONG	27.6	-----	-----	77.6	-----	-----	100	-----	-----
ONG	100	91	100	44.5	44.2	23.8	86.6	93.9	77.1
ONG	52.3	98.8	68.8	39.4	40.5	24.1	56.8	86.7	53
ONG	48.1	71.5	79.5	27.3	39.7	20.6	73.4	88	44.8
ONG	37.1	79.3	-----	16.2	15.9	-----	53.8	79.2	-----
ONG	50.6	77.4	99.6	30.9	23.8	21.5	52.8	79.2	48.4
ONG	48.7	63.4	100	23.1	42.7	34.6	54.5	100	100
ONG	27.1	61.7	-----	37.3	33.9	-----	98.4	97.4	-----

⁷³Não foram encontradas informações sobre esta instituição referente ao ano 2014.

Tabela 12 – Escores percentuais de eficiências segmentadas pelo formato legal das instituições microfinanceiras - 2008, 2011 e 2014.

(conclusão)

	% Eficiência Financeira			% Eficiência Social ênfase Amplitude			% Eficiência Social ênfase Amplitude / Profundidade		
ONG	42.3	100	100	46.3	34.7	34.9	87	94	85.8
ONG	28.4	-----	82.1	23.6	-----	16.4	86.2	-----	74.1
ONG	26.3	81.2	-----	48	37.7	-----	99.7	97.8	-----
ONG	-----	-----	94.8	-----	-----	38.2	-----	-----	86.8
ONG	-----	64.1	98.3	-----	17.2	11.1	-----	89.1	72.2
ONG	53.7	100	-----	32.9	26.3	-----	71.1	88.1	-----
ONG	30.6	87.9	90.2	29.2	21.7	14.3	61.3	58.6	14.3
ONG	13.1	56.1	94.6	23.7	40.2	36.4	96.8	98.6	93.1
ONG	-----	48.7	80.8	-----	18.5	16.5	-----	90.5	43.4
ONG	51.6	86.8	81.4	28.1	38.9	31.6	64.9	91.3	71.9
ONG	-----	-----	100	-----	-----	100	-----	-----	100
ONG	38.2	100	100	60.7	39	27.9	100	100	100
ONG	17.6	-----	-----	6.3	-----	-----	100	-----	-----
ONG	92.2	100	100	98.6	100	43.8	100	100	100
ONG	-----	100	-----	-----	26.7	-----	-----	100	-----
ONG	33.6	-----	-----	54.7	-----	-----	95.4	-----	-----
Média	55.4	85.1	89.2	45.3	39.6	33.6	77.4	84.4	74.4

Fonte: Elaboração própria com base em dados prévios da plataforma THE MIX (2016).

*NBFI - refere-se a instituição financeira não bancária constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado

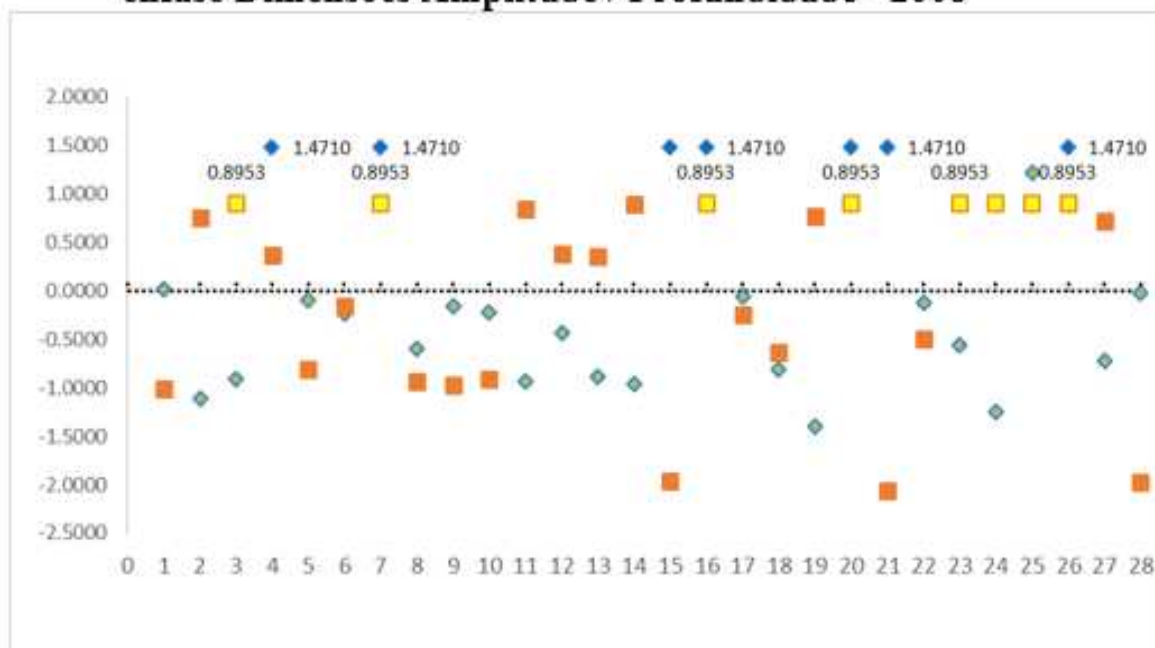
(-----) ausência de informações no período.

Em uma segunda alternativa de análise, quando se compara os resultados do modelo 1 em relação ao modelo 3, ocorre uma expressiva melhora em direção à eficiência social, que se reflete especialmente nos resultados médios relativos ao ano 2008, que registra o maior número de instituições eficientes. O ano 2014 revela importante declínio no resultado médio geral e resultados particulares de algumas das instituições. Sob esta ótica de análise, destacam-se além do banco público já referido, os resultados demonstrados por duas ONGs que se comprovaram eficientes nos três anos (2008, 2011 e 2014), em referência à dimensão social e nos anos 2011 e 2014 quanto à eficiência financeira.

No Gráfico 4, em que são contrapostos os modelos 1 e 3, confirma-se que no ano 2008, 11 das 28 instituições (39%), mostraram-se eficientes em pelo menos uma das perspectivas - financeira e social com ênfase na amplitude e profundidade. Neste período, 17 instituições (61%) foram ineficientes nos dois modelos e quatro (14%), foram eficientes nas duas dimensões. Entre as instituições eficientes sete (25%) o foram no primeiro modelo e oito (representando 29%), no modelo 2. Em referência aos níveis de eficiência, observa-se melhoria nos escores das instituições quanto à dimensão social do modelo 3, sendo que 16 instituições

(57%) apresentam escores de eficiência acima da média no período. Na dimensão financeira (modelo 1), nove instituições (32%) apresentaram níveis de eficiência acima da média geral.

**Gráfico 4 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social
ênfase Dimensões Amplitude / Profundidade - 2008**



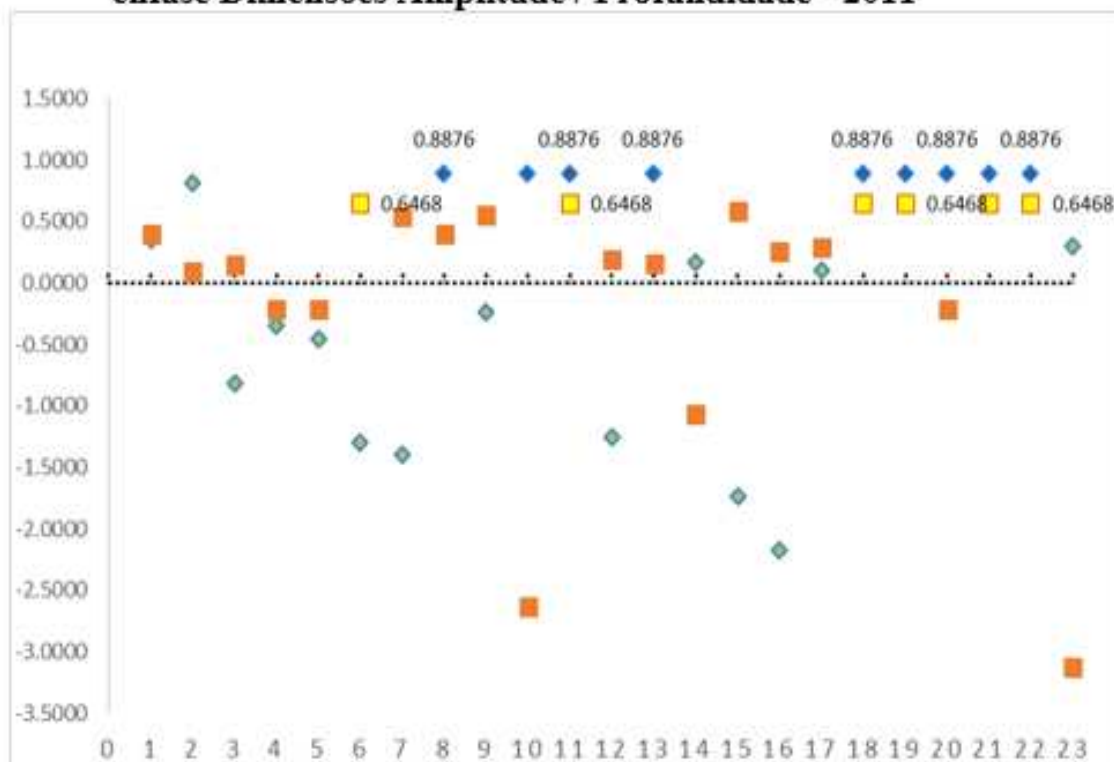
Elaborado a partir dos escores de eficiência explicitados na Tabela 12.

Todos os valores dos escores foram padronizados (média 0 e desvio padrão 1).

- Instituição eficiente na dimensão amplitude e profundidade do alcance social.
- ◆ Instituição eficiente na dimensão financeira.
- Instituição ineficiente na dimensão amplitude e profundidade do alcance social.
- ◆ Instituição ineficiente na dimensão financeira

O Gráfico 5 demonstra que, em 2011, 10 IMFs (43%), mostraram-se eficientes em pelo menos uma das dimensões analisadas; sendo que 17 IMFs (74%) foram ineficientes na dimensão social do modelo 3 e 14 IMFs (61%) foram ineficientes no modelo 1. Apesar da expressiva incidência de IMFs ineficientes, as instituições apresentaram melhoria nos níveis de eficiência no modelo 3, onde 17 das 23 instituições, isto é, 74%, demonstraram escores acima da média. Na dimensão financeira, 61% (14 IMFs) apresentaram níveis de eficiência maiores que a média. Nesse ano, cinco IMFs (22%) foram simultaneamente eficientes nas duas abordagens analisadas.

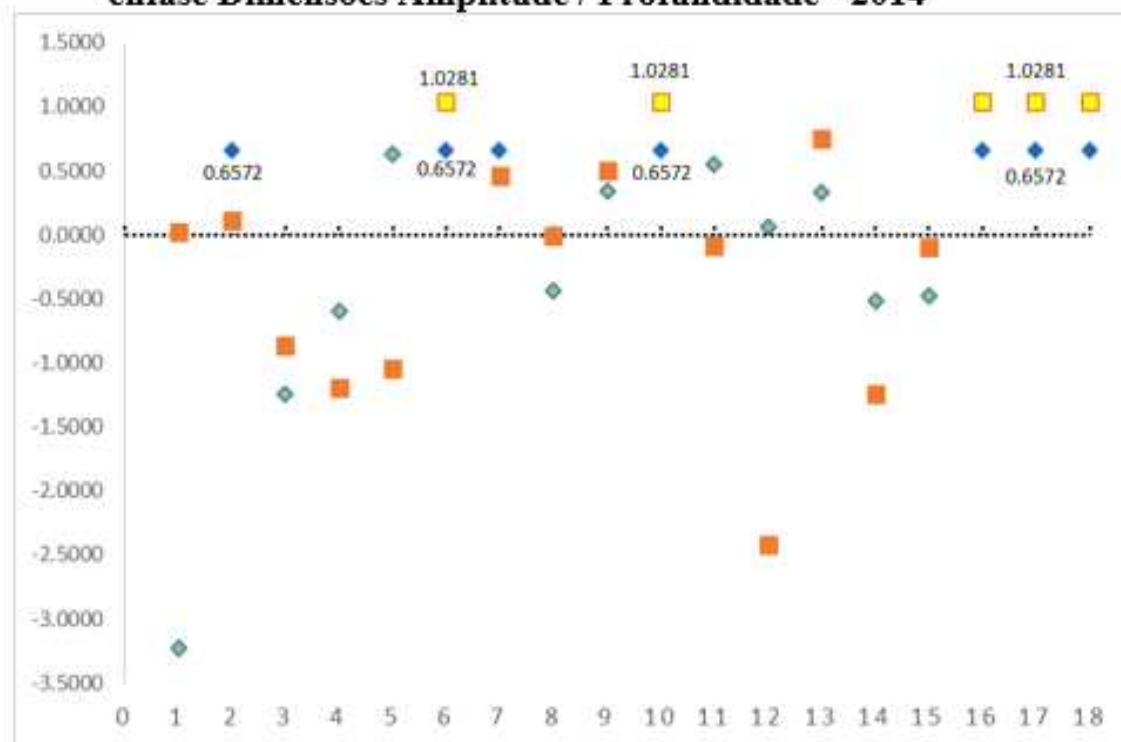
**Gráfico 5 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social
ênfase Dimensões Amplitude / Profundidade - 2011**



O Gráfico 6 apresenta, em 2014, sete instituições (39%) eficientes em pelo menos uma das dimensões dos modelos 1 e 3, sendo sete IMFs eficientes no aspecto financeiro e cinco na dimensão social. Dentre as 18 instituições analisadas, cinco (28%) obtiveram eficiência financeira e social (nos aspectos considerados). Apresentaram escores de eficiência acima da média 12 IMFs (67%) no modelo 1 e 10 IMFs (56%), no modelo 3.

Na contraposição dos modelos 1 e 3, observa-se em todo o período, uma significativa melhoria no desempenho das IMFs na dimensão social analisada, não apenas em relação à quantidade de instituições eficientes, mas especialmente em relação aos níveis dos escores médios, concorrendo para a prevalência do modelo social em 2008 e 2011. Em 2014, observa-se um declínio na performance média das IMFs no modelo 3. Embora ainda relativamente poucas, ocorre um pequeno incremento na quantidade de IMFs simultaneamente eficientes nos dois modelos (quatro em 2008, cinco em 2011 e cinco em 2014).

**Gráfico 6 – Escores de Eficiência Financeira versus Eficiência Social
ênfase Dimensões Amplitude / Profundidade - 2014**



Elaborado a partir dos escores de eficiência explicitados na Tabela 12.

Todos os valores dos escores foram padronizados (média 0 e desvio padrão 1).

- Instituição eficiente na dimensão amplitude e profundidade do alcance social.
- ◆ Instituição eficiente na dimensão financeira.
- Instituição ineficiente na dimensão amplitude e profundidade do alcance social.
- ◆ Instituição ineficiente na dimensão financeira.

A performance das ONGs, se considerado apenas o número de clientes atendidos como variável de alcance (modelo 2 - eficiência social com ênfase na amplitude), resulta-se menor tanto em relação aos resultados demonstrados pelas demais instituições, quanto aos seus próprios desempenhos frente aos resultados alcançados no modelo 3, que adiciona a dimensão profundidade do alcance (grau de pobreza no atendimento ao cliente) como variável de produto. Este evento evoca a ideia da vocação destas organizações, expressa em seu compromisso com o grau de pobreza no atendimento a seu público, e se coaduna ao principal postulado welfarista que advoga a valorização do atendimento aos mais pobres (*depth of outreach*) em suas intervenções (WOLLER, DUNFORD, WOODWORTH, 1999). Sob o enfoque do alívio da pobreza, para os welfaristas, mais que sustentabilidade financeira, os serviços de microcrédito devem priorizar o desenvolvimento e emancipação dos mais pobres (GULLI, 1999).

Com o propósito de verificar variações estatísticas entre os valores médios dos escores de eficiências financeira e social, resultantes da aplicação do modelo DEA, estes foram

submetidos ao teste de Wilcoxon. A hipótese nula é que as médias dos escores dos dois tipos de arranjos são iguais.

4.3 Teste de Wilcoxon

O Teste de Wilcoxon objetivou comparar os escores de eficiência alcançados pelas instituições financeiras consideradas por este estudo. De forma específica, analisou-se os níveis (i) de eficiência financeira versus eficiência com ênfase na dimensão amplitude do alcance social (cenário A) e; (ii) de eficiência financeira versus eficiência com ênfase nas dimensões amplitude e profundidade do alcance social (cenário B). Os resultados do teste aplicados a estes modelos são demonstrados pela Tabela 13.

Tabela 13 – Resultados do Teste de Wilcoxon sobre a médias dos escores de eficiência das instituições microfinanceiras.

Eficiência Financeira versus Eficiência Social ênfase Amplitude			Eficiência Financeira versus Eficiência Social ênfase Amplitude / Profundidade		
	Valor Z	Prob> z	Valor Z	Prob> z	
2008	1.714	0.0865	-2.571	0.0101	
2011	3.920	0.0001	-0.414	0.6791	
2014	3.516	0.0004	2.411	0.0159	

Fonte: Elaboração própria

A um nível de significância de 5%, a hipótese nula de que as médias das eficiências sociais e financeiras são iguais foi rejeitada em quase todos os anos. As exceções referem-se às médias para o cenário A, no ano 2008 e para o cenário B, em 2011. Ou seja, os valores médios de eficiência financeira e eficiência social com ênfase na amplitude, no ano 2008, assim como as médias de eficiência financeira e eficiência social com ênfase na amplitude e profundidade em 2011 são iguais, em termos estatísticos.

Além do teste para comparação das médias, foram realizados testes para comparação das medianas. Testou-se as seguintes hipóteses para cada arranjo/ano:

- i) H_0 : a mediana de EF - ES = 0 x H_1 : a mediana de EF - ES > 0
- ii) H_0 : a mediana de EF - ES = 0 x H_1 : a mediana de EF - ES < 0
- iii) H_0 : a mediana de EF - ES = 0 x H_1 : a mediana de EF - ES \neq 0

em que:

EF = corresponde aos termos Eficiência Financeira.

ES = corresponde aos termos Eficiência Social (com ênfase na dimensão amplitude no cenário A e ênfase nas dimensões amplitude e profundidade no cenário B).

No cenário A, nos anos de 2011 e 2014, rejeitou-se a hipótese nula em (i), indicando que a mediana dos escores de eficiência financeira é maior que a mediana dos escores de eficiência social (amplitude); ao nível de significância de 1%.

Este resultado confirma a prevalência da ênfase da eficiência financeira sobre a eficiência social com foco na dimensão amplitude do alcance, nos anos 2011 e 2014.

No caso do cenário B, ano 2008, foi rejeitada a hipótese nula em (ii) ao nível de significância de 1%. Ou seja, a mediana dos escores de eficiência financeira é menor que a mediana dos escores de eficiência social (amplitude e profundidade). Situação contrária foi verificada para o cenário no ano de 2014, em que a hipótese nula em (i) foi rejeitada, indicando que a mediana dos escores de eficiência financeira é maior que a mediana dos escores de eficiência social (amplitude e profundidade); ao nível de significância de 1%.

O cenário B, confirma em seus resultados, o predomínio em 2008 da dimensão social com ênfase na amplitude e profundidade sobre o enfoque na eficiência financeira, assim como a situação inversa (prevalência do enfoque na eficiência financeira sobre a dimensão social com ênfase na amplitude e profundidade) em 2014.

O índice de produtividade de Malmquist foi aplicado sobre os escores de eficiência das instituições microfinanceiras, identificados nos anos de 2008, 2011 e 2014, para analisar eventuais mudanças na produtividade.

Considerou-se nos cálculos 12 instituições que apresentaram dados em todo o período do estudo.

4.5 Índice de Produtividade de Malmquist

O Índice de Malmquist, foi aplicado aos três modelos propostos nesse estudo, sobre os quais aplicou-se previamente a técnica DEA. A Tabela 14 apresenta os resultados encontrados.

Tabela 14- Resultados da aplicação do Índice de Produtividade de Malmquist

	Dimensão Financeira		Dimensão Social Amplitude		Dimensão Social Amplitude / Profundidade	
	2008/2011	2011/2014	2008/2011	2011/2014	2008/2011	2011/2014
Variação de Eficiência Técnica	1.255	0.965	0.916	0.693	1.028	0.731
Variação Tecnológica	0.980	0.809	1.260	1.597	0.993	1.218
Variação de Eficiência Técnica Pura	1.166	0.996	0.996	0.747	1.164	0.756
Variação de Eficiência de Escala	1.077	0.968	0.920	0.928	0.883	0.966
Fator de Produtividade Total(*)	1.230	0.780	1.154	1.106	1.020	0.890

Fonte: Elaboração própria

(*) medida de produtividade que envolve todos os fatores de produção (COELLI et al., 2005).

Em referência ao período 2008/2011:

- verifica-se que todos os modelos avaliados apresentaram crescimento da produtividade total (valores >1).
- dentre os três modelos, a dimensão financeira se destaca no período com o maior índice, sendo o escore de eficiência técnica seu componente mais expressivo, com crescimento tanto operacional (eficiência técnica pura) quanto de escala. O escore < 1 de mudança tecnológica indica que houve uma regressão tecnológica, representada pelo deslocamento da fronteira eficiente no período.
- na dimensão social com ênfase na amplitude (*breadth*) o crescimento do fator de produtividade total se deve principalmente ao deslocamento positivo da fronteira (mudança tecnológica), ocorrendo involução quanto a eficiência técnica, tanto no aspecto operacional quanto de escala.
- os escores registrados na dimensão social com ênfase na amplitude e profundidade, também apresentam crescimento da produtividade, neste período, embora menor em relação às outras versões. Este crescimento é devido principalmente pela variação positiva de eficiência técnica pura, com regressão de escala e tecnológica.

Quanto ao período 2011/2014:

- apresenta declínios importantes no fator de produtividade total, mantendo crescimento apenas na versão social com ênfase na amplitude. Nesse

modelo, o crescimento da produtividade total se deve a importante crescimento tecnológico no período, porém registra um declínio significativo na eficiência técnica, principalmente operacional.

- O modelo de eficiência financeira registra queda tanto na eficiência técnica quanto tecnológica, resultando em piora do fator de produtividade total no período.
- no formato eficiência social com ênfase na amplitude e profundidade, embora apresente crescimento tecnológico, o declínio registrado na eficiência técnica, especialmente operacional, resulta em queda da produtividade total.

O início do espaço temporal considerado por este estudo coincide com a crise que se irrompe em 2007, afetando gravemente o sistema financeiro americano, tomando vulto mundial em 2008 (DYMSKI, 2010). Contudo, os resultados registrados nos anos 2008/2011 não demonstram que os efeitos desta crise econômica e financeira, expressa por seus impactos no Produto Interno Bruto - PIB⁷⁴, tenham afetado negativamente o crescimento da produtividade das microfinanças no Brasil, no período transcorrido imediatamente após sua propagação em termos globais.

Já os resultados demonstrados no período 2011/2014, podem estar associados a determinado grau de sensibilidade do setor de microfinanças nacional, à desaceleração econômica traduzida pelo baixo crescimento do PIB nos anos 2011/2012. Neste período, o cenário externo convivia com a crise do Euro e desaceleração econômica de âmbito mundial (PAULA et al. 2013). Em 2014, em seu quarto trimestre, o sítio do Ipeadata registra um declínio de - 0,31 sobre o Produto Interno Bruto real⁷⁵.

A comprovação desta relação demandaria estudos que extrapolam o escopo deste trabalho. No entanto, é plausivelmente aceito que fenômenos macroeconômicos possam afetar as instituições microfinanceiras, em termos de mercado e fontes de financiamento. Especialmente, podem atingir a seus clientes, na medida em que os pobres sejam mais criticamente expostos aos impactos negativos advindos de crises econômicas e financeiras que

⁷⁴ Segundo Ipeadata (2017), o Produto Interno Bruto (PIB) real a preços de mercado, registra em 2007 (quarto trimestre) uma variação de 6,64% em relação ao mesmo período do ano anterior. No quarto trimestre de 2008 esta variação foi de 1,03%; no quarto trimestre de 2009 passa a 5,32% e no mesmo período de 2010 a 5,69%. A variação registrada para o quarto trimestre de 2011 foi de 2,57%, em 2012 de 2,48% e 2013 de 2,55%. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38414>> Acesso em 31.01.2017.

⁷⁵ Produto Interno Bruto (PIB) real a preços de mercado. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38414>> Acesso em 31.01.2017.

podem, inclusive, resultar em aumento do número de pessoas em situação de pobreza (BRUETT et al. 2002).

Há que se atentar ao fato da comprovação de crescimento, no período 2011/2014, unicamente em referência à produtividade total na dimensão social amplitude, uma vez que a ênfase social deste enfoque se alicerça sobre a consideração do número de clientes como única variável de produto, não sendo enfatizado o aspecto grau de pobreza. Este movimento pró amplitude do alcance, merece ser destacado como alerta para uma inclinação a uma menor consideração do grau de pobreza na oferta de microcrédito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face às divergências que marcaram as concepções e práticas das microfinanças nas últimas décadas, pautou-se este trabalho, pelo propósito inicialmente manifesto, de entender o comportamento, institucionalidade e posicionamento estratégico da oferta de microcrédito no Brasil.

Firmada na concepção dos serviços desta modalidade de crédito, como vinculados ao combate e mitigação da pobreza e como tal traduzidos em uma abordagem de desenvolvimento social e econômico, concretiza-se esta pesquisa sobre o entendimento das condições de privação material, de direitos e de oportunidades, que ainda se impõem sobre determinadas parcelas da população, como resultante de relações sociais e econômicas injustas, demandando envolvimento de governos e sociedade civil. Neste sentido, reporta-se às propostas advogadas por Rawls (2000), Sen (2010 e 2014) e Piketty (2014) que mutuamente se ampliam e complementam, na defesa da garantia de uma repartição mais justa a partir de intervenções e redirecionamentos sociais e econômicos.

A percepção da pobreza, sob esta lógica, traduz-se como violação de direitos, sustentando o argumento da necessidade de intervenções distributivas que garantam aos menos favorecidos condições e oportunidades de protagonizarem seu próprio desenvolvimento, superando conjunturas sociais e econômicas adversas, sob as quais se achem subjugados.

O caráter essencial do esforço empreendido para a reprodução ampliada da vida (CORAGGIO, 1998), a importância do vulto quantitativo, do impacto na absorção do excedente não integrado pelo trabalho formal e a singular racionalidade que assinala e distingue o universo dos microempreendimentos - principal público alvo do microcrédito - tornam a estratégia merecedora de investimentos e especial atenção.

Tais fundamentos, orientaram o esforço de pesquisa aqui implementados, que além da pesquisa bibliográfica sobre o tema, elegeu a identificação da eficiência das instituições brasileiras de microfinanças constantes na plataforma eletrônica *THE MIX*, nos anos 2008, 2011 e 2014, como principal elemento de análise.

Não diferente de todo trabalho de pesquisa, também este defrontou-se com dificuldades e desafios no percurso de sua execução; alguns foram contornados, outros não. Estes reveses são aqui explicitados.

Informações generalizadas sobre microcrédito no Brasil são disponibilizados pelo Banco Central através de publicações periódicas e pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Porém os objetivos deste estudo requeriam informações

específicas que não foram encontradas em tais fontes. Em razão desta restrição, as informações de natureza financeira e operacional das instituições microfinanceiras nacionais, necessárias à concretização do trabalho, reduziram-se aos dados disponibilizados pela plataforma eletrônica *THE MIX*, única fonte disponível. Entretanto, o número total de instituições que registraram informações no *THE MIX*, nos anos consultados, não apenas foi pequeno em relação ao universo total de instituições microfinanceiras no Brasil⁷⁶, como apresentou-se menor a cada período, o que aliado à grande incidência de *missing* entre os dados de algumas das variáveis disponibilizadas pelo sítio, se revelou a principal limitação da pesquisa. Apesar desta dificuldade, conseguiu-se uma quantidade de unidades de análise minimamente suficiente para responder à recomendação em Ferreira e Gomes (2009, p.87) de que “o número de DMUs seja no mínimo quatro a cinco vezes maior que o número de variáveis (...)”.

A limitação amostral, imposta pela dificuldade de acesso a outras fontes de informações, inviabiliza a generalização quanto aos resultados, restringindo-os ao grupo de organizações que disponibilizaram informações completas à fonte consultada, referentes às variáveis trabalhadas.

Em razão da variabilidade das unidades que compuseram o grupo de análise a cada ano, não foi possível aplicar-se o Índice de Malmquist sobre todo o grupo considerado pela pesquisa. Sob esta técnica, foram examinadas 12 IMFs, presentes em todos os anos do espaço temporal observado. Esta debilidade delimita os resultados encontrados ao conjunto de instituições analisado.

Outra limitação importante aos propósitos deste trabalho, referiu-se à ausência de informações sobre o desempenho no âmbito social das instituições brasileiras. Para contornar-se esta dificuldade, fez-se necessária a utilização de proxies para a investigação objetivada.

Os resultados obtidos sujeitam-se aos modelos e especificações adotadas nas técnicas utilizadas, especialmente a Análise Envoltória de Dados.

Respaldado pela pesquisa bibliográfica e descrição estatística do perfil do grupo de instituições aqui analisadas, comprovou-se no ambiente nacional de microfinanças, um cenário fortemente concentrado, embora heterogêneo, onde, apesar do significativo número de instituições de diferentes portes e formatos jurídicos, predomina a oferta provinda de um reduzido número de bancos públicos. Este cenário coaduna-se com o pressuposto deste trabalho

⁷⁶ Habilitadas junto ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, são listadas pelo Relatório Gerencial do PNMPO – 4º Trimestre de 2015 (data de referência – 16/02/2016) um total de 523 instituições (PNMPO/MTE 2016). Em 2014, dentre as instituições reguladas pelo Banco Central, 132 ofertaram microcrédito (BCB/RIF, 2015).

referente à concentração da oferta em um número relativamente pequeno de instituições regulamentadas; frente ao total de instituições brasileiras de microfinanças.

As configurações utilizadas no processo de análise, possibilitaram a identificação de duas perspectivas que, embora em diferentes medidas, denotaram a prevalência da ênfase financeira. Observa-se, entretanto que algumas instituições apresentam eficiência simultânea nos três modelos de análise. Embora pontuais no universo total da amostra, estas organizações se destacam no âmbito dos dois cenários, ou seja, tanto na avaliação realizada sob o modelo que enfatizou a eficiência financeira, quanto pelos dois modelos que enfatizaram a eficiência social. Seus resultados comprovam a possibilidade do equacionamento das duas dimensões: financeira, e de alcance em relação (i) ao atendimento a um maior número de clientes e (ii) quanto à atenção ao grau de pobreza alcançado.

Nesta condição destacam-se, observando-se o formato jurídico, duas instituições reguladas: um banco público que se apresentou eficiente nos três modelos em todos os anos pesquisados (instituição que em 2014, detinha 90,6% do total da carteira de microcrédito das instituições analisadas) e uma instituição não bancária, ligada a um conglomerado financeiro privado, que se comprovou eficiente nos três modelos, nos anos 2008 e 2011⁷⁷.

O contexto de forte concentração, evidenciado pela representatividade de uma única instituição bancária, sobre o montante total da carteira de microcrédito no país (especialmente no último ano pesquisado), aliado ao seu destaque de eficiência concomitante e perene, em todos os nos anos e modelos de análise, apontam para a identificação de um ambiente de equilíbrio na oferta de microcrédito no país, quanto ao enfoque financeiro e alcance social, principais premissas teóricas e práticas das correntes *financial system* e *poverty lending*.

Esta conclusão contrapõe-se à suposição inicial deste trabalho, de predomínio da corrente de pensamento que enfoca o sistema financeiro (*financial system*) e consequente ênfase na eficiência da dimensão financeira das instituições.

A natureza pública e de fomento ao desenvolvimento do banco em questão - que concentra a maior oferta em termos de carteira no país - pode estar relacionada à condição de equilíbrio aqui inferida. Estudos futuros podem ser realizados para esta verificação.

Destaca-se como importante ponto de atenção, os declínios nos resultados encontrados, especialmente no último ano, que assinalam para a existência de mudanças que podem comprometer a favorável condição de equilíbrio, sustentada pela importância e vulto na oferta nacional, da instituição que comprova eficiência tanto financeira quanto social, nos períodos

⁷⁷ Em relação a esta instituição, não foram encontrados na fonte de dados consultada, registros para todas as variáveis observadas pelo estudo, para o ano 2014.

considerados. Tais variações apontam, especialmente, para prejuízos na dimensão grau de pobreza do alcance social.

A forte concentração do setor, apesar do significativo número de instituições legalmente aptas à prestação de serviços microfinanceiros, também se faz importante alvo de consideração, uma vez que as poucas instituições que detêm as maiores fatias da carteira nacional certamente, por maiores que sejam, podem ter dificuldades para garantir o acesso a todos que se encontram em situação de pobreza - considerando a importante parcela de pessoas sob esta condição⁷⁸ e a grande extensão territorial do país.

A este respeito, especial consideração faz-se necessária ao desempenho das ONGs, que apesar de em maior número, demonstraram eficiências pontuais. Comprovada pela análise e apresentação gráfica dos resultados, constata-se que a grande maioria das IMFs se encontram distantes da fronteira de eficiência definida pelo modelo metodológico utilizado. Neste sentido, destaca-se o baixo desempenho demonstrado especialmente na dimensão financeira e social com ênfase no número de clientes.

A vocação social das ONGs, confirmadas pelos escores de eficiência alcançados na perspectiva de análise que enfatiza a profundidade do alcance social, sobreleva-as como importantes instrumentos de combate à pobreza. Investimentos que as instrumentalizem para melhores desempenhos também nas demais dimensões analisadas, podem ser interessantes para descentralização da oferta de microcrédito e garantia de maior acesso aos mais pobres. A atenção ao grau de pobreza na intervenção social comprovada por estas organizações, afirma a terceira hipótese deste trabalho, que presumia a ênfase na dimensão profundidade do alcance em sua performance.

A situação de equilíbrio constatada na oferta de microcrédito, em relação às ênfases das correntes teórico-pragmáticas abordadas por este trabalho, apresenta-se desejável e positiva. Contudo, cuidados e intervenções para sua perenidade devem ser observados, atentando para as tendências de mudanças ou fragilidades de contexto que possam prejudicar esta condição.

Realizou-se esta pesquisa sob a perspectiva de avaliar aspectos relativos à oferta de microfinanças no Brasil - neste sentido considerando não apenas a análise de seus aspectos financeiros, mas também de seu alcance social nas dimensões quantidade e profundidade. Seus

⁷⁸ O sítio do Ipeadata registra no quarto trimestre de 2014, a existência de 25.888.565 pessoas em situação de pobreza e 8.191.008 pessoas vivendo em extrema pobreza no Brasil (IPEADATA, 2017). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em 31/01/2017.

resultados apontam pontos de atenção importantes que podem contribuir para a ampliação e reforço da discussão sobre o tema, que como política pública e objeto de intervenção de várias instituições da sociedade civil, podem cooperar para garantia de um acesso efetivo dos mais pobres, aos serviços de microfinanças, em todo o seu potencial de transformação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, S. D. da S.; SOARES, M. M. **Microfinanças**: democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central. 3. ed., rev. e ampl. Brasília: BCB, 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/NotaDC200512.pdf>>. Acesso em 28/09/2016.
- ALMEIDA, M. R. de; MARIANO, E. B.; REBELATTO, D. A. do N. Análise por Envoltória – Evolução e Possibilidades de Aplicação. In: Anais do **IX SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS – SIMPOI 2006**, FGV-EAESP, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Enzo_Mariano/publication/257409611_Analise_por_envoltoria_de_dados_-_evolucao_e_possibilidades_de_aplicacao/links/02e7e52537b7f4f0e7000000.pdf> Acesso em: 19/07/2016.
- AMBROZIO, A. M. P. Microfinanças: alcance versus sustentabilidade – *In: Visão do Desenvolvimento*, nº 67. BNDES. jul. 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_67.pdf> Acesso em 05/07/2015.
- ANNIM, S. K. **Microfinance efficiency trade-offs and complementarities**. September, 2010. Disponível em: <<http://hummedia.manchester.ac.uk/institutes/gdi/publications/workingpapers/bwpi/bwpi-wp-12710.pdf>>. Acesso em 19/12/2016.
- ARAÚJO, E. A. **Análise do desempenho financeiro e social das instituições de microcrédito brasileiras**. Tese (Título de Doutor) - Universidade Federal de Lavras. Lavras: UFLA, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/handle/1/472>>. Acesso em 09/07/2016.
- ARAÚJO, E. A.; CARMONA, C. U. de M. Eficiência das Instituições de Microcrédito: Uma Aplicação de DEA/VRS no Contexto Brasileiro. **Production**, v. 25, n. 3, p. 701-712, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.prod.org.br/files/v25n3/v25n3a17.pdf>> Acesso em 30/07/2016.
- ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BALSA, C. Conceitos e Dimensões da Pobreza: uma abordagem transnacional. In: _____ C.; BONETI, L.; SOULET (Orgs.). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social**: uma abordagem transnacional. UNIJUI, 2006.
- BANKER, R.D.; CHARNES, A.; COOPER, W.W. Some Models for Estimating Technical and Scale Inefficiencies in Data Envelopment Analysis. **Management Science**, v. 30, n. 9, p. 1078-1092, september 1984. Disponível em: <[http://psyso2012.khuisf.ac.ir/Prof/images/Uploaded_files/BCC%201984\[4319189\].PDF](http://psyso2012.khuisf.ac.ir/Prof/images/Uploaded_files/BCC%201984[4319189].PDF)>. Acesso em 06/10/2016.

BARONE, F. M.; LIMA, P. F.; DANTAS, V.; RESENDE, V. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidário. 2002. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em 10/07/2015.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741>> Acesso em 24/05/2016.

BELLONI, J. A. **Uma Metodologia de Avaliação da Eficiência de Universidades Federais Brasileiras**. Tese (Doutor em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78457/153160.pdf?sequence=1>> Acesso em 10/08/2016.

BERGER, A.N.; HUMPHREY, D. B. Efficiency of Financial Institutions: International Survey and Directions for Future Research. **European Journal of operational research**. v. 98, n. 2, p. 175-212, 1997. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/28552376/berger-efficiency.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1487978697&Signature=zCjbuNUmC45X%2FbM3iZNHQoCyThc%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEfficiency_of_financial_institutions_Int.pdf>. Acesso em 18/07/2016.

BCB. **Série Cidadania Financeira**: Estudos sobre educação, proteção e inclusão. nº 1 – Panorama do Microcrédito. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/relinconfin/SerieCidadania_1panorama_micro.pdf> Acesso em: 06/07/2016.

BCB. **Relatório de inclusão financeira**. n. 3. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/relinconfin/RIF2015.pdf>>. Acesso em: 21/10/2016

BORBA, P. da R. F. **Relação entre desempenho financeiro e desempenho social de instituições de microfinanças na América Latina**. Tese (Doutor em Ciências) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Giselle%20Silveira/Downloads/PaulodaRochaFerreiraBorbaVC.pdf>>. Acesso em 29/07/2016.

BORON, Atílio A. Entre Hobbes e Friedman: liberalismo econômico e despotismo burguês na América Latina. In: **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 87 a 121.

BRASIL (1996). Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 30 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9317.htm> Acesso em 08/07/2016.

BRASIL (1999 a). Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de março de 1999. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm)> Acesso em: 08/07/2016.

BRASIL (1999 b). Decreto nº 2.999, de 25 de março de 1999. Dispõe sobre o Conselho da Comunidade Solidária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 de março de 1999. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-2999-25-marco-1999-372438-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 23/02/2016.

BRASIL (2001). Medida Provisória nº 2.171-32, de 23 de agosto de 2001. Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2172-32.htm> Acesso em 08/07/2016.

BRASIL (2003). Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS, e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 12 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.735.htm> Acesso em 08/07/2016.

BRASIL (2005). Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal: da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 26 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/111110.htm> Acesso em 23/03/2016.

BRASIL – Banco Central do Brasil (2011). Resolução nº 4000, de 25 de agosto de 2011. Altera e consolida as normas que dispõem sobre a realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e microempreendedores. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2011/pdf/res_4000_v1_O.pdf> Acesso em 08/07/2016.

BRUETT, T.; SUMMERLIN, R.; D'ONOFRIO, S. **Manual de técnicas de gestão microfinanceira**: programa de desenvolvimento institucional, Rio de Janeiro: BNDES. 2002.

CACCIAMALI, M. C.; MATOS, F.; MACAMBIRA, J. O Setor de Microfinanças e as Políticas de Microcrédito no Brasil. In: MATOS, F., MACAMBIRA, J. CACCIAMALI, M. C. (orgs.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil**: visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT. USP. 2014. pp. 17-34. Disponível em: <http://www.sineidt.org.br/Publicacoes/Livros/008_A_Atividade_e_a_Politica_de_Microcredito_no_Brasil.pdf> Acesso em 06/01/2016.

CARNEIRO, J. M. T.; SILVA, J. F. da; ROCHA, A. da; HEMAIS, C. A. Mensuração do desempenho organizacional: questões conceituais e metodológicas. In: GUTIERREZ, M.; BERTRAND, H. **Estudos em Negócios IV**, Rio de Janeiro: Mauad, p. 145-175, 2005.

CAVES, D. W.; CHRISTENSEN, L. R.; DIEWERT, E. W. The Economic Theory of Index Numbers and the Measurement of Input, Output, and Productivity. *Econometrica*, **Journal of the Econometric Society**, v. 50, n. 6, p.1393-1414, nov. 1982. Disponível em: <<http://www.aae.wisc.edu/aae741/Ref/Caves%20Econometrica%201982.pdf>>. Acesso em 26/01/2017.

CHARNES, A.; COOPER, W.W.; RHODES E. Measuring the efficiency of decision making units. **European Journal of Operational Research**, v. 2, n. 6, p. 429-444, 1978. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/bc29/d088920f171a9013cb7e936cde34f3ba884f.pdf>>. Acesso em 05/10/2016.

CHEN, M. A. **Rethinking the Informal Economy**: Linkages with the Formal Economy and the Formal Regulatory Environment. New York, USA: United Nations, 2007. Disponível em: <http://www.un.org/esa/desa/papers/2007/wp46_2007.pdf> Acesso em 09/05/2016.

_____ **La Economía Informal**: definiciones, teorías y políticas. Mujeres en Empleo Informal: Globalizando y Organizando (WIEGO), 2012. Disponível em: <<http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Chen-Informal-Economy-Definitions-WIEGO-WP1-Espanol.pdf>> Acesso em 09/05/2016.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHRISTEN, R. P.; LYMAN, T. R.; ROSENBERG, R. **Directrices de Consenso en el Campo de las Microfinanzas. principios directores para la regulación y supervisión de las microfinanzas**. CGAP, 2002. Disponível em: <<https://www.cgap.org/sites/default/files/CGAP-Consensus-Guidelines-Guiding-Principles-on-Regulation-and-Supervision-of-Microfinance-Jun-2003-Spanish.pdf>>. Acesso em 26/10/2016.

COELLI, T. **A Guide to DEAP Version 2.1**: A Data Envelopment Analysis (Computer) Program. Centre for Efficiency and Productivity Analysis, University of New England, Australia, 1996. Disponível em: <<http://www.owl.net.rice.edu/~econ380/DEAP.PDF>>. Acesso em 08/10/2016.

COELLI, T. J.; RAO D. S. P.; O'DONNELL C. J.; BATTESE G. E. An Introduction to Efficiency and Productivity Analysis. **Springer Science & Business Media**, 2005. Disponível em: <http://facweb.knowlton.ohiostate.edu/pvton/courses/crp394/coelli_Intro_effic.pdf>. Acesso em 11/02/2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Desarrollo social inclusivo: Una nueva generación de políticas para superar la pobreza y reducir la desigualdad em América Latina y el Caribe. **CONFERENCIA REGIONAL SOBRE DESARROLLO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**, Lima: CEPAL. 2015. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/39100-desarrollo-social-inclusivo-nueva-generacion-politicas-superar-la-pobreza>> Acesso em: 03/06/2016.

CORAGGIO, J. L. **Economia Social y Solidária**: El trabajo antes el capital. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2011. Disponível em: <<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/economiasocial.pdf>> Acesso em 12/05/201

_____. **Economia Urbana**: La perspectiva popular. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, ILDIS, FLACSO, 1998. Disponível em: <<http://dspace.unm.edu/bitstream/handle/1928/11049/Econom%20C3%ADa%20Urbana%20la%20perspectiva.pdf?sequence=1>> Acesso em 12/05/2016.

_____. Del sector informal a la economía popular: alternativas populares de desarrollo social. **Revista Nueva Sociedad**, nº 131, 1994. p. 118-131. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/2336_1.pdf> Acesso em 25/05/2016.

COSTANZI, R. N. Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda. **Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, nº 19, jun 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_019g.pdf> Acesso em: 03/06/2016.

COUTINHO, L.G.; AMBROZIO, A. M. H. P.; SANT'ANNA A. A.; MONTORO G. C. F. Inclusão Financeira no Brasil: o papel do BNDES. In: FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DODL, A. von B. **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília: BCB, 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf> Acesso em: 06/07/2016.

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

CULL, R. DEMIRGÜÇ-KUNT, A. MORDUCH, J. Financial Performance and Outreach: A Global Analysis of Leading Microbanks. **The Economic Journal**, 2007. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.489.7345&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 30/07/2016.

DOANE, D. P.; SEWARD, L. E. **Estatística aplicada à administração e à economia**. Boston: McGraw Hill Brasil, 2008.

DRUCKER, P. F. **O Gerente Eficaz**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1984.

DYMSKI, G. A. Quatro Crises do Sistema Mundial e o Futuro do “Novo Brasil”. São Paulo: **Associação Keynesiana Brasileira, Dossiê da Crise**, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise-ii.pdf>>. Acesso em 31/01/2017.

FARE, R.; GROSSKOPF, S.; NORRIS, M.; ZHANG, Z. Productivity Growth, Technical Progress, and Efficiency Change in Industrialized Countries. **The American Economic Review**, v. 84, n. 1, p. 66-83, mar. 1994. Disponível em: <<http://www.aae.wisc.edu/aae741/Ref/Fare%20AER%201994.pdf>>. Acesso em 26/01/2017.

FARREL, M. J. The Measurement of Productive Efficiency. **Journal of the Royal Statistical Society**. Series A (General), vol. 120, n. 3, p. 253-290, 1957. Disponível em: <<http://www.aae.wisc.edu/aae741/Ref/Farrell%201957.pdf>>. Acesso em 19/07/2016.

FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DODL, A. von B. **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília: BCB, 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf> Acesso em: 06/07/2016.

FERES, J.; XAVIER, M. **Enfoques para la medición de la pobreza**: Breve revisión de la literatura. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. Disponível em: <[http://dds.cepal.org/infancia/guia-para-estimar-la-pobreza-infantil/bibliografia/capitulo-I/Feres%20Juan%20Carlos%20y%20Xavier%20Mancero%20\(2001a\)%20Enfoques%20para%20la%20medicion%20de%20la%20pobreza.pdf](http://dds.cepal.org/infancia/guia-para-estimar-la-pobreza-infantil/bibliografia/capitulo-I/Feres%20Juan%20Carlos%20y%20Xavier%20Mancero%20(2001a)%20Enfoques%20para%20la%20medicion%20de%20la%20pobreza.pdf)> Acesso em 20/05/2016.

FERREIRA, C. M. de C.; GOMES, A. P. **Introdução à Análise Envoltória de Dados: teoria, modelos e aplicações**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2009.

FONSECA, A. A Superação da Extrema Pobreza no Brasil e a Centralidade da Política Pública de Assistência Social. In: Caderno de Textos **VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** – Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social, MDS, 2011. Disponível em: <http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/CEAS/CADERNO_DE_TEXTOS_26_07_2011.pdf> Acesso em 09/03/2016.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. São Paulo: Cadernos de Campo, n. 14/15, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>> Acesso em: 25/05/2016.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002
_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ-VEGA, C. **Microfinance: Broader Achievements and New Challenges**. Columbus, Ohio: The Ohio State University. 1998. Disponível em: <https://kb.osu.edu/dspace/bitstream/handle/1811/66761/CFAES_ESO_2518.pdf?sequence=1> Acesso em: 27/07/2016.

_____. Visão Geral da Microfinanças. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL. BNDES**, maio 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/microfin/anais.pdf> Acesso em: 15/06/2016.

GUERGIL, M. Algunos alcances sobre la definición del sector informal. Santiago de Chile: **REVISTA DE LA CEPAL**, nº 35, p. 55-63, 1988. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38042/RVE35_es.pdf?sequence=1> Acesso em 09/05/2016.

GUJARATI, D.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**, 5. ed. Porto Alegre – RS: AMGH Editora, 2011.

GROS, F. R. A. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL BNDES MICROFINANÇAS**: ensaios e experiências, BNDES, mai. 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/microfin/anais.pdf> Acesso em: 15/06/2016.

GRUPO CONSULTIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES. **Os Princípios Chave das Microfinanças**. CGAP. Disponível em: <<http://www.cgap.org/sites/default/files/CGAP-Consensus-Guidelines-Key-Principles-of-Microfinance-Jan-2004-Portuguese.pdf>> Acesso em 25/02/2016

GULLI, H. **Microfinanzas y Pobreza**: son válidas las ideas preconcebidas? Washington. DC: Banco Interamericano de Desarrollo. 1999. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/428/Microfinanzas%20y%20pobreza.pdf?sequence=1>> Acesso em 16/06/2016.

_____. **Microfinance and Poverty**: Questioning the Conventional Wisdom. Washington, D.C: Inter-American Development Bank, 1998. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/428/Microfinance%20and%20Poverty.pdf%3Bjsessionid=6D3B463B2A0B76E21EB28BEA9F3AF6D0?sequence=2>> Acesso em: 16/06/2016.

GUTIÉRREZ NIETO, B. El microcrédito: dos escuelas teóricas y su influencia em las estrategias de lucha contra la pobreza. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social e Cooperativa**. n. 54, abr 2006, p. 167-186. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/174/17405407.pdf>> Acesso em 23/02/2016.

GUTIERREZ-NIETO, B. SERRANO-CINCA, C. E MOLINERO, C. M. Microfinance Institutions and efficiency. **Omega**, Elsevier, vol 35. p. 131-142, 2007. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/36198/1/AF04-20.pdf>> Acesso em 29/07/2016.

_____. Social efficiency in Microfinance Institutions. **Journal of the Operational Research Society**. Operational Research Society Ltd. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Carlos_Serrano-Cinca/publication/233573833_Social_Efficiency_in_Microfinance_Institutions/links/547ca83b0cf27ed978622b6c.pdf> Acesso em: 30/07/2016.

HADDAD, P. R.; FERREIRA, C. M. de C.; BOISIER, S.; ANDRADE, T. A. **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R.L. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed., Porto Alegre: Bookman, 2009.

HALL, R. E.; LIEBERMAN, M. **Microeconomia: princípios e aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HART, K. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, vol. 11, nº 1, p. 61-89, Cambridge University Press, 1973. Disponível em: <<http://www.sv.uio.no/sai/english/research/projects/anthropos-and-the-material/Intranet/economic-practices/reading-group/texts/hart-informal-income-opportunities-and-urban-employment-in-ghana.pdf>> Acesso em 09/05/2016.

HAQ, M.; SKULLY, M.; PATHAN, S. **Efficiency of Microfinance Institutions: A Data Envelopment Analysis**. Asia-Pacific Financial Markets, v. 17, n. 1, p. 63-97, 2010. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/42894738/Efficiency_of_Microfinance_Institutions_20160221-15397-1c7z9ez.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1487940>. Acesso em 19/12/2016.

HASSAN, M. K.; SANCHEZ, B. Efficiency Analysis of Microfinance Institutions in Developing Countries. **Electronic Journal** – october 2009. Disponível em: <https://www2.indstate.edu/business/NFI/leadership/papers/2009-WP-12_Sanchez_Hassan.pdf>. Acesso em 19/12/2016.

HOBBS, T. **Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Ícone, 3ª ed. 2008.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Employment, Incomes and Equality a Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya**. Geneva: ILO, 1972. Disponível em: <<http://wiego.org/publications/employment-incomes-and-equality-strategy-increasing-productive-employment-kenya>> Acesso em 09/05/2016.

JUNQUEIRA, R. G. P. Desvendando a Sustentabilidade das Microfinanças Solidárias: o caso do Sistema Cresol. In: MAGALHÃES, R. S.; JUNQUEIRA, R. G. P. **Microfinanças: racionalidade econômica e solidariedade social**. São Paulo: Saint Paul, 2007.

KLIKSBERG, B. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: UNIESCO, CORTEZ Editora. 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127133POR.pdf>> Acesso em: 22/03/2016.

KWITKO, E. E. B. **Guia Básico para Constituição e Legalização de Organização Microfinanceira: Programa de Desenvolvimento Institucional**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

LARREA CORREA, J. F. **Eficiencia Financiera y Social de las Instituciones Microcrediticias en Ecuador: Un Análisis Envlovente de Datos (DEA)**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidad San Francisco de Quito. Quito, 2015. Disponível em <<http://repositorio.usfq.edu.ec/bitstream/23000/4010/1/113945.pdf>> Acesso em: 29/07/2015.

LEDGERWOOD, J. **Manual de las microfinanzas: Uma Perspectiva Institucional y Financiera**. Washington, D.C. Estados Unidos: Banco Mundial. 2000. Disponível em:

<http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2012/11/13/000425962_20121113163455/Rendered/PDF/NonAsciiFileName0.pdf> Acesso em: 18/02/2016.

LIMA, S. N. Microcrédito como política de geração de emprego e renda. **Revista do BNDES**, nº 32, dez 2009. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3202.pdf> Acesso em: 15/06/2016.

LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o Governo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARIANO, E. B. Conceitos Básicos de Análise de Eficiência Produtiva. In: **XIV SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – SIMPEP**, 2007. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/257397765_Conceitos_Basicos_de_Analise_de_Eficiencia_produtiva> Acesso em: 07/08/2016.

MARTÍNEZ-GONZÁLEZ, A. **Technical Efficiency of Microfinance Institutions: evidence from Mexico**. Thesis – Degree of Master of Science. The Ohio State University, 2008. Disponível em:
<https://etd.ohiolink.edu/!etd.send_file?accession=osu1222266486&disposition=inline>. Acesso em 19/12/2016.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial. 1999.

MATOS, F. de; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (orgs.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios**. Fortaleza: IDT, USP. 2014. Disponível em:
<http://www.sineidt.org.br/Publicacoes/Livros/008_A_Atividade_e_a_Politica_de_Microcredito_no_Brasil.pdf> Acesso em 03/06/2015.

MELLO, J.C.C.B.S.de; MEZA, L. A.; GOMES, E. G.; NETO, L. B. Curso de Análise de Envoltória de Dados. In: **XXXVII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL: PESQUISA OPERACIONAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Gramado: SBPO, set., 2005. Disponível em:
<http://www.uff.br/decisao/sbpo2005_curso.pdf> Acesso em 18/07/2016.

MORDUCH, J. The Microfinance Promise. **Journal of Economic Literature**, v. XXXVII, p. 1569-1614. Dec. 1999. Disponível em:
<https://wagner.nyu.edu/files/faculty/publications/1999-12-Microfinance_Promise.pdf> Acesso em 08/07/2016.

_____. **The Microfinance Schism**. Great Britain: Elsevier Science Ltd. World Development. v. 28, nº 4, p. 617 – 629, 2000. Disponível em:
<http://www.nyu.edu/projects/morduch/documents/microfinance/Microfinance_Schism.pdf> Acesso em 12/07/2016.

NOVA, S. P. de C. C.; SANTOS, A. dos. Aplicação da Análise por Envoltória de Dados Utilizando Variáveis Contábeis. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v.3, n. 2, p. 132-154, mai./ago. 2008. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt->

BR&q=Aplica%C3%A7%C3%A3o+da+An%C3%A1lise+por+Envolt%C3%B3ria+de+Dados+Utilizando+Vari%C3%A1veis+Cont%C3%A1veis&btnG=&lr=> Acesso em: 05/08/2016.

NICHTER, S.; GOLDMARK, L. FIORI, A. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. Programa de Desenvolvimento Institucional. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Panorama Laboral 2011. Lima: OIT / **OFICINA REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**, 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_180288.pdf> Acesso em 09/05/2016.

PAULA, L. F. de; MODENESI, A. de M.; PIRES, M. C. de C. A Tela do Contágio das Duas Crises e as Respostas da Política Econômica. Dossiê da Crise IV – A Economia Brasileira na Encruzilhada. Associação Keynesiana Brasileira, out. 2013. Disponível em: <https://associacaokeynesiana.files.wordpress.com/2013/10/dossic3aa_economia_na_encruzilhada.pdf>. Acesso em: 31/01/2017.

PEÑA, C. R. Um Modelo de Avaliação da Eficiência da Administração Pública através do Método Análise Envoltória de Dados (DEA). **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 12, n.1, p. 83-106, jan./mar., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v12n1/a05v12n1>> Acesso em: 10/08/2016.

PEREIRA, A. da C.; MROSS, C.; ALVES, J. C.L.; AGUIAR, L. J. B. de. Massificação das Microfinanças no Brasil – Análise e Proposições. In: FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DODL, A. von B. **Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil**: visão de diferentes atores. Brasília: BCB, 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf> Acesso em: 06/07/2016.

PERRY *et al.* **Informalidad**: Escape y Exclusión. Bogotá, Colombia: Banco Mundial, Mayol Ediciones S.A, 2008. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/08/25/000333037_20080825002558/Rendered/PDF/400080PUBOSPAN101OFFICIAL0USE0ONLY1.pdf> Acesso em 09/05/2016.

PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. (Trad) BOLLE, M. B. de. I ed. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2014.

PINDYCK R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 7. ed., São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

POCHMANN, M. Nova Política de Inclusão Socioeconômica. In: **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133974por.pdf>> Acesso em 22/05/2016.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus. 2000.

PORTES, A.; HALLER, W. **La Economía Informal**, CEPAL, Serie Políticas Sociales nº100, Santiago de Chile, 2004. Disponível em:

<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6091/S0411855_es.pdf?sequence=1>
Acesso em 09/05/2016.

PREMOLI, M.V.Z. **Avaliação de Processo em Políticas e Programas Públicos: O Caso do Programa de Microcrédito Nossocrédito – ES.** Dissertação (*Magister Scientiae*) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2011. Disponível em <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3268/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 27/07/2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório de Desenvolvimento Humano. **Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência.** New York, USA: PNUD. 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>> Acesso em 29/07/2016.

PROGRAMA REGIONAL DEL EMPLEO PARA AMÉRICA LATINA E EL CARIBE - PREALC. Sector Informal: funcionamiento y políticas. **OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO**, Santiago, Chile:1978. Disponível em: <http://staging.ilo.org/public/libdoc/ilo/1978/78B09_674.pdf> Acesso em 09/05/2016.

RAMOS, C. A. Setor informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. Rio de Janeiro: **Econômica**, v. 9, n ° 1, p. 115-137, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/N9V1/CARLOS.PDF>> Acesso em 09/05/2016.

RAZETO, L. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, M.;

GUTIÉRREZ F. (Orgs). **Educação Comunitária e Economia Popular.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

REYMÃO, A. E. N.; CORREA, H. A, B. Assimetrias de Informação e Microcrédito: reflexões sobre o uso do capital social para a redução da pobreza. In: MATOS, F. de.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (orgs.) **A Atividade e a Política de Microcrédito no Brasil:** visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT, USP, pp. 55-73. 2014. Disponível em: <http://www.sineidt.org.br/Publicacoes/Livros/008_A_Atividade_e_a_Politica_de_Microcredito_no_Brasil.pdf> Acesso em 05/07/2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROBBINS, S. P.; COULTER, M. Administração. Rio de Janeiro: EDITORA PRENTICE-HALL DO BRASIL LTDA, 1998.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil:** afinal de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O contrato social: princípios do direito político.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANÉ, P. Pobreza, a Próxima Fronteira na Luta pelos Direitos Humanos. In: **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social.** Brasília: UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133974por.pdf>> Acesso em 22/05/2016

SANTOS, M. **Pobreza Urbana.** 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1ª reimpressão, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento Como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

_____. Sobre conceptos y medidas de pobreza. In: **El conocimiento de la pobreza en la América Latina.** México: Revista Comercio Exterior, vol. 42, núm. 4, 1992. Disponível em: /<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/257/11/CE_ABRIL_1992_.pdf> Acesso em 20/05/2016

_____. **A ideia de justiça.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. **O Financiamento dos Pequenos Negócios no Brasil.** SEBRAE, 2014. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/76ac93f03bc955d91939b0896644c743/\\$File/5138.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/76ac93f03bc955d91939b0896644c743/$File/5138.pdf)> Acesso em 30/06/2014.

SIQUEIRA, G. de M. **Um Estudo sobre o Programa de Concessão de Microcrédito da Caixa Econômica Federal.** Dissertação (Mestre em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19443/1/2015_GuilhermeMouraSiqueira.pdf>. Acesso em 16/12/2016.

SLACK, N.; CHAMBERS S.; ROBERT J. **Administração da Produção.** 3. Ed., São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. de. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito.** Brasília: BCB, 2008.

SOARES, S. S. D. **Metodologias para Estabelecer a Linha de Pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais.** Texto para discussão n. 1381. Rio de Janeiro: IPEA. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1553/1/TD_1381.pdf> Acesso em: 19/03/2016.

SOTO, H. de. **El otro sendero: la revolución informal.** Lima, Peru: Instituto Libertad y Democracia, Editorial Ausonia – Talleres Gráficos, 1986.

SCHREINER, M. **Aspects of Outreach: A Framework for the Discussion of the Social Benefits of Microfinance.** Center for Social Development. Washington University in St. Louis. 2002. Disponível em: <http://www.microfinance.com/English/Papers/Aspects_of_Outreach.pdf> Acesso em: 27/07/2016.

SCHUSCHNY, A. R. **El método DEA y su aplicación al estudio del sector energético y las emisiones de CO₂ em América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile: CEPAL, 2007. Disponível em:

<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4752/S0700014_es.pdf?sequence=1>
Acesso em: 30/07/2016.

TEIXEIRA, N. M.; RODRIGUES, E. Microfinanças - Sustentabilidade Financeira versus Alcance Social na África Subsariana. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, UNEB, Salvador, v. 3. n. 3. p. 30-56. set./dez. 2013. Disponível em:

<<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/RGFC/article/viewFile/2168/1907>>
Acesso em 30/07/2016.

THIMÓTEO, A. **Análise Envoltória de Dados na Avaliação de Empréstimos Financeiros Realizados pelo Banco Social.** Dissertação (Mestre em Ciências) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/2863>>
Acesso em 29/07/2016.

TOKMAN, V. **Informal-formal sector interrelationships:** na exploration into their nature. Santiago, Chile: CEPAL REVIEW, 1978. Disponível em:

<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/12219/05099134I_en.pdf?sequence=1>
Acesso em 19/05/2016.

TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística: atualização da tecnologia. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

VARIAN H. R. **Microeconomia - princípios básicos:** uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VILELA, D. L.; NAGANO, M. S.; MERLO, E. M. Aplicação da Análise Envoltória de Dados em Cooperativas de Crédito Rural. **Revista de Administração Contemporânea**, 2. ed., Edição Especial, p. 99-120, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65522007000600006&script=sci_arttext>
Acesso em: 07/08/2016.

YUNUS, M. **O Banheiro dos Pobres.** São Paulo: Ática. 2010.

_____. **Um Mundo Sem Pobreza:** a empresa social e o futuro do capitalismo. São Paulo: Ática. 2014.

WEBER, M. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editoria Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. v. 2. 2004.

WERTHEIN, Jorge. NOLETO, Marlova Jovchelovitch. **A UNESCO e o Compromisso com o Desenvolvimento e o Combate à Pobreza.** In: Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133974por.pdf>> Acesso em 22/05/2016.

WOLLER, G. M.; DUNFORD, C.; WOODWORTH, W. Where to Microfinance? In: **International Journal of Economic Development**, v. 1, n° 1, p. 29-64.1999. Disponível em:

<http://www.microfinance.com/English/Papers/Where_to_Microfinance.pdf> Acesso em 08/07/2016.

ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública – RAP**, v. 41, n. 2, mar-abr, 2007, p. 369-380. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241016436010>> Acesso em: 03/06/2016.

ANEXOS

ANEXO A

Quadro 4 – Estudos sobre eficiência financeira e social das instituições de microfinanças, com utilização da técnica DEA

(continua)

Dados do trabalho	Objetivos	Modelos / Orientação	Variáveis de Inputs	Variáveis de Outputs
<p>ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS NA AVALIAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS FINANCEIROS REALIZADOS PELO BANCO SOCIAL</p> <p>Thimóteo (2005)</p>	<p>Avalia efeitos causados por financiamentos aos clientes do banco social, agência de Guarapuava, no período de abril de 2003 a julho de 2005, a partir da aplicação do modelo DEA a 60 empréstimos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • DEA - <i>free disposal hull</i> (FDH) • Orientação a produtos (outputs) 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual entre o valor emprestado e o faturamento bruto auferido. 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de empregos • Total remunerado em salários • Faturamento bruto
<p>MICROFINANCE INSTITUTIONS AND EFFICIENCY</p> <p>Gutierrez-Nieto, Serrano-Cinca e Mar-Molinero (2007)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Analisa eficiência relativa referente aos resultados financeiros e sociais de 30 IMFs latino-americanas. • Demonstra a Análise Envoltória de Dados (DEA) como instrumento adequado para análise de performances de eficiência financeira e social de Instituições Microfinanceiras. 	<ul style="list-style-type: none"> • CCR (Retorno Constante de Escala) 	<ul style="list-style-type: none"> • Agentes de crédito • Despesas operacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Receitas de Juros e Tarifas • Carteira Bruta de Empréstimos • N° de empréstimos em aberto
<p>SOCIAL EFFICIENCY IN MICROFINANCE INSTITUTIONS</p> <p>Gutierrez-Nieto, Serrano-Cinca e Mar - Molinero (2007)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Utiliza o modelo Análise Envoltória de Dados -DEA para avaliar a eficiência em relação aos resultados financeiros e sociais de 89 instituições constantes do site MixMarket, no ano de 2003. 	<ul style="list-style-type: none"> • CCR (Retorno Constante de Escala) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ativos totais • Custos operacionais • N° de funcionários 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de clientes mulheres • Índice de benefício aos mais pobres • Carteira bruta de empréstimos • Receitas

Quadro 4 - Estudos sobre eficiência financeira e social das instituições de microfinanças, com utilização da técnica DEA

(continua)

<p>TECHNICAL EFFICIENCY OF MICROFINANCE INSTITUTIONS: EVIDENCE FROM MÉXICO.</p> <p>Martinez-Gonzalez (2008)</p>	<p>Analisa a eficiência técnica relativa de instituições de microfinanças no México, utilizando Análise Envoltória de Dados (DEA) e identifica os determinantes das diferenças de eficiência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação a inputs • Abordagens de produção e abordagem de intermediação. 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de Funcionários • Despesas administrativas e de marketing • Fundos (patrimônio líquido mais passivo) 	<ul style="list-style-type: none"> • Carteira de Crédito em aberto • N° total de clientes
<p>EFFICIENCY ANALYSIS OF MICROFINANCE INSTITUTIONS IN DEVELOPING COUNTRIES</p> <p>Hassan; Sanchez (2009)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avalia as eficiências técnicas e de escala de IMFs em três regiões (América Latina; Oriente Médio e Norte da África; Ásia Meridional), comparando as eficiências entre regiões e tipos de IMFs. 	<ul style="list-style-type: none"> • DEA – BCC (Retornos Variáveis de Escala) • CCR (Retorno Constante de Escala) • Orientação a produtos (outputs) e orientação a insumos (inputs) 	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas financeira • Despesas operacionais • N° de funcionários 	<ul style="list-style-type: none"> • Carteira Bruta de Empréstimos • Total de fundos • Receitas financeiras • N° de mutuários ativos
<p>MICROFINANCE EFFICIENCY TRADE-OFFS AND COMPLEMENTARITIES</p> <p>Annim (2010)</p>	<p>Analisa a eficiência financeira e social de 164 IMFs localizadas em 61 países, no período de 2004 a 2008, utilizando técnicas de estimação de eficiência paramétrica e não paramétrica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • DEA – BCC (Retornos Variáveis de Escala) • CCR (Retorno Constante de Escala) • Orientação a insumos (inputs) 	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas financeiras • Despesas operacionais • N° de funcionários 	<ul style="list-style-type: none"> • Receita financeira • Receita operacional líquida • Carteira bruta de empréstimos • N° de clientes mulheres

Quadro 4 - Estudos sobre eficiência financeira e social das instituições de microfinanças, com utilização da técnica DEA

(continua)

<p>EFFICIENCY OF MICROFINANCE INSTITUTIONS: A DATA ENVELOPMENT ANALYSIS</p> <p>Haq; Skyilly; Pathan (2010)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Investiga a relação custo-eficiência de IMFs com diferentes status legal, atuantes em África, Ásia e América Latina, usando as abordagens de produção e intermediação para identificação do tipo de IMF mais eficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • DEA – BCC (Retornos Variáveis de Escala) • CCR (Retorno Constante de Escala) • Orientação a insumos (inputs) e orientação a outputs (produtos) 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de funcionários • Custo por mutuário • Custo por poupador • Despesas administrativas (excluindo despesas com juros) 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de mutuários / N° de funcionários • N° de poupadores / N° de funcionários • Carteira Bruta de Empréstimos • Poupança Total
<p>AVALIAÇÃO DE PROCESSO EM POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS: O CASO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO NOSSOCRÉDITO – ES</p> <p>Premoli (2011)</p>	<p>Verifica determinantes da eficácia operacional das agências no cumprimento das metas do Programa de Microcrédito do Estado do Espírito Santo – Programa Nossocrédito e a eficiência na alocação dos recursos, em termos de benefícios sociais e econômicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • CCR (Retorno Constante de Escala) • Orientação a produtos (outputs) 	<ul style="list-style-type: none"> • Valor emprestado 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de operações • Empregos gerados e mantidos
<p>ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO BRASILEIRAS</p> <p>Araújo (2012)</p>	<p>Utiliza a Análise Envoltória de Dados (DEA) para uma abordagem de avaliação de desempenho financeiro e social de IMFs brasileiras, tomando a eficiência como principal aspecto de análise.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • DEA -VRS (Retornos Variáveis de Escala) • Orientação a outputs 	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas operacionais • Despesas financeiras • Número de funcionários 	<ul style="list-style-type: none"> • Carteira ativa • Receitas financeiras • N° de clientes ativos • Índice de alcance social (proxy)

Quadro 4 - Estudos sobre eficiência financeira e social das instituições de microfinanças, com utilização da técnica DEA

(conclusão)

<p>EFICIÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO: UMA APLICAÇÃO DE DEA/VRS NO CONTEXTO BRASILEIRO Araújo e Carmona (2015)</p>	<p>Avaliação da eficiência de instituições de microcrédito brasileiras listadas na base The Mix em 2008, 2009 e 2010, sob dois enfoques distintos: financeiro e social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • DEA -VRS (Retornos Variáveis de Escala) • Orientação a outputs 	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas operacionais • Número de funcionários 	<ul style="list-style-type: none"> • Carteira ativa • Receitas financeiras • N° de clientes ativos • Índice de alcance social (proxy)
<p>UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE CONCESSÃO DE MICROCRÉDITO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Siqueira (2015)</p>	<p>Analisa a eficiência da comercialização do programa de microcrédito da Caixa Econômica Federal por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA) no ano de 2014.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • DEA – BCC (Retornos Variáveis de Escala) • CCR (Retorno Constante de Escala) • Orientação a insumos (inputs) 	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de agências • Quantidade de postos de atendimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de contratos • Valor médio liberado por contrato
<p>EFICIENCIA FINANCIERA Y SOCIAL DE LAS INSTITUCIONES MICROREDITICIAS EN ECUADOR: UN ANÁLISIS ENVOLVENTE DE DATOS (DEA) Larrea Correa (2015)</p>	<p>Analisa a eficiência das instituições que constituem a indústria de microcrédito no Equador para alcançar suas metas financeiras e sociais durante os anos 2001 a 2013.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Ativos totais • Despesas operacionais • N° de funcionários 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de mulheres mutuiárias • Índice de benefício aos mais pobres • Carteira bruta de empréstimos • Receitas financeiras

Elaboração própria com base nos trabalhos citados

ANEXO B

Quadro 5 - Dimensões/variáveis proxies utilizadas como medidas de alcance social, segundo a literatura

(continua)

Dados do Trabalho	Dimensões/variáveis proxies
<p>MICROFINANCE: BROADER ACHIEVEMENTS AND NEW CHALLENGES</p> <p>Gonzalez-Vega (1998)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade (Quality) – refere-se ao valor (Worth), isto é, os quão valiosos são os produtos do microcrédito para os clientes. • Custo (Cost) – indica quão caros são os produtos para os clientes (custos do empréstimo e custos de transação). • Profundidade (Depth) – diz respeito ao grau/nível de pobreza dos clientes de uma IMF. • Amplitude (Breadth) – corresponde ao número de clientes. Quanto maior o número de clientes maior será a amplitude do alcance. • Extensão (Length) – envolve o tempo. Os clientes-alvo serão alcançados por um só empréstimo ou com empréstimos permanentes. • Variedade (variety) – conjunto de produtos microfinanceiros disponibilizados aos clientes.
<p>ASPECTS OF OUTREACH: A FRAMEWORK FOR THE DISCUSSION OF THE SOCIAL BENEFITS OF MICROFINANCE</p> <p>Schreiner (2002)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Valor (Worth to clients) - refere-se ao valor do crédito para o cliente ou quanto o cliente valoriza o empréstimo. • Custo (Cost to clientes) – soma dos preços do empréstimo mais custos de transação (tempo, transporte, documentação, etc.) para o cliente • Profundidade (Depth) – geralmente medida através de próxies como sexo (preferencialmente mulheres), localização (preferencialmente rural), educação, etnia (preferencialmente as minorias), habitação, acesso aos serviços públicos. • Amplitude (Breadth) – refere-se ao número de clientes atendidos pela instituição. • Extensão (Length) – refere-se ao prazo da oferta de microfinanças. • Escopo (Scope) – refere-se aos produtos e condições dos contratos ofertados aos clientes (crédito, poupança, seguros, contratos em grupos, individuais, etc.)
<p>SOCIAL EFFICIENCY IN MICROFINANCE INSTITUTIONS</p> <p>Gutierrez-Nieto, Serrano-Cinca e Molinero (2007)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de clientes mulheres • Índice de benefício aos mais pobres – representado por um indicador desenvolvido pelos autores, que mensura o quanto as atividades da instituição microfinanceira beneficiam os pobres.
<p>FINANCIAL PERFORMANCE AND OUTREACH: A GLOBAL ANALYSIS OF LEADING MICROBANKS</p> <p>Cull, Demirgüç-Kunt, Morduch (2007)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho médio do empréstimo / PIB per capita • Tamanho médio do empréstimo / PIB per capita de 20% mais pobres da população • Parcela de empréstimos concedidos a mulheres

Quadro 5 - Dimensões/variáveis proxies utilizadas como medidas de alcance social, segundo a literatura

(conclusão)

<p>MICROFINANÇAS: ALCANCE VERSUS SUSTENTABILIDADE Ambrozio (2009)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho médio do empréstimo segmentado em: <ul style="list-style-type: none"> ○ segmento inferior = empréstimo médio inferior a 20% do PIB per capita, ○ segmento intermediário = empréstimo médio entre 20% e 150% do PIB per capita ○ segmento superior = empréstimo médio entre a 150% e 250% do PIB per capita • N° médio de clientes por segmento • % mulheres por segmento
<p>MICROFINANCE EFFICIENCY TRADE- OFFS AND COMPLEMENTARITIES Annim (2010)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • n° de tomadores de empréstimos, ativos • n° de poupadores • saldo médio de empréstimo / PIB per capita • n° de mulheres tomadoras de empréstimos
<p>MICROFINANÇAS - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA VERSUS ALCANCE SOCIAL NA ÁFRICA SUBSARIANA Teixeira e Rodrigues (2013)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Valor médio do empréstimo por cliente = valor dos empréstimos / n° de clientes • Valor médio do depósito por cliente = valor dos depósitos / n° de clientes • Número de clientes (devedores e depositantes) = n° de clientes ativos • Peso das mulheres nos empréstimos concedidos = valor empréstimos a mulheres / valor dos empréstimos.
<p>EFICIÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO: UMA APLICAÇÃO DE DEA/VRS NO CONTEXTO BRASILEIRO Araújo e Carmona (2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Amplitude (breadth) – representada pelo número de clientes atendidos pela instituição • Profundidade (depth) - representada pelo índice resultante da divisão do saldo médio do empréstimo por cliente pelo Produto Interno Bruto – PIB per capita (proxy da profundidade do alcance social)

ANEXO C

Quadro 6 – Lista de Possíveis Variáveis para Aplicação Modelo DEA

(continua)

Eficiência Financeira	Eficiência Social
Ativos	Número de clientes ativos
Ativos líquidos não produtivos / ativo total	Número de empréstimos abertos
Autossuficiência operacional	Saldo médio de crédito por cliente
Capital próprio	Proporção agentes de crédito mulheres
Carteira de crédito bruta	Proporção clientes mulheres
Carteira de crédito bruta / ativo total	Proporção gestores mulheres
Carteira em risco – 30 dias	Proporção membros do conselho mulheres
Carteira em risco – 90 dias	Proporção staff mulheres
Cobertura de risco	Proporção financiamento empresas iniciantes
Custo por cliente	Instituição regulada (sim / não)
Custo por empréstimo	Status legal (com finalidade de lucro – sem finalidade de lucro)
Despesa total / ativos	
Despesas administrativas / ativos	
Despesas de pessoal / ativos	
Despesas de pessoal / carteira de crédito	
Despesas financeiras	
Despesas financeiras/ativos	
Despesas operacionais	
Despesas operacionais / ativos	
Despesas operacionais / carteira de crédito	
Empréstimos	
Empréstimos por agente de crédito	
Empréstimo por membro da equipe	
Margem de lucro	

Quadro 6 – Lista de Possíveis Variáveis para Aplicação Modelo DEA

(conclusão)

Eficiência Financeira	Eficiência Social
Número de agências	
Número de agentes de crédito	
Número de clientes ativos / agente de crédito	
Número de clientes ativos / membro da equipe	
Número de empréstimos abertos	
Número de funcionários	
Proporção empréstimos incobráveis	
Proporção de empréstimos penalizados (write-off ratio)	
Provisão para não pagamento empréstimos/ativo	
Receita financeira	
Receita financeira/ativo	
Rendimento carteira bruta (nominal)	
Rendimento carteira bruta (real)	
Retorno sobre ativos	
Retorno sobre capital próprio	
Saldo médio em aberto	
Saldo médio de crédito por cliente	

Elaboração própria com dados da plataforma *THE MIX* (2016).

ANEXO D

Quadro 7 – Lista das Instituições Microfinanceiras

Instituição	Status Legal
ACCION Microfinanças	NBFI
Acredite	NGO
Agência do Crédito	NGO
ANDE	NGO
Banco da Família	NGO
Banco do Empreendedor	NGO
Banco do Vale	NGO
Banco Popular do Brasil	Bank
BANCRI	NGO
Casa do Microcrédito	NGO
CEADe	NGO
CEAPE BA	NGO
CEAPE MA	NGO
CEAPE PE	NGO
CEAPE PI	NGO
CEAPE SE	NGO
Central Cresol Baser	Credit Union / Cooperative
CrediAmigo	Bank
Credimais	NGO
CREDIOESTE	NGO
Credisol	NGO
Crédito Solidário	NGO
Cresol Central	Credit Union / Cooperative
Extracredi	NGO
Fácil SCM	NBFI
ICC BluSol	NGO
ICC Central	NGO
ICC Conquista Solidária	NGO
ICC MAU-CE	NGO
Instituto Estrela	NGO
Lander	NBFI
Profomento	NGO
Santander Microcrédito	NBFI
São Paulo Confia	NGO
SOCIALCRED	NBFI

Elaboração própria com base em dados da plataforma online *THE MIX* (2016)

ONG (NGO) = uma entidade registrada como sem fins lucrativos. Seus serviços financeiros são geralmente mais restritos, geralmente não incluindo captação de depósitos. Estas Instituições normalmente não são regulados por uma agência de supervisão bancária (*THE MIX*, 2016).

Cooperativa⁷⁹ (*Cooperative / Credit Union*) = um intermediário financeiro sem fins lucrativos. Pode oferecer uma gama de serviços financeiros, incluindo empréstimos e captação de depósitos, para o benefício dos seus membros. Embora não seja regulado por uma agência bancária de supervisão do estado, ele pode vir sob a supervisão do Conselho de cooperação regional ou nacional (*THE MIX*, 2016).

Non-Bank Financial Institutions – NBFIs = uma instituição que oferece serviços semelhantes aos de um banco, mas está licenciada sob uma categoria separada. Em alguns países, corresponde a uma categoria especial criada para as instituições de microfinanças (*THE MIX*, 2016).

Banco (Bank) = um intermediário financeiro regulado por uma agência de supervisão bancária do Estado. Ele pode fornecer qualquer um de uma série de serviços financeiros, incluindo captação de depósitos, empréstimos, serviços de pagamento e transferências de dinheiro (*THE MIX*, 2016).⁸⁰

⁷⁹No Brasil “cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária” (BCB, 2016). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>> Acesso em 31/07/2016.

⁸⁰Disponível em: <<https://www.themix.org/resource/glossary/glossary>> Acesso em 26/07/2016

ANEXO E

Quadro 8 - Cálculo do Indicador de Pobreza – 2008, 2011, 2014

(continua)

Ano	Unidades de Análise	Saldo Médio (USD)*	PIB per capita PPC (US)*	K _i	P _i
2008	DMU_1	2.111	13.141	0.1606	0.4458
2008	DMU_2	434	13.141	0.0330	0.9005
2008	DMU_3	177	13.141	0.0135	0.9702
2008	DMU_4	748	13.141	0.0569	0.8153
2008	DMU_5	1.806	13.141	0.1374	0.5285
2008	DMU_6	1.236	13.141	0.0941	0.6830
2008	DMU_7	67	13.141	0.0051	1.0000
2008	DMU_8	1.908	13.141	0.1452	0.5008
2008	DMU_9	1.946	13.141	0.1481	0.4905
2008	DMU_10	1.892	13.141	0.1440	0.5052
2008	DMU_11	369	13.141	0.0281	0.9181
2008	DMU_12	641	13.141	0.0488	0.8444
2008	DMU_13	761	13.141	0.0579	0.8118
2008	DMU_14	286	13.141	0.0218	0.9406
2008	DMU_15	3.755	13.141	0.2857	0.0000
2008	DMU_16	405	13.141	0.0308	0.9084
2008	DMU_17	1.433	13.141	0.1090	0.6296
2008	DMU_18	1.652	13.141	0.1257	0.5702
2008	DMU_19	505	13.141	0.0384	0.8812
2008	DMU_20	1.725	13.141	0.1313	0.5504
2008	DMU_21	3.019	13.141	0.2297	0.1996
2008	DMU_22	1.510	13.141	0.1149	0.6087
2008	DMU_23	488	13.141	0.0371	0.8858
2008	DMU_24	872	13.141	0.0664	0.7817
2008	DMU_25	335	13.141	0.0255	0.9273
2008	DMU_26	462	13.141	0.0352	0.8929
2008	DMU_27	433	13.141	0.0330	0.9008
2008	DMU_28	3.209	13.141	0.2442	0.1480
2011	DMU_1	1.082	14.827	0.0730	0.9389
2011	DMU_2	1.856	14.827	0.1252	0.8668
2011	DMU_3	1.712	14.827	0.1155	0.8802
2011	DMU_4	2.656	14.827	0.1791	0.7923
2011	DMU_5	2.720	14.827	0.1834	0.7863
2011	DMU_6	663	14.827	0.0447	0.9779
2011	DMU_7	707	14.827	0.0477	0.9738
2011	DMU_8	1.071	14.827	0.0722	0.9399
2011	DMU_9	666	14.827	0.0449	0.9776

Quadro 8 - Cálculo do Indicador de Pobreza – 2008, 2011, 2014

(conclusão)

Ano	Unidades de Análise	Saldo Médio (USD)*	PIB per capita PPC (US)*	K _i	P _i
2011	DMU_10	8.991	14.827	0.6064	0.2023
2011	DMU_11	588	14.827	0.0397	0.9849
2011	DMU_12	1.599	14.827	0.1078	0.8908
2011	DMU_13	1.870	14.827	0.1261	0.8655
2011	DMU_14	4.876	14.827	0.3289	0.5855
2011	DMU_15	800	14.827	0.0540	0.9652
2011	DMU_16	1.517	14.827	0.1023	0.8984
2011	DMU_17	1.366	14.827	0.0921	0.9125
2011	DMU_18	770	14.827	0.0519	0.9680
2011	DMU_19	426	14.827	0.0287	1.0000
2011	DMU_20	2.844	14.827	0.1918	0.7748
2011	DMU_21	3.305	14.827	0.2229	0.7319
2011	DMU_22	971	14.827	0.0655	0.9492
2011	DMU_23	11.163	14.827	0.7529	0.0000
2014	DMU_1	1.002	15.951	0.0628	0.7486
2014	DMU_2	948	15.951	0.0594	0.7703
2014	DMU_3	1.544	15.951	0.0968	0.5302
2014	DMU_4	1.748	15.951	0.1096	0.4480
2014	DMU_5	1.679	15.951	0.1053	0.4758
2014	DMU_6	472	15.951	0.0296	0.9621
2014	DMU_7	733	15.951	0.0460	0.8570
2014	DMU_8	1.020	15.951	0.0639	0.7413
2014	DMU_9	706	15.951	0.0443	0.8678
2014	DMU_10	548	15.951	0.0344	0.9315
2014	DMU_11	1.095	15.951	0.0686	0.7111
2014	DMU_12	2.860	15.951	0.1793	0.0000
2014	DMU_13	580	15.951	0.0364	0.9186
2014	DMU_14	1.783	15.951	0.1118	0.4339
2014	DMU_15	1.075	15.951	0.0674	0.7192
2014	DMU_16	1.402	15.951	0.0879	0.5874
2014	DMU_17	822	15.951	0.0515	0.8211
2014	DMU_18	378	15.951	0.0237	1.0000

Elaboração própria com base em dados da plataforma THE MIX (2016)

* valores arredondados

K_i = Saldo Médio / PIB per capitaP_i = (K_i - Min K) / (Amplitude K)

PIB per capita PPC = Ipeadata (2017)

ANEXO G

Quadro 9 – Comparação Eficiências Com e Sem DMU Outlier

2008			2011			2014		
DMU_1	0.5584	0.5584	DMU_1	0.9097	0.9186	DMU_1	0.3636	0.3636
DMU_2	0.2182	0.2182	DMU_2	0.9885	1	DMU_2	1	1
DMU_3	0.2756	0.2756	DMU_3	0.7146	0.7409	DMU_3	0.6878	1
DMU_4	1	1	DMU_4	0.7935	0.7935	DMU_4	0.7947	0.8935
DMU_5	0.5226	0.5226	DMU_5	0.7741	0.7784	DMU_5	0.9957	1
DMU_6	0.4813	0.4813	DMU_6	0.6341	0.6341	DMU_6	1	1
DMU_7	1.0000	1.0000	DMU_7	0.6173	0.6214	DMU_7	1	1
DMU_8	0.3712	0.3712	DMU_8	1	1	DMU_8	0.821497	0.821497
DMU_9	0.5059	0.5059	DMU_9	0.8117	0.8379	DMU_9	0.9476	1
DMU_10	0.4870	0.4870	DMU_10	1	1	DMU_10	1	xxxxxxx
DMU_11	0.2712	0.2712	DMU_11	1	xxxxxxx	DMU_11	0.9831	0.9831
DMU_12	0.4231	0.4231	DMU_12	0.6408	0.6408	DMU_12	0.9015	0.9199
DMU_13	0.2840	0.2840	DMU_13	1	1	DMU_13	0.9456	0.9456
DMU_14	0.2627	0.2627	DMU_14	0.8786	0.9048	DMU_14	0.8082	0.8656
DMU_15	1	1	DMU_15	0.5606	0.5606	DMU_15	0.8136	0.9432
DMU_16	1	xxxxxxx	DMU_16	0.4866	0.4866	DMU_16	1	1
DMU_17	0.5373	0.5373	DMU_17	0.8682	0.9020	DMU_17	1	1
DMU_18	0.3060	0.3060	DMU_18	1	1	DMU_18	1	1
DMU_19	0.1315	0.1315	DMU_19	1	1			
DMU_20	1	1	DMU_20	1	1			
DMU_21	1	1	DMU_21	1	1			
DMU_22	0.5161	0.5161	DMU_22	1	1			
DMU_23	0.3815	0.3815	DMU_23	0.9014	0.9014			
DMU_24	0.1764	0.1764						
DMU_25	0.9225	0.9225						
DMU_26	1	1						
DMU_27	0.3364	0.3364						
DMU_28	0.5464	0.5464						

ANEXO H

Figura 7 -Matriz de correlação 1 (20 variáveis)

	V_01	V_02	V_03	V_04	V_05	V_06	V_07	V_08	V_09	V_10	
V_01	1.0000										
V_02	0.9621	1.0000									
V_03	0.2176	0.2224	1.0000								
V_04	0.8129	0.7918	-0.0881	1.0000							
V_05	0.8662	0.9413	0.1104	0.8442	1.0000						
V_06	0.7151	0.6103	-0.1471	0.8852	0.6559	1.0000					
V_07	0.6703	0.7135	-0.2234	0.8871	0.8438	0.8198	1.0000				
V_08	0.7344	0.8453	-0.0737	0.8286	0.9518	0.6404	0.9287	1.0000			
V_09	0.5668	0.7006	-0.1954	0.7659	0.8526	0.5977	0.9370	0.9690	1.0000		
V_10	0.6220	0.6195	0.5580	0.2734	0.4498	0.1347	0.0959	0.2731	0.0989	1.0000	
V_11	-0.2305	-0.2197	0.2281	-0.2351	-0.1914	-0.2009	-0.1950	-0.1989	-0.1730	-0.3346	
V_12	-0.0864	-0.0640	-0.6209	0.1877	0.0165	0.1771	0.2425	0.1659	0.2579	-0.2388	
V_13	-0.3315	-0.3336	-0.2920	-0.2110	-0.2648	-0.1516	-0.1709	-0.2117	-0.1475	-0.4120	
V_14	0.1265	0.1418	0.0603	0.2048	0.1545	0.1373	0.1697	0.1787	0.1718	0.2163	
V_15	0.0506	0.0541	0.0769	0.0654	0.0435	0.0479	0.0621	0.0492	0.0440	0.0458	
V_16	0.1416	0.1493	0.0529	0.1865	0.1426	0.1250	0.1512	0.1590	0.1470	0.2385	
V_17	0.1079	0.1414	0.1629	0.1867	0.1583	0.0871	0.1711	0.1909	0.1898	0.2049	
V_18	0.0811	-0.0093	0.0341	0.0783	-0.0786	0.2332	0.0547	-0.0729	-0.0635	-0.0988	
V_19	0.1733	0.1344	-0.1382	0.1445	0.0434	0.2060	0.1369	0.0816	0.0954	0.0479	
V_20	0.0841	-0.0226	0.0697	0.0797	-0.0875	0.2596	0.0462	-0.0977	-0.0944	-0.1286	
	V_10	V_11	V_12	V_13	V_14	V_15	V_16	V_17	V_18	V_19	V_20
V_10	1.0000										
V_11	-0.3346	1.0000									
V_12	-0.2388	-0.0744	1.0000								
V_13	-0.4120	0.6566	0.4525	1.0000							
V_14	0.2163	-0.4982	-0.0533	-0.4473	1.0000						
V_15	0.0458	0.2615	-0.1344	-0.0967	0.0124	1.0000					
V_16	0.2385	-0.1955	-0.0410	-0.0602	0.7196	0.0314	1.0000				
V_17	0.2049	-0.1347	-0.0882	-0.1610	0.7630	0.0857	0.923	1.0000			
V_18	-0.0988	0.0074	0.2642	-0.1210	-0.2752	-0.1048	-0.5312	-0.4047	1.0000		
V_19	0.0479	-0.2964	0.1938	0.0330	-0.0194	-0.8132	0.0769	-0.0360	0.2317	1.0000	
V_20	-0.1286	0.2174	0.2281	0.0413	-0.3740	-0.0144	-0.5032	-0.4088	0.9588	0.1622	1.0000

Legenda:

V_01	Ativo total	V_11	Custo por empréstimo
V_02	Carteira Bruta de Empréstimos	V_12	Percentual clientes mulheres
V_03	Saldo médio	V_13	Rendimento sobre Carteira
V_04	Receitas Financeiras	V_14	Retorno sobre Ativos
V_05	Despesas Financeiras	V_15	Retorno sobre Capital
V_06	Despesas Operacionais	V_16	Margem de Lucro
V_07	Número de Clientes	V_17	Autossuficiência operacional
V_08	Número de Funcionários	V_18	Carteira em risco 90 dias
V_09	Número de Agentes de Crédito	V_19	Relação Dívida / Capital
V_10	Número de Empréstimos por Agente	V_20	Carteira em risco 30 dias

ANEXO I

Figura 8 - Matriz de correlação 2 (15 variáveis)

	V_01	V_02	V_03	V_04	V_05	V_06	V_07	V_08	V_09	V_10
V_01	1.0000									
V_02	0.9621	1.0000								
V_03	0.2176	0.2224	1.0000							
V_04	0.8129	0.7918	-0.0881	1.0000						
V_05	0.8662	0.9413	0.1104	0.8442	1.0000					
V_06	0.7151	0.6103	-0.1471	0.8852	0.6559	1.0000				
V_07	0.6703	0.7135	-0.2234	0.8871	0.8438	0.8198	1.0000			
V_08	0.7344	0.8453	-0.0737	0.8286	0.9518	0.6404	0.9287	1.0000		
V_09	0.5668	0.7006	-0.1954	0.7659	0.8526	0.5977	0.9370	0.9690	1.0000	
V_10	0.6220	0.6195	0.5580	0.2734	0.4498	0.1347	0.0959	0.2731	0.0989	1.0000
V_11	-0.2305	-0.2197	0.2281	-0.2351	-0.1914	-0.2009	-0.1950	-0.1989	-0.1730	-0.3346
V_12	-0.3315	-0.3336	-0.2920	-0.2110	-0.2648	-0.1516	-0.1709	-0.2117	-0.1475	-0.4120
V_13	0.1265	0.1418	0.0603	0.2048	0.1545	0.1373	0.1697	0.1787	0.1718	0.2163
V_14	0.1416	0.1493	0.0529	0.1865	0.1426	0.1250	0.1512	0.1590	0.1470	0.2385
V_15	0.1079	0.1414	0.1629	0.1867	0.1583	0.0871	0.1711	0.1909	0.1898	0.2049
	V_11	V_12	V_13	V_14	V_15					
V_11	1.0000									
V_12	0.6566	1.0000								
V_13	-0.4982	-0.4473	1.0000							
V_14	-0.1955	-0.0602	0.7196	1.0000						
V_15	-0.1347	-0.1610	0.7630	0.9230	1.0000					

Legenda:

V_01	Ativo total	V_09	Número de Agentes de Crédito
V_02	Carteira Bruta de Empréstimos	V_10	Número de Empréstimos por Agente
V_03	Saldo médio	V_11	Custo por empréstimo
V_04	Receitas Financeiras	V_12	Rendimento sobre Carteira
V_05	Despesas Financeiras	V_13	Retorno sobre Ativos
V_06	Despesas Operacionais	V_14	Margem de Lucro
V_07	Número de Clientes	V_15	Autossuficiência Operacional
V_08	Número de Funcionários		